

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA – MESTRADO

INGRID LUCY KLEIN

**REFLEXOS DA CRESCENTE INTERNACIONALIZAÇÃO DO
RENMINBI NO BRASIL: UM DIAGNÓSTICO SOBRE O PODER NAS
RELAÇÕES MONETÁRIAS SINO-BRASILEIRAS**

Goiânia

2017

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: Dissertação Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

Nome completo do autor: INGRID LUCY KLEIN

Título do trabalho: **REFLEXOS DA CRESCENTE INTERNACIONALIZAÇÃO DO RENMINBI NO BRASIL: UM DIAGNÓSTICO SOBRE O PODER NAS RELAÇÕES MONETÁRIAS SINO-BRASILEIRAS**

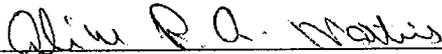
3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.


Assinatura do(a) autor(a)²

Ciente e de acordo:


Assinatura do(a) orientador(a)²

Data: 09 / 11 / 2017

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

² A assinatura deve ser escaneada.

INGRID LUCY KLEIN

**REFLEXOS DA CRESCENTE INTERNACIONALIZAÇÃO DO
RENMINBI NO BRASIL: UM DIAGNÓSTICO SOBRE O PODER NAS
RELAÇÕES MONETÁRIAS SINO-BRASILEIRAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal Goiás, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Linha de Pesquisa: América Latina e Política Comparada.

Orientadora: Profa. Dra. Aline Regina Alves Martins.

Goiânia

2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

KLEIN, INGRID LUCY
REFLEXOS DA CRESCENTE INTERNACIONALIZAÇÃO DO
RENMINBI NO BRASIL [manuscrito] : UM DIAGNÓSTICO SOBRE O
PODER NAS RELAÇÕES MONETÁRIAS SINO-BRASILEIRAS / INGRID
LUCY KLEIN. - 2017.
xvi, 146 f.: il.

Orientador: Profa. Dra. Aline Regina Alves Martins..
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação em
Ciência Política, Goiânia, 2017.

Bibliografia. Anexos.

Inclui siglas, gráfico, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Poder Monetário;. 2. Internacionalização do renminbi; . 3. China.
I. Regina Alves Martins., Aline , orient. II. Título.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIENCIA POLÍTICA**

ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE

INGRID LUCY KLEIN

Aos vinte e sete dias do mês de abril de 2017, às 14h, na Sala de Defesa da Faculdade de Ciência Sociais, da Universidade Federal de Goiás, realizou-se a sessão de julgamento da Dissertação de Mestrado da mestranda **INGRID LUCY KLEIN**, intitulada: *“REFLEXOS DA CRESCENTE INTERNACIONALIZAÇÃO DO RENMINBI NO BRASIL: UM DIAGNÓSTICO SOBRE O PODER NAS RELAÇÕES MONETÁRIAS SINO-BRASILEIRAS”*. A Banca Examinadora foi composta pelos seguintes Professores Doutores: Aline Regina Alves Martins – (Presidente/UFG), Roberto Goulart Menezes - (Membro-UnB/DF), Telma Ferreira do Nascimento Durães - (Membro-UFG) e Tiago Camarinha Lopes – (Suplente – UFG). A candidata apresentou o trabalho, em seguida os examinadores a arguíram. Às 16 horas, a Banca Examinadora passou a julgamento em sessão secreta, pela qual foram atribuídos à mestranda os seguintes resultados:

Aprovado(a) () Reprovado(a)

Dr^a. Aline Regina Alves Martins

Aline R. A. Martins

Aprovado(a) () Reprovado(a)

Dr. Roberto Goulart Menezes

Aprovado(a) () Reprovado(a)

Dr^a. Telma Ferreira do Nascimento Durães

Telma F. Nascimento Durães

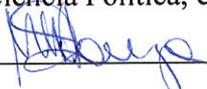
Resultado

Final:

A dissertação foi aprovada, apresentando um trabalho original, resultado de pesquisas de dados primários e pesquisa de literatura, pelo conteúdo e utilizado na Ciência Política / RT.

Reaberta a sessão pública, a Presidente da Banca Examinadora proclamou os resultados e encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ata que, vai assinada por mim, Maria Auxiliadora Gonçalves de Souza, Secretária do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, e pelos membros da Banca Examinadora.

Maria Auxiliadora Gonçalves de Souza



Dedico aos meus avós Eurydice G. dos Santos e Álvaro J. dos Santos (*in memoriam*) por terem me ensinado o poder do conhecimento e a relevância de se manter humilde. Ainda dedico este trabalho à minha mãe Vera L. G. Klein e ao meu marido Jonacy T. O. Júnior que sempre me impulsionaram a continuar nesta jornada, mesmo que a caminhada tornava-se mais árdua à medida que o trajeto se ampliava.

AGRADECIMENTOS

Sem dúvida, o meu maior agradecimento é para toda a minha família. Minha gratidão especial à minha querida mãe e meu querido marido que mesmo com as minhas ausências e impaciências, mantiveram-se devotados a incentivar-me integralmente e mais fortemente quando a sensação de esmorecer surgia implacável.

Sou grata aos amigos e amigas que compreenderam as agruras de se fazer um mestrado com uma intensa rotina de trabalho e apoiaram-me com várias expressões de apreço e carinho independentemente da minha falta de tempo. Em singular, meu agradecimento à Vivian Jiang Tong, minha amiga de décadas, a qual me ajudou inúmeras vezes, colaborando para eu compreender a China (e os chineses), traduzindo a sua língua nativa e até trazendo da China livros sobre a moeda. Muito obrigada aos meus queridos parceiros docentes que sempre animaram-me na jornada e demonstraram-me que sou capaz.

Aos colegas do Instituto Federal de Goiás, principalmente a querida profa. Suelene Vaz da Silva e as meninas da CAS, que foram sensíveis e concederam-me amparo nos desafios da minha vida de mestranda, conhecendo-me há tão pouco tempo.

Agradeço o empenho da minha orientadora, profa. Aline Regina Alves Martins, por compartilhar seu conhecimento e conduzir-me no estudo de temas inovadores no campo da política internacional. Muito obrigada por toda confiança, esteio e ajuda neste estudo. Aproveito para reconhecer o esforço e dedicação dos professores Telma Ferreira do Nascimento Durães e Tiago Camarinha Lopes em colaborar assertivamente no instigante exame de qualificação deste trabalho.

Aos coordenadores do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP), professores Andrea Freire Lucena, Denise Paiva Ferreira, Francisco Mata Machado Tavares e Pedro Santos Mundim, agradeço a gentileza desde o momento de minha inscrição no processo seletivo, perpassando pelas burocracias cotidianas até o suporte para a finalização do meu trabalho. Incluo neste agradecimento a colaboração no aperfeiçoamento dos meus conhecimentos científicos de todos os professores do PPGCP pelos singulares ensinamentos e lições. Sou grata também aos servidores da Universidade Federal de Goiás e aos companheiros da turma de mestrado, principalmente os fraternos André L. S. Hedlund, Gleice M. A. Silva, Larissa G. Barbosa Mendonça e Renata B. Lozano, que ajudaram nas reflexões e compartilharam das angústias pelas quais todo mestrando passa.

É preciso, também, registrar o meu agradecimento ao Banco Central do Brasil em retornar as solicitações de informações, especialmente ao Departamento Econômico na pessoa do Thiago Said Vieira, Chefe de Divisão e sua equipe, que muito prontamente atenderam às minhas requisições, trabalhando para atendê-las e disponibilizando os importantíssimos dados sobre o renminbi no Brasil.

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás pelo financiamento desta pesquisa e aos brasileiros que contribuem e defendem a universidade pública gratuita como caminho para o desenvolvimento do Brasil como uma nação de excelência.

A dificuldade dessa parte do trabalho reside no medo de esquecer-se de ser grata a alguma contribuição e faz-me lembrar de que esta pesquisa foi construída a partir da colaboração das mais diversas pessoas em diferentes momentos. Por fim, muito obrigada a todos que cooperam direta e indiretamente, desde uma acolhida até na edificação deste trabalho, oferecendo auxílio e força para a conclusão de mais esse ciclo da minha vida acadêmica.

“I sometimes think that the whole renminbi/yuan issue is a sinister plot by the Chinese designed specifically to deter people from discussing Chinese currency policy”

(Paul Krugman)

RESUMO

Com a intenção de revelar o poder político que pode ser atrelado a uma moeda, a presente pesquisa tenciona apresentar como os chineses estão internacionalizando o renminbi, a moeda chinesa, no Brasil como espelho da força desse processo no mundo. Ao longo dos últimos anos, a relevância que a China tem adquirido consistentemente no plano global é indiscutível. Recentemente, almejando manter o poderio obtido e incrementá-lo, os chineses tem dedicado expressiva atenção ao desempenho de sua moeda nas transações econômicas internacionais. Esta dissertação objetiva mensurar a internacionalização do renminbi no Brasil por meio da análise política das relações monetárias sino-brasileiras entre 2008 e 2014. Busca-se compreender em que medida se identifica o uso do renminbi nas trocas econômicas entre os dois países e o que é perceptível politicamente detectar a partir dos reflexos desse processo para ambas as nações. A partir de uma revisão bibliográfica de obras importantes e atuais relacionadas ao tema, guiou-se a avaliação sobre a performance da utilização da moeda chinesa entre os brasileiros. Foi possível diagnosticar que as relações políticas entre brasileiros e chineses criaram uma atmosfera propícia à utilização da moeda da China no Brasil, sendo iniciada em 2009 e adquirindo maior consistência e contínuo aumento a partir de 2011. Esta evolução no uso da moeda da China em terras brasileiras reflete o poder monetário chinês e seu contínuo engrandecimento que se reflete nas relações monetárias sino-brasileiras, ou seja, na ampliação do uso do renminbi no território brasileiro. Esta constatação ilustra como a internacionalização do renminbi se trata de um fenômeno: novo, por conta do seu pouco tempo de exercício; questionador, por oferecer constrangimento em certo nível ao comportamento da moeda mais relevante no mundo, o dólar estadunidense; e vigoroso, pelo fato de seu crescimento se configurar como constante e expressivo.

Palavras-Chave: Poder Monetário; Internacionalização do renminbi; China.

ABSTRACT

With the intention of revealing the political power that can be tied to a currency, the present study intends to present how the Chinese are internationalizing the renminbi, the Chinese currency, in Brazil as a mirror of the force of this process in the world. Over the last few years, the relevance that China has consistently gained globally is indisputable. Recently, aiming to keep the power obtained and to increase it, the Chinese have devoted expressive attention to the performance of their currency in international economic transactions. This dissertation aims to measure the internationalization of the renminbi in Brazil through the political analysis of the Sino-Brazilian monetary relations between 2008 and 2014. It seeks to understand to what extent the use of renminbi in economic exchanges between the two countries is identified and what is politically noticeable to detect, considering the reflexes of this process in both nations. From a bibliographic review of important and current works related to the theme, an evaluation of the Chinese currency use performance among Brazilians was guided. It was possible to diagnose that the political relations between Brazilians and the Chinese created a conducive atmosphere to the use of China's currency in Brazil, starting in 2009 and acquiring greater consistency and continuous increase from 2011. This evolution in the use of China's currency in Brazilian lands reflects the Chinese monetary power and its continuous enhancement in the Sino-Brazilian monetary relations, that is, in the expansion of the use of renminbi in the Brazilian territory. This finding illustrates how the internationalization of the renminbi is a phenomenon: new, due to its short time of exercise; questioning, because it offers embarrassment at some level to the behavior of the most relevant currency in the world, the US dollar; and vigorous, because its growth is configured as constant and expressive.

Keywords: Monetary Power; Internationalization of renminbi; China.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – PIB Chinês: 1988 - 1997.....	61
Gráfico 2 – PIB Chinês: 1998 - 2007.....	63
Gráfico 3 – PIB Chinês: 2008 - 2015.....	64
Gráfico 4 – Participação Percentual de uso do Renminbi nos Pagamentos Internacionais.....	83
Gráfico 5 – Participação Percentual do Dólar nas Reservas Internacionais Brasileiras geridas pelo BACEN.....	114

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – A Conta Financeira e a Balança Comercial nas Transações do Brasil com o Mundo.....	103
Tabela 2 – A Conta Financeira e a Balança Comercial nas Transações do Brasil com a China.....	103
Tabela 3 – Operações de câmbio liquidadas no Mercado Primário Brasileiro para a China.....	107
Tabela 4 – Operações de câmbio liquidadas entre renminbi e real sem utilização do dólar no Mercado Secundário Brasileiro.....	111

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BACEN – Banco Central do Brasil

BCP – Banco Central do Paraguai

BCRA – Banco Central da República da Argentina

BCU – Banco Central do Uruguai

BDA – Banco de Desenvolvimento Asiático

BIS – *Bank for International Settlements* [Banco de Compensações Internacionais]

BPC – Banco Popular da China

BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

CAD – Dólar Canadense

CCB – *China Construction Bank* [Banco de Construção da China]

CEBC – Conselho empresarial Brasil-China

CRA – *Contingent Reserve Arrangement* [Arranjo de Contingente de Reservas]

CMI – *The Chiang Mai Initiative* [Iniciativa Chiang Mai]

CMIM – *The Chiang Mai Initiative Multilateralisation* [Multilateralização da Iniciativa Chiang Mai]

CNY – Código monetário oficial do renminbi no mercado nacional

CNH – Código monetário oficial do renminbi no exterior

DES – Direitos Especiais de Saque

EUA – Estados Unidos da América

EUR – Euro

FMI – Fundo Monetário Internacional

GATT – *General Agreement on Tariffs and Trade* [Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio]

G-7 – Grupo das sete maiores economias do mundo

G-20 – Grupo das vinte maiores economias do mundo

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICBC – *Industrial and Commercial Bank of China* [Banco Industrial e Comercial da China]

IDE – Investimento Direto Estrangeiro

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MDIC – Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior do Brasil

MRE – Ministério das Relações Exteriores do Brasil

NBD – Novo Banco de Desenvolvimento

ONU – Organização das Nações Unidas

PCC – Partido Comunista Chinês

PIB – Produto Interno Bruto

RMB – Renminbi

RPC – República Popular da China

R\$ – Real

SMI – Sistema Monetário Internacional

SML – Sistema de Pagamento em Moeda Local

SWIFT – *Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication* [Sociedade para Telecomunicações Financeiras Interbancárias Internacionais]

US\$ – Dólar Estadunidense

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

WITS – *World Integrated Trade Solution* [Solução de Comércio Mundial Integrado]

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO I – MOEDA & ESTADO: UMA RELAÇÃO MARCADA PELO EXERCÍCIO DO PODER?.....	25
1.1 – TEORIAS SOBRE O PODER: FERRAMENTA ECONÔMICA OU RETRATO DO PODER?.....	26
1.2 – INTERNACIONALIZAÇÃO DA MOEDA: CONTEXTO DE SURGIMENTO DESSE PROCESSO.....	36
1.2.1 – De Líder a Colaborador: Uma análise sobre o processo de internacionalização da moeda inglesa.....	37
1.2.2 – De Ex-colônia a Comandante: Uma análise sobre o processo de internacionalização norte-americana	42
1.3 – INTERNACIONALIZAÇÃO DA MOEDA: O QUE ESTÁ EM JOGO?.....	50
CAPÍTULO II – A INTERNACIONALIZAÇÃO DO RENMINBI: UM PANORAMA.....	55
2.1 – UM BREVE PAINEL SOBRE A EVOLUÇÃO POLÍTICA COMUNISTA A PARTIR DA VIGÊNCIA DOS PRECEITOS SOCIALISTAS NA REALIDADE CHINESA	55
2.2 – CRISE DE 2008: A CONJUNTURA GLOBAL ECONÔMICA & O IMPULSO DE UMA CHINA MAIS PROTAGONISTA NAS RELAÇÕES MONETÁRIAS INTERNACIONAIS.....	67
2.3 – A AÇÃO POLÍTICA CHINESA EM CONCERTO NO PROCESSO DE INTERNACIONALIZAR O RENMINBI.....	73
2.4 – INTERNACIONALIZAÇÃO DO RENMINBI: DESAFIOS & CONJUNTURAS..	83
CAPÍTULO III – BRASIL & CHINA: A INTERNACIONALIZAÇÃO DA MOEDA CHINESA EM TERRAS BRASILEIRAS.....	91

3.1 – ACORDO DE SWAP: O INCENTIVO DO RENMINBI NO BRASIL.....	92
3.1.1 – As Origens do Acordo de Swap Brasil – China.....	92
3.1.2 – Principais Características do Acordo de Swap Brasil – China.....	95
3.2 – O USO DO RENMINBI NO BRASIL: OS DADOS DO BANCO CENTRAL DO BRASIL.....	101
3.2.1 – Os Primeiros Números: Inexistência do Uso do Renminbi no Brasil de 2008.....	102
3.2.2 – A Evolução dos Números em Detalhe: O Uso do Renminbi no Brasil de 2009 a 2014.....	106
3.2.3 – O futuro do Renminbi no Brasil: O que se pode esperar para os próximos anos? Possíveis Impactos e Comportamentos da moeda chinesa na Economia Brasileira.....	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	119
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	126
ANEXOS.....	143
ANEXO A – Resposta do BACEN em 27 de outubro de 2015 para a Demanda 2015447206.....	143
ANEXO B – Resposta do BACEN em 16 de dezembro de 2016 para a Demanda 2016475165	144
ANEXO C – Resposta do BACEN em 20 de março de 2017 para a Demanda 2017078726.....	145
ANEXO D – Acordo de swap Brasil-China: Resolução 4.200 do BACEN de 26 de Março de 2013.....	146

INTRODUÇÃO

Símbolo de esperança mundial para o contínuo crescimento dos números da economia pela perspectiva global de prosperidade, mas também fonte de preocupações sobre os impactos gerados a partir de uma percebida e recente desaceleração da atividade econômica, a conjuntura da China tem sido alvo das mais diversas análises e projeções. Várias instituições políticas, acadêmicas e financeiras estão trabalhando na árdua tarefa de diagnosticar os atuais desafios e problemas da nação mais populosa do mundo, bem como efetuar previsões político-econômicas sobre os próximos passos que serão adotados pela equipe política chinesa a fim de manter um ambiente propício e estimulante economicamente, resultando não só na manutenção dos constantes índices positivos de engrandecimento da economia da China, como também na preservação (ou até mesmo elevação) do seu status político no cenário internacional.

Afinal de contas, desde 2007, a relevância global chinesa foi confirmada de modo inquestionável, dado que a China se tornou o maior país exportador e o segundo maior país importador global, ganhando dos Estados Unidos em número de trocas comerciais. É desta forma que a supremacia econômica chinesa é atingida, sendo estruturada por mais de três décadas de contínuo crescimento econômico, sustentado majoritariamente pelo comércio internacional. Diante deste quadro, a economia assume um papel fortemente político – e estratégico – na configuração das relações de poder no mundo.

Dito de outra forma, ao se tornar a segunda maior economia do mundo, a China adquire poderio frente às outras nações¹. E o exercício desse poder, principalmente monetário, pode ser identificado no interior das grandes instituições multilaterais. Um exemplo disso é a consistente ampliação da participação da China no Fundo Monetário Internacional (FMI) evidenciada pelo aumento da quantia de cotas chinesas que amplificam o número de votos dentro do supracitado organismo global. Como destacado por Cohen (2014), com a corrente quantidade de direitos de votos pertencentes aos chineses, eles sozinhos já podem eleger um diretor executivo e só perdem em número de votos para os dois maiores cotistas – Estados Unidos e Japão – da acima mencionada instituição.

¹ “O poder da China está crescendo de uma maneira desigual em várias dimensões-chave das relações monetárias internacionais, incluindo o financiamento de desequilíbrios de pagamentos, as políticas de ajuste macroeconômico, seu papel nas instituições internacionais e o uso internacional da moeda. Talvez o aspecto mais visível desse poder tenha sido o crescente papel da China como fornecedor de financiamento do balanço de pagamentos para os países deficitários de todo o mundo” (HELLEINER; KIRSHNER, 2014, p. 3, tradução nossa).

Frente ao exposto acima, é preciso refletir sobre uma ótica de análise para o panorama chinês que seja capaz de avaliar de forma correta e abrangente os itens que realmente denotam (ou denotarão) importantes características do movimento econômico da China no futuro contíguo, assim como o poder político descortinado por tal movimentação na arena mundial. Neste sentido, um dos caminhos apontados por uma série de estudiosos é que a China deve internacionalizar cada vez mais suas finanças para que sua onipresença global seja fortificada mesmo sob momentos de crise, demonstrando força e pujança econômica mesmo quando possivelmente for questionada em tal esfera (EICHENGREEN, 2011; EICHENGREEN; KAWAI, 2014; HELLEINER; KIRSHNER, 2014; CHEN, 2010; YU, 2014).

Com efeito, o processo de internacionalização financeira de um país é perpassado por vários procedimentos e etapas, dentre eles o de internacionalização da sua moeda, que geram abertura econômica. Com relação ao processo de se internacionalizar uma moeda, trata-se da implementação de diversos trâmites em que há – como um dos principais resultados – a expansão territorial de aceite de uma moeda. Em suma, é ter a aprovação, o reconhecimento e o interesse de outras nações e instituições na aquisição de uma moeda emitida, de forma monopolística, por um dado governo que, em última instância, representa os interesses de um único país e seus cidadãos.

O movimento de internacionalização da moeda chinesa, conhecida como renminbi (RMB)², tornou-se uma estratégia de política pública do governo chinês como reação às instabilidades provocadas no sistema financeiro internacional pela crise econômica de 2008. Vários autores, como Cintra e Pinto (2013), creditam a esta crise a origem das iniciativas da China em promover o uso de sua moeda no cenário mundial ou, pelo menos, no âmbito regional, com o intuito de robustecer sua confiança fora dos domínios territoriais chineses. E, claro, de refletir seu poderio econômico globalmente.

Nos últimos anos, é notória a expressividade alcançada pela inserção do renminbi no contexto global. Almejando se tornar uma moeda protagonista nas transações comerciais no mundo, esta moeda está diminuindo a dependência à moeda estadunidense (dólar) no fechamento de contratos nos principais fluxos comerciais. Esse quadro é evidenciado quando analisamos o histórico do uso da moeda da China a partir de 2009 (quando esta tática de

² Nas palavras de Cintra e Martins (2013, p. 211), “RMB é a abreviação da moeda chinesa Renminbi – ‘moeda do povo’ –, cuja unidade básica é o iuane. CNY é o código monetário oficial da moeda chinesa negociada no mercado nacional, não disponível no exterior. Foi oficialmente lançada em 1949 pela República Popular da China. Em 2009, começou a funcionar um mercado de Renminbi em Hong Kong, com o código monetário CNH”.

incentivar o uso de seu papel-moeda foi iniciada pelo governo de Pequim) até 2013, visto que quase um quinto de todas as trocas comerciais chinesas foi formalizado em sua própria moeda em 2013, de acordo com o Banco de Compensações Internacionais, diferentemente do que foi registrado em 2009, quando o dinheiro chinês não respondia nem por 1% do fechamento cambial dessas trocas (MOREIRA, 2014).

Ao monitorar o uso do renminbi pelas instituições financeiras no mundo entre os anos de 2012 e 2014, a Sociedade para Telecomunicações Financeiras Interbancárias Internacionais – mais conhecida pela sua sigla em inglês: SWIFT notou que “um terço das instituições financeiras do mundo estão ativamente usando o renminbi para pagamentos para a China e Hong Kong” (SWIFT, 2014a, p. 1, tradução nossa). A *Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication* (SWIFT) é responsável por mediar e intercomunicar o fluxo bancário internacional com mais de 40 anos e, como se autodefine, é uma cooperativa inicialmente formada por 15 bancos com a intenção de melhorar a comunicação interbancária transfronteiriça. “A SWIFT foi fundada na década de 1970, com base na visão ambiciosa e inovadora de criar um serviço de mensagens financeiras globais e uma linguagem comum para o envio de mensagens financeiras internacionais” (SWIFT, 2017a, tradução nossa). Além disso, observaram-se duas constatações. A primeira é de que no período investigado, os pagamentos feitos na moeda instituída pelo Partido Comunista Chinês (PCC) praticamente triplicaram em valor no globo. Já, a segunda é de que o uso do renminbi é realizado por uma quantidade maior de instituições financeiras, visto que se identificou que mais de 35% delas estavam utilizando a supramencionada moeda para honrar seus compromissos com a China e Hong Kong (SWIFT, 2014a).

Esse processo de maior utilização da moeda chinesa revela de imediato dois relevantes aspectos políticos. O questionamento da hegemonia norte-americana pelo viés econômico, afinal o uso da moeda americana é colocado em debate, pois envereda por um caminho de enfraquecimento do seu emprego global, reduzindo possivelmente o seu aceite. Por outro lado, proporciona maior autonomia à China na confecção política de suas relações internacionais. Tendo em mente a evolução no uso e na aceitação do renminbi no mundo, se pode identificar o ganho de respeito e de poder por parte da China diante das demais nações. Frente a este cenário em que a economia chinesa adquire papel primordial na determinação das interações políticas, é preciso compreender a emergência da temática do poder e seu exercício – por intermédio da moeda – no sistema monetário global.

É, neste sentido, que o olhar da Ciência Política é imprescindível para uma substanciada análise do processo de internacionalização do dinheiro chinês. Ao adotar um

enfoque de pesquisa guiado pelas consequências políticas que uma supremacia monetária pode gerar, novos horizontes são identificados e o processo de tomada de decisão adquire novas perspectivas a serem consideradas saindo, assim, do raso entendimento de que as ações monetárias executadas foram guiadas unicamente pelo ângulo econômico.

Afinal de contas, um governo ao agir para obter superioridade monetária de sua própria moeda – em um ambiente global em que há várias moedas emitidas por diferentes países – comporta-se deste modo, pois têm ciência de que tal superioridade se traduz em vantagem política, isto é, na conquista de poder frente às outras nações. Por isso, é válido questionar: como se detecta o emprego deste poder oriundo da moeda, o chamado poder monetário? Há alguns instrumentos e mecanismos que ilustram o uso desse tipo de poder. A capacidade de conceder empréstimos e decidir quem os irá receber, de ser referência entre os países no processo de tomada de decisão face aos problemas ou desafios econômicos, liderando e orientando os diferentes governos, bem como determinando normas e regras políticas a serem seguidas internacionalmente por todos são amostras de poderio sustentado monetariamente, ou seja, de poder fornecido a um Estado por uma moeda forte.

Considerando tais proposições e a partir de uma ótica orientada pela questão do exercício de poder dado pelo uso de uma moeda global, é possível depreender o motivo pelo qual a China iniciou a internacionalização de sua moeda, o que engloba, dentre outras características, a assinatura dos chamados arranjos bilaterais de *swap* que possibilitam a criação de mecanismos de pagamentos em moedas locais dos países signatários. Estes acordos bilaterais são realizados entre o banco central chinês – o Banco Popular da China (BPC) – e os bancos centrais dos países circuncêntricos ao seu território e, posteriormente, com os bancos centrais das nações importantes às suas necessidades desenvolvimentistas (como os componentes dos BRICS). A China tem utilizado esse tipo de arranjo como uma das ferramentas para ampliar o uso internacional de sua moeda desde 2009. Assim, a tática da nação chinesa se revela, ao ampliar seu campo de influência política incipientemente nas áreas de localização geográfica próximas as suas fronteiras e, concomitantemente, ambicionando influir em regiões relevantes a sua imprescindibilidade de recursos naturais e energéticos por meio do poder monetário. Desta forma, simultaneamente fortifica o relacionamento com as diferentes pátrias ao manter laços financeiros, incrementa o vigor do seu poder monetário frente a eles (afinal, não é recomendável uma postura hostil com o credor) e incentiva a demanda pela aquisição de sua moeda no mundo.

Além de efetuar os acordos de *swap*, a China também tem fornecido empréstimos e liderado ações como a Iniciativa Chiang Mai (CMI) – transformada posteriormente em

Multilateralização da Iniciativa Chiang Mai (CMIM) – para consolidar sua condição de credor regionalmente. De fato, “não há dúvida de que a China adquiriu um novo poder por conta do seu status de credor e sua provisão de finanças no balanço de pagamentos. Quando a China tem oferecido tais finanças diretamente aos países, a sua influência sobre estes países tem sido reforçada” (HELLEINER; KIRSHNER, 2014, p. 3, tradução nossa).

Diante deste quadro, é válido refletir se os mercados com grande dependência da economia chinesa estão preparados para os próximos estágios do programa de internacionalização da moeda da China. Entretanto, como verificar tal temática se há dificuldades com relação a qualidade dos dados das autoridades chinesas. Sob o estrito regime governamental do PCC, há vários e rígidos controles sobre as informações na China. Não há uma imprensa ou órgãos investigativos com direito de livre ação e condução que possam prover, assim como levantar, dados de maneira totalmente independente. Logo, os parceiros comerciais da China precisam se preparar para o futuro próximo, examinando internamente o grau de dependência deste importante mercado oriental e como a internacionalização da moeda chinesa pode afetá-los. Para tal, várias investigações científicas precisam ser realizadas em diferentes frentes por diversas nações, especialmente aquelas que mais realizam negócios com estes asiáticos.

Face a estas considerações e desafios, é necessário elencar um objeto de estudo que possa contribuir na proposta não só de medir o fenômeno da internacionalização do renminbi, mas também observar as implicações políticas e econômicas advindas de tal fenômeno no mundo. Neste sentido, o Brasil se apresenta como um relevante tema de pesquisa para identificar se uma das dez maiores economias do mundo espelha a evolução do processo de internacionalização da moeda chinesa.

Indubitavelmente, a incumbência de se verificar o desempenho da moeda da China dentro da economia brasileira é uma proposta colaborativa para os que desejam realizar profundas reflexões acerca das bases das tratativas políticas e comerciais sino-brasileiras, considerando o recente histórico de intensificação das relações entre Brasil e China. Como o terceiro maior parceiro comercial chinês no mundo fora da Ásia (LUCENA; BENNETT, 2013), desde 2014 o Brasil está enfrentando entraves na economia e política que obstaculizam o seu pleno desenvolvimento socioeconômico e a China é uma aliada essencial para a promoção do crescimento econômico brasileiro, visto a sua dedicação e aproximação com toda a região latino-americana.

Afinal, depois de oito décadas de hegemonia (OLIVEIRA, 2010) como maior parceiro em intercâmbios comerciais com os brasileiros, há seis anos os estadunidenses

perderam espaço para os chineses. O Brasil está entre os 10 maiores pares que realizam operações de exportação para a China a datar de 2008, sendo responsável por uma participação de 2,78% do total das compras chinesas no exterior realizadas em 2013 (WORLD BANK, 2015b). Olhando pelo lado brasileiro, quase um quinto de tudo o que foi exportado pelos brasileiros em 2013 (WORLD BANK, 2015a) tem o seu destino para o território de Xi Jinping, o atual presidente da China – que sempre viveu em um país comunista, visto que nasceu quatro anos após a implantação da República Popular da China (RPC) e com 21 anos de idade ingressou no PCC – hoje aos 63 anos (CASTRO, 2017) comanda a nação mais populosa do mundo. Sem dúvida, os últimos anos tem refletido o contínuo crescimento de interações entre o maior país da América Latina e a China.

Tendo em mente o cenário acima delineado, se destaca a importância da pátria chinesa para o Brasil, seja pelo prisma econômico, seja pelo político. Portanto, uma investigação acerca dos impactos do projeto monetário chinês em terras brasileiras se faz totalmente necessário. Reconhecendo a relevância da China e verificando sua estratégia de internacionalizar sua moeda, observa-se que algumas empresas no Brasil já fecharam negócios com os chineses, optando pela moeda renminbi na formalização dos contratos de compra e venda internacionais. Este foi o caso da empresa sul-mato-grossense de brinquedos Gala Embalagens que, em 2013, fez uma importação de uma empresa da China, pactuando o pagamento em dinheiro chinês. Com tal conduta, a citada empresa conseguiu uma redução de 3% no valor da negociação (HSBC GLOBAL CONNECTIONS, 2013).

Refletindo sobre os assuntos abordados até o momento, lancemos a problemática desta pesquisa de forma mais clara: é possível observar o processo de internacionalização do renminbi no Brasil a partir da análise das relações sino-brasileiras? Acreditamos que um estudo baseado em um levantamento das principais ações políticas dos governos brasileiro e chinês em termos de arranjos e atitudes voltadas para a esfera econômica desde 2008, bem como a avaliação de alguns dados macroeconômicos e financeiros fornecidos pelos Bancos Centrais do Brasil e da China, seja concebível para apontar aspectos para uma reflexão sobre a dinâmica do poderio econômico chinês dentro do contexto brasileiro.

À luz das perspectivas teóricas e do substancial exame das informações obtidas junto às instituições, espera-se constatar se há elementos que reflitam a utilização do renminbi no Brasil, a contar do período em que a China iniciou suas condutas para estimular a aplicação de sua moeda nas transações comerciais e financeiras no mundo. A hipótese desta pesquisa é que haja uma repetição do que já acontece globalmente com um crescente uso da moeda chinesa. Por outro lado, se pode identificar um cenário reverso ao verificado no plano

internacional. O notório neste projeto de estudo é expor um diagnóstico de como tem ocorrido o fenômeno do uso do renminbi no Brasil, almejando indicar as principais consequências, tanto políticas quanto econômicas, para a autoridade política brasileira no tocante a condução das suas relações internacionais com o emprego da moeda do povo chinês.

Dentro dessa perspectiva, a economia brasileira é um objeto de estudo útil que pode espelhar situações que ocorram em outros países da América Latina com forte potencial vendedor ao mercado chinês. O Brasil, como parceiro estratégico da China, precisa investigar e se preparar para os prováveis movimentos (incremento, manutenção ou queda) do intercâmbio econômico com os chineses. Afinal, face ao quadro de crise econômica que tem assolado o Brasil desde o último trimestre de 2014, parece não haver outra solução que não manter e, se possível, aumentar os vínculos comerciais com o segundo maior país importador do mundo para que haja continuados estímulos na demanda da produção nacional brasileira.

Considerando as ambições deste estudo e fins didáticos, esta pesquisa tem por objetivo avaliar o processo da internacionalização do renminbi por meio da análise das relações econômicas da China com o Brasil entre os anos 2008 e 2014. A pertinência da escolha dessa pesquisa se dá por refletir não só a época em que houve o início do crescimento da relevância chinesa para a realidade econômica brasileira no ano de 2008, dado que a China, até 2014, foi o maior parceiro comercial do Brasil, mas também por reconhecer a mudança de posição chinesa na condução de sua diplomacia monetária, tornando-se mais atuante no seu programa de internacionalizar o renminbi.

Face ao objetivo acima mencionado, é necessário compreender o debate teórico que versa sobre a relação entre Moeda, Estado e Poder. Em suma, é preciso apreciar os referenciais da teoria para compreender como a relevância de uma moeda pode refletir o poderio político de um Estado dentro de uma conjuntura global. Cabe ressaltar, como importante ferramenta para a corrente análise, que trataremos o Estado como uma autoridade soberana politicamente reconhecida por seus cidadãos em diferentes regiões territoriais legitimadas dentro da presente ordem mundial de nações.

Outro aspecto a ser observado diz respeito aos valores transacionados pelas instituições financeiras no Brasil entre renminbi e Real sem intervenção/troca/paridade de outra moeda de referência global, almejando apontar a existência dessas trocas diretas sem a intermediação do dólar norte-americano no Brasil. A intenção é detectar, por meio dos números, como ocorre empiricamente – no Brasil – o projeto da aplicação internacional do renminbi.

Uma importante faceta do presente estudo é compreender se a cooperação econômica e financeira entre o Brasil e a China se apresenta como um desafio ao constituído regime monetário internacional estruturado basicamente sob a tutela ocidentalista e encabeçada pelos Estados Unidos. O intuito é presumir qual face do poder político monetário essa relação deslumbra na cena mundial, analisando os impactos para a economia brasileira de um elevado grau de internacionalização do renminbi, ilustrando como o quadro econômico poderá ser afetado.

Em síntese, a intenção desta pesquisa não é só contribuir para pensar e problematizar se a inserção internacional do renminbi nas operações sino-brasileiras traz benesses ou perdas, mas também salientar como o Brasil deve orientar sua atuação consciente dos desafios e responsabilidades que serão impostos na realização de negócios com a China.

Por isso, a presente dissertação prima por alguns aspectos metodológicos, considerando o recorte de pesquisa em termos de tempo, espaço e exame histórico. Trata-se de uma investigação de cunho qualitativo, hipotético-dedutivo e descritivo, buscando contribuir com informações e reflexões sobre o nível de internacionalização da moeda chinesa em terras brasileiras. Para tanto, recorreu-se ao emprego do método bibliográfico. Com um levantamento de obras literárias importantes relacionadas ao tema, pretende-se retransmitir o panorama de estudos sobre a utilização da moeda chinesa globalmente. Coloca-se, também, como um imperativo, a utilização de uma extensa produção textual compreendida por livros, revistas, artigos científicos, jornais, documentos oficiais e mídias eletrônicas.

Adicionalmente, há a análise de documentos e das informações obtidas junto às instituições do governo brasileiro políticas, principalmente o Banco Central do Brasil (BACEN). Com destaque, houve a coleta de dados a partir de relatórios regularmente emitidos pelo banco central brasileiro e de trocas de mensagens de correio eletrônico (*e-mail*) com o corpo técnico do BACEN, o que nos possibilitou mensurar a evolução do uso da moeda chinesa no Brasil em suas operações financeiras. É importante ressaltar que se optou por fazer um “Estudo observacional de série temporal” (KELLSTEDT; WHITTEN, 2015, p.112)³ sobre a performance da utilização do renminbi no Brasil no íterim de 2008 a 2014 para nos habilitar a inferir se há um continuado aumento dessa utilização no mundo ou se não há indícios do fenômeno da internacionalização da moeda chinesa dentro da economia brasileira.

³ Num estudo como este há a proposta de se analisar uma “comparação ao longo do tempo de uma única unidade espacial” (KELLSTEDT; WHITTEN, 2015, p. 109). Neste sentido, a meta é mensurar a evolução do emprego do renminbi no espaço de tempo delimitado entre os anos de 2008 a 2014, tendo como unidade espacial de avaliação o Brasil.

Considerando a estrutura deste trabalho, optou-se por organizá-lo em três capítulos. O primeiro capítulo é dedicado à compreensão do poder monetário e sua capacidade de influência no sistema internacional, assim como nas diferentes moedas nacionais. A partir da revisão de algumas teorias não ortodoxas a respeito da moeda, bem como a análise histórica das principais moedas que detiveram supremacia no uso internacional, pretende-se demonstrar como o exercício do poder monetário é observado através da definição de processos que envolvem importantes tomadas de decisão no mundo.

No capítulo subsequente, delimita-se a atenção à construção do processo de internacionalização da moeda chinesa e a avaliação dos resultados alcançados até o momento pelo governo chinês a partir desse processo. Verifica-se o que ensejou uma postura mais ativa da diplomacia monetária da China em comparação aos anos anteriores, mas também a trajetória trilhada pelo uso internacional do renminbi no período estudado e a conformação de cenários que incentivaram o contínuo avanço neste processo, concluindo com o atual panorama do uso internacionalizado do renminbi, bem como os principais entraves e dilemas para o progresso e total consecução do projeto de se utilizar globalmente a moeda chinesa.

Por fim, no último capítulo se destina a proceder a um exame sobre os instrumentos utilizados pela China para capacitar o uso do renminbi no Brasil, assim como averiguar os dados relativos às transações entre o renminbi e a moeda brasileira a fim de se diagnosticar o grau de internacionalização da moeda da China no Brasil. Com o desempenho do uso do dinheiro chinês na economia brasileira, objetiva-se indicar se o Brasil é um símbolo desse fenômeno auferido em constante intensificação em termos globais por alguns estudos ou se há uma rejeição no Brasil a este projeto durante o período investigado de 2008 a 2014.

CAPÍTULO I – MOEDA & ESTADO: UMA RELAÇÃO MARCADA PELO EXERCÍCIO DO PODER?

A temática da moeda em grande medida é tida como alvo principal de um campo específico de profissionais, os economistas. Entretanto, a relevância que é refletida pela moeda tem ampliado a gama de profissionais de diferentes áreas, os quais têm dedicado não só atenção, mas também divergentes referenciais de análise para esse objeto de estudo.

A centralidade da discussão sobre a moeda e, principalmente, seu valor surge diariamente na mídia ao percebermos como diferentes veículos de comunicação reservam parte do seu noticiário para informar a paridade do valor de face que uma moeda (na maioria das vezes a moeda local/nacional do país) possui frente a uma outra moeda que é vista como referência mundial de valor: o dólar estadunidense. Outro exemplo desta centralidade da moeda como tema de investigação, é a preocupação de grupos políticos que buscam legitimidade na cena internacional, assim como no exercício de poder nas suas relações monetárias, efetuarem a implementação de uma nova moeda ou o fortalecimento da moeda existente⁴ a fim de demonstrarem seu âmbito de influência.

Frente ao exposto, cabe reconhecermos que o estudo da moeda (e da sua classificação no Sistema Monetário Internacional) tem elevada relevância para a compreensão de importantes movimentos – principalmente – os políticos na arena das relações internacionais. Logo, é válido propor a reflexão sobre algumas indagações: quais são os fatores que contribuem para creditar poder à uma moeda? Seria apenas a performance crescente e positiva da economia de um país a causa responsável pelo poderio de uma moeda? Há participação de ações políticas na tarefa de obter poder monetário? E qual a postura do governo de uma nação, isto é, trata-se de um ator ativo ou possui conduta inerte face aos caminhos monetários do dinheiro cunhado por ele?

Com a intenção de colaborar na reflexão proposta pelos questionamentos supramencionados, tenciona-se neste capítulo averiguar a literatura sobre o assunto norteadas por tais inquietações, destacando as correntes teóricas que versam sobre a funcionalidade da moeda. Adicionalmente, a partir de uma retrospectiva histórica, há a aspiração de refletir sobre as circunstâncias e conjunturas que envolveram os processos das primeiras moedas a

⁴ Tendo em mente a capacidade política que o emprego de uma moeda fornece, não é motivo de surpresa um grupo terrorista com reconhecido crescimento no Oriente Médio e aterrorizador *modus operandi* como o Estado Islâmico se preocupar em cunhar uma moeda para demonstrar os limites territoriais de seu poder. “O grupo terrorista divulgou em fóruns jihadistas imagens de moedas de um e cinco dinares. Os extremistas querem impor uma nova unidade monetária nas regiões que dominam” (VEJA, 2015).

serem validadas em operações mundiais, a libra esterlina e o dólar dos Estados Unidos. Ao avaliar o contexto que conformou o ambiente propício para as moedas precursoras como referência global no processo de tomada de decisões, se almeja analisar os aspectos que o fenômeno de se internacionalizar uma moeda (emitida por uma única nação) coloca em debate para o país– emissor e os demais. Desta forma, se anseia colaborar sobre a abordagem de como a moeda e o Estado possuem uma relação conduzida pela prática do poder.

1.1 – TEORIAS SOBRE O PODER: FERRAMENTA ECONÔMICA OU RETRATO DO PODER?

A tradição do pensamento na economia política em sua fase inicial, a conhecida Escola Clássica, foi dominada pela compreensão de que os avanços econômicos não deveriam estar sujeitos às práticas governamentais impositivas e, sim, a liderança governativa deveria trabalhar em parceria ou mesmo com pouca ingerência sobre a economia. Em outras palavras, as forças do mercado deveriam ter um campo para que se expressassem livremente sem intervenções políticas e a moeda seria apenas um instrumento para intermediar as relações de trocas na economia.

Seguindo neste raciocínio, a maior parte do arcabouço teórico relativo a economia política, quando se trata de analisar moeda, se apoia na prática histórica – clássica e liberal – que trabalha sob o primado de que os indivíduos são seres racionalmente equilibrados e a “autonomia aparente das relações econômicas é geralmente considerada como óbvia” (AGLIETTA; ORLÉAN, 1990, p. 44). Desta forma, frente a esta independência no cenário da economia, não haveria disputas políticas com viés econômico e sequer a moeda, como representante das possibilidades dadas pelo dinheiro, seria passível de utilização direcionada e estratégica, dado que sempre estará a serviço dos desejos puramente econômicos.

Pela perspectiva de exercício de poder por parte do Estado, como interveniente governamental na economia, esta análise tem visto de modo diminuto a ação estatal em moldes de poder fornecido pela moeda, fazendo com que as relações lógicas ocorridas no terreno dos assuntos econômicos fossem superficialmente tratadas como espelho do resultado das diversas interações ocorridas entre as forças de mercado com pouco ou nenhuma interferência de um governo sustentado politicamente.

É, no rastro desta lógica, que a Teoria Metalista sustenta a sua estrutura teórica. Intitulados de metalistas, os primeiros teóricos monetaristas consideravam que o surgimento da moeda justificava-se pela necessidade do comércio baseado na razão, porque para esta

corrente “a moeda existe por força de uma escolha racional feita pelos agentes da economia. Estes optam por mediar suas trocas com um instrumento que consegue reduzir custos de transação, já que a moeda é a mercadoria mais transacional ou líquida que existe” (CRESPO; CARDOSO, 2010, p. 2).

Entretanto, com a proposta de romper com esta visão baseada no Metalismo, alguns estudiosos buscaram compreender a relevância da moeda por outros ângulos. Karl Marx trouxe novidade a este tipo de discussão a partir do momento que reconheceu na moeda características que reverberam o comportamento e a conduta daqueles que vivem em sociedade, em especial, a sociedade configurada pelo modo de produção capitalista.

Esta noção de dinheiro como relação social articula, portanto, classes, processos de trabalho, etapas de produção, circulação e distribuição, fazendo da moeda algo inseparável das economias capitalistas. É por isso que, para Marx, a economia real é necessariamente monetária. Esta articulação entre a moeda e a economia real, na obra de Marx, é que vai ser responsável pela noção de não-neutralidade permanente da moeda e pelo caráter endógeno da mesma. No que se refere à não-neutralidade da moeda, ela significa que a moeda afeta a atividade produtiva. (MOLLO, 1998, p. 10)

Todavia, o que se percebe de forma mais substanciada – em um primeiro momento – é a influência da chamada Teoria Cartalista⁵, inicialmente desenvolvida pelo também alemão Georg Friedrich Knapp no início do século XX. Ao que tudo indica, o ponto que confirma uma convergência entre as lógicas de Knapp e Marx é reconhecer no dinheiro, na moeda, um símbolo oriundo do resultado da interação social.

Knapp definiu moeda como ‘um meio de pagamento cartal’, os conteúdos metálicos das quais eram ‘irrelevante para a sua validade’. A palavra ‘Chartal’ deriva da palavra latina ‘Carta’ e leva o sentido de um ‘bilhete’, ‘contador’, ou forma ‘*Chartal*’ (ibid., p.32). Assim, é do latim ‘*Charta*’ que a moeda cartal, e a teoria Cartalista, derivam seu significado. (BELL, 2001, p. 155, tradução nossa)

Por vislumbrar a moeda por sua face social, Knapp, aos 63 anos, publica em 1905 o livro “A Teoria Estatal da Moeda”⁶, que serve de referência para esta teoria e pressupõe a moeda como uma criatura do Estado. Afinal, somente a força política suportada pela figura do Estado tem o monopólio de definir tributos e impostos (ou seja, obrigações financeiras dos cidadãos para com o governo aceito por tais cidadãos), bem como a unidade de conta em que tais tributos e impostos serão pagos ao Estado.

⁵ A abordagem Cartalista sobre a moeda preconiza um contraponto aos entendimentos clássicos sobre moeda, o que evidencia uma proximidade das concepções monetaristas de Marx, pois busca “as origens sociais e históricas de dinheiro/moeda e, ao contrário da visão Metalista, fornecem uma teoria sobre o dinheiro/moeda não baseada no mercado” (BELL, 2001, p. 154, tradução nossa).

⁶ *The State Theory of Money* é o nome da obra na língua inglesa.

Dentro do clássico entendimento a respeito da moeda, compreende-se que há – por parte dela – o desempenho de três funções simultaneamente: meio de pagamento, reserva de valor e unidade de conta. Na primeira função, a moeda é enxergada como ferramenta, “um meio de troca físico” (METRI, 2010, p. 10). Muitos teóricos, especialmente os metalistas, viam nesta função de intermediação como o papel central e principal de uma moeda. Porém, considerando o enfoque Cartalista, depreende-se que qualquer objeto pode ser capacitado como instrumento para mediação entre permutas e precisa, obrigatoriamente, ter a anuência de uma autoridade governamental para tal.

Seguindo na compreensão acerca das funções da moeda, o conceito de reserva de valor é advindo da ótica que um acúmulo de moeda configura-se em um estoque de valores, em outras palavras, de dinheiro. Já no entendimento sobre unidade de conta – função em que a moeda é capaz de mensurar o valor monetário dos bens e serviços – que a Teoria Cartalista ganha maior força, pois enfatiza o pilar fundamental da exclusividade de uma soberania política na definição de uma moeda ao reconhecer que somente o Estado possui alçada socialmente certificada para o uso da força para impor sua vontade. Haja vista que “Apenas o poder político, cuja legitimidade funda-se no domínio dos mecanismos de violência e coerção física, tem a força necessária para fazê-lo” (METRI, 2010, p. 3). De forma categórica, é possível verificar que

[...], ainda quando os agentes privados no cotidiano criam obrigações que funcionam como meios de pagamento e reserva de valor, não podem criar moeda em sua função de unidade de conta. Isto é, eles criam obrigações que desempenham funções monetárias, mas não criam moeda no sentido estrito da palavra, já que todas as obrigações privadas são denominadas na unidade de conta escolhida pelo Estado, ao passo que se presume que todas são potencialmente conversíveis nesta última. Deste modo, mesmo que o Estado não determine a quantidade total de meios de pagamento que circulam na economia, i.e., não é o agente exclusivo na determinação do estoque de moeda, como presume o monetarismo, é ele quem define a unidade de conta ou aquilo que deve ser considerado moeda. (CRESPO; CARDOSO, 2010, p. 2)

Em linhas gerais, os defensores da corrente teórica Cartalista versam que a moeda é uma das interações na sociedade, pois em sua relação há um caráter dúbio entre os homens: de um lado a posição do credor e, de outro, a do devedor. A inovação de Knapp foi pensar que o valor do dinheiro/moeda é endógeno/originado com o Estado e, não de forma exógena, isto é, a valoração da moeda originada a partir de uma representação de um domínio metálico precioso atestado pelo Estado.

Dado que a moeda é uma relação social que depende das relações de poder, não existe nenhuma característica natural que converta qualquer objeto particular em moeda. A qualquer instante que o Estado deseje, o objeto que desempenha esta função pode ser trocado, pois o que confere valor e aceitação a esta é a possibilidade de usá-lo para saldar uma determinada obrigação. (CRESPO; CARDOSO, 2010, p. 4)

Seguindo nessa linha de raciocínio, é válido examinar os entendimentos do relevante economista John Maynard Keynes à luz dos pressupostos cartalistas. O fato interessante é que Keynes foi muito influenciado pelas ideias da Teoria Cartalista no início das suas pesquisas sobre moeda. Ele absorveu as abordagens estatais sobre a moeda de Knapp e compartilhou da preocupação deste último sobre a percepção da moeda:

como uma unidade de conta e meio de pagamento. A moeda como unidade de conta, ele disse, era ‘aquilo em que as dívidas e os preços e o poder de compra geral são expressos ... [enquanto] moeda em si mesmo [é] aquela que é entregue pelos quais contratos de dívidas e contratos de preço são descarregados’. (KEYNES, 1930, p. 3 apud BELL, 2001, p. 156, tradução nossa)

A teoria keynesiana compreende a moeda como uma relação social e, por isso, identifica a imprevisibilidade das ações na sociedade, justamente por refutar o entendimento de que os indivíduos ou firmas no processo de tomada de decisão são conduzidos por aspectos estritamente racionais, posição esta que se aproxima da lógica marxista.

Outra linha teórica que se opõe às concepções metalistas é a proposta pelos franceses Michel Aglietta e André Orléan, a chamada teoria convencionalista⁷. Com a produção literária intitulada de “A violência da Moeda” na década de 1980, os supracitados estudiosos clamam por uma avaliação crítica da importância social da moeda perpassada pelas contribuições de Marx, destacando as reflexões, por vezes mecanicistas, a partir do uso da teoria do valor.

A intenção destes autores é demonstrar, assim como Keynes e Marx, que a instabilidade nas relações sociais no bojo do modelo econômico capitalista gera incerteza e medo, logo o único porto seguro é o da moeda. O desafio é delinear uma teoria que analise a

⁷ “Para estes autores, a aceitabilidade de uma moeda em um dado ambiente econômico é resultado de uma convenção social. A moeda, para eles, se configura ela mesma em uma instituição social, correspondendo a ‘uma reserva de riqueza de liquidez absoluta’ (AGGIO, 2008:38). Ela se torna representante da riqueza absoluta por possuir uma aceitação generalizada, sem qualquer acordo explícito entre os indivíduos e sem a participação do Estado. [...]. Os indivíduos vivem, de acordo com Aglietta e Orléan (2002), em um ambiente de incerteza e insegurança inerente em função da ausência de laços sociais entre eles. A busca de subsistência entre os agentes não está garantida. Desse modo, a fim de minimizarem os efeitos dessa realidade, os indivíduos buscam uma forma de proteção. A ‘riqueza de liquidez absoluta’ corresponde ao objeto de desejo de todos que cobijam essa proteção. Os indivíduos buscarão pela forma líquida de riqueza, não importa qual seja esta forma. Na gênese desse processo, cada agente preferirá que a forma geral de riqueza socialmente aceita seja o bem que ele produz ou tenha fácil acesso, a fim de obter vantagens. Porém, esse processo de seleção da riqueza líquida geral ocorre dentro de uma dinâmica própria, não relacionada com a vontade individual de cada agente” (MARTINS, 2014, p. 14 e 15).

moeda pelas suas qualidades e não apenas quantitativamente, refutando a noção de valor como única perspectiva de análise nos assuntos monetários.

O objetivo de Aglietta e Orléan é delinear uma teoria qualitativa da moeda, porque apenas ela “permite ao mesmo tempo sustentar um ponto de vista unitário sobre a natureza da moeda e não mutilar as ricas observações dos historiadores sobre a especificidade das formas da organização monetária” (AGLIETTA; ORLÉAN, 1990, p. 31). Ambos teóricos se disponibilizam em conceber a moeda a partir de uma teoria que preconize sua análise mais ampla do que os preceitos da economia clássica, dedicando um olhar antropológico⁸ no quadro da economia e política, bem como se propõem em romper com a compreensão da moeda como elemento neutro em relações iguais de intercâmbio, configuradas por interações sociais.

Perseguindo o intuito de buscar arcabouços teóricos alternativos ao discurso comum e tradicional da economia, o que se nota é que a busca de outras percepções conceituais tem se ampliado, a fim de tentar explicar as atuais ocorrências financeiras e socioeconômicas dentro das fronteiras dos países e, principalmente, na convivência entre nações. É neste cenário que os princípios da Teoria Cartalista têm adquirido força. Esta teoria tem norteado sua evolução em evidenciar o quão é importante o Estado, bem como suas direções políticas, para o exercício de poder no âmbito da Economia, ou seja, como o Estado é central para os caminhos e descaminhos de uma moeda.

Em suma, a supracitada teoria advoga que a moeda está a serviço das decisões determinadas estrategicamente pelo Estado para que este último tenha maior capacidade de efetivar poder no contexto global. Nesse sentido, repercute claramente o entendimento de que “o dinheiro é uma criatura do Estado. Sua aceitabilidade geral, que é seu atributo mais importante, está em pé ou cai por sua aceitabilidade por parte do Estado” (LERNER, 1947, p. 313, tradução nossa).

Face a tais compreensões, evidencia-se uma perspectiva em que o Estado, como dirigente político legitimado, é agente de altivo vigor no cenário econômico que denota reflexos políticos, recusando a premissa tão colocada por teóricos liberais ou metalistas, de um ator enfraquecido e refém dos movimentos financeiros guiados pelos preceitos da globalização, majoritariamente guiados pela iniciativa privada.

⁸ “Deve-se então sublinhar que, contrariamente à sua aparente ingenuidade, o mimetismo é um conceito extremamente complexo. A razão essencial disso é simples: ele introduz no âmago do indivíduo a necessidade imperiosa das relações sociais. [...]. O mimetismo tem a virtude de misturar estreitamente num mesmo movimento, individualidade e sociabilidade. A violência econômica procede, então, desse paradoxo: o outro que o sujeito imita é indissociavelmente modelo e rival” (AGLIETTA; ORLÉAN, 1990, p. 18 e 19).

Pelo fato de somente o ente político que representa a autoridade maior e central, o Estado, ditar o poder em contexto econômico delimitado por um território – segundo a teoria Cartalista – é ele o promotor de ações que determinam as diretrizes de uma moeda adotada dentro de suas fronteiras, mas também o detentor do poder monetário geograficamente limitado. Logo, como o objetivo mor de qualquer instituição estatal é angariar cada vez mais poder frente aos outros governos estatais em um sistema de países, será um fenômeno espontâneo que o Estado queira ampliar as áreas de seu poder monetário fora de suas fronteiras.

Com efeito, a proposta Cartalista mais contemporânea está compromissada em não pensar na origem da moeda, mas na influência do Estado no quesito da credibilidade e confiança da moeda por ele imposta. Nesse sentido, repudia as percepções acerca da moeda como um ente neutro sem nenhuma ingerência política. Portanto, “teria a vantagem de explicitar a característica política da criação e uso da moeda em uma economia com soberania e interligação entre políticas monetárias e fiscal” (AGGIO; ROCHA, 2009, p. 162).

E, diante de um contexto internacional em que autoridades soberanas politicamente procuram a ampliação do uso de sua moeda como reflexo de seu poder, seria coerente que suas moedas concorressem também internacionalmente. Assim, depreende-se como uma moeda pode ter êxito em ecoar o poderio de um Estado no espaço internacional, ao invés de somente atuar numa região estritamente delimitada e certificada a um Estado. Desta forma, incrementa-se a relevância da moeda como fonte de poder de um Estado nas relações internacionais.

Tendo em mente o poder concedido a uma nação através do vigor de sua moeda na conjuntura global de países, ao estimular a procura por sua moeda fora de suas fronteiras, a organização política de um país ambiciona lugar de destaque (frente às outras nações) no chamado Sistema Monetário Internacional (SMI). Afinal, para este sistema, moeda é “vista como um bem público à disposição de qualquer agente econômico [...]. Assim entendida, ela não se constitui numa exclusividade do país que a emite, pois outros países e agentes podem utilizá-la” (METRI, 2010, p. 7). E é no interior deste sistema que há o gerenciamento das diferentes moedas pelo aspecto político, pois o SMI nasce

como solução à instabilidade natural dos mercados e aos problemas que se somam quando da presença de diferentes unidades de valor. Sendo assim, a problemática do SMI e de suas respectivas moedas de referências se reduziria tão somente ao modo pelo qual tais problemas e instabilidades poderiam ser mitigados, ou seja, através da criação de convenções e instituições que surgem da interação entre as unidades político-territoriais (Estados) que o forma. (METRI, 2010, p. 8)

A importância de um sistema internacional, seja monetário ou financeiro, sustentado por órgãos e instituições é a possibilidade de conformar panoramas e cenários mais adequados, para não dizer interessantes, a determinados países que atuem de forma líder na condução de tais sistemas. E, sem dúvida, a liderança nestes sistemas é pautada pela relevância da moeda no marco global. “As relações monetárias e financeiras internacionais são sempre o produto tanto da economia quanto sobretudo das escolhas dos países dirigentes” (GOWAN, 2003, p. 24).

Porém, é possível questionar: como se denota destaque a um certo dinheiro, moeda, na competição entre diferentes Estados com suas próprias moedas? Há o entendimento de que o êxito em se tornar uma moeda internacional é conquistado a partir da habilidade da nação emissora de tal moeda em compelir os demais países a usarem a sua moeda nas mais diversas, significativas e primordiais transações internacionais⁹. Dito de outra forma, é a chance de um Estado em inculcar nos outros Estados que a melhor forma de criar, nomear e pagar obrigações financeiras na arena de negócios mundiais é na moeda emitida por este primeiro Estado e, não, na moeda que estes últimos emitem (METRI, 2010).

Não obstante, Crespo e Cardoso (2010) questionam se não há um choque com os ideais da teoria Cartalista ao analisar a moeda de um Estado, pelo olhar de comparação entre várias moedas no âmbito internacional, elencando uma hierarquia de moedas.

A relação entre as moedas nacionais é essencialmente competitiva e hierárquica. Os Estados Nacionais com maior relevância geopolítica possuem moedas que gozam de maior aceitação no sistema econômico internacional, tanto nas transações comerciais, quanto nas financeiras. Contudo, o fundamento desta hierarquia monetária não se encontra só na cobrança de tributos. Este fato aparece como uma contradição para a teoria cartalista se a mesma é interpretada a partir da ideia de que só os tributos fundamentam a aceitação das moedas Estatais. (CRESPO; CARDOSO, 2010, p. 13 e 14)

Metri (2004) responde a esta contradição ao apontar o papel do sistema financeiro para a ampliação da influência de uma moeda internacionalmente. Afinal, é no cerne deste sistema que há a propagação ou a retração do uso de uma moeda frente às outras no aparato das operações mundiais. É a necessidade de se interligar economicamente as mais adversas comunidades de produção que justifica a imposição mundial de uma moeda. A questão central é compreender como essa moeda é eleita para tal função. E, sem dúvida, o SMI reflete como

⁹ “o sucesso para tornar qualquer moeda na de referência internacional está na capacidade de se dominar os mais relevantes mercados internacionais, em outras palavras, na capacidade de impor tal moeda como a de denominação, cotação e liquidação das mais importantes operações internacionais” (METRI, 2010, p. 16).

acontece essa definição. “Refere-se a uma hierarquia política que se traduz em sua forma monetário-financeira na esfera internacional” (METRI, 2010, p. 16 e 17).

E, de acordo com o fenômeno detectado, seja de aumento da utilização de uma dada moeda ou de diminuição do seu emprego no SMI, é possível diagnosticar como uma autoridade estatal se inclui politicamente no panorama internacional de disputas entre nações, que se apresenta hierarquizado.

Prevalece no sistema financeiro internacional uma hierarquia bem definida e fortemente consolidada entre os diversos sistemas financeiros nacionais, expressa em parte pelos diferentes graus de liberdade para política monetária permitidos pelos mercados de divisas e de ativos. Esse ponto tem importantes implicações sobre a competição interestatal, já que diferentes posições nesta hierarquia, correspondem a distintas formas de inserção no sistema internacional, o que determina, por sua vez, maiores ou menores oportunidades para condução das políticas nacionais de desenvolvimento. (METRI, 2004, p. 7)

Outra interessante contribuição a respeito da temática de hierarquia monetária e análise focada pela atuação estatal em tal dinâmica de hierarquização é o estudo de Stephanie Bell. Com a proposta de compreender melhor o que muitos estudiosos “tem reconhecido como uma pirâmide de débito ou ‘hierarquia de dinheiro’, que existe em todas as economias modernas” (BELL, 2001, p. 149, tradução nossa) a referida pesquisadora se dedicou no artigo intitulado “O papel do Estado e a hierarquia do Dinheiro”. Ela defende a escolha dos preceitos Cartalistas, por estes conseguirem explicar por que ocorre uma hierarquização entre as moedas (BELL, 2001). O Cartalismo reconhece a moeda totalmente atrelada ao poder e definições do Estado.

E, seguindo nessa linha de raciocínio, os países que são capazes de impor mais obrigações (para não dizer dívidas) em sua moeda no SMI, promovem maior difusão e, por consequência, crescente aceitação da sua moeda no globo. Por isso, a hierarquia da moeda se apresenta como uma estrutura piramidal, visto que “como uma pirâmide de várias camadas, onde as camadas representam promessas [...]. No ápice é a promessa ‘final’ ou a mais aceitável” (BELL, 2001, p. 158, tradução nossa).

Ao analisar a problemática do poder pelo viés monetário considerando a ótica global, Benjamin Cohen (2014) propõe o entendimento de Dahl (1957) – que preconiza poder como a capacidade de um ator influenciar um outro ator, neste caso o Estado, ao fazer escolhas que são mais convenientes a quem lhe influencia do que a si próprio¹⁰ – com o intuito de

¹⁰ A fim de aprofundar brevemente sobre a temática do poder em Dahl, compartilha-se da premissa de que “A potencialidade implica que A tem poder sobre B quando A *tem condições* que levam B a realizar algo que em outras circunstâncias não faria. O exercício do poder depende do resultado da ação, ou seja, quando A consegue

considerar que poder monetário pode ser equacionado como influência, sendo esta última sinonimizada com os conceitos de autoridade ou liderança. Diante deste quadro, Cohen é perspicaz em oferecer uma interessante reflexão:

Como saberíamos quando a influência monetária está em funcionamento? O exercício do poder nem sempre é auto-evidente, especialmente se ele é indireto ou passivo. O poder não se anuncia regularmente ele mesmo. A abordagem mais prática é se concentrar em papéis específicos – funções identificáveis que podem ser consideradas como manifestações tangíveis de poder. (COHEN, 2014, p. 25, tradução nossa)

Se o desafio de se analisar o poder, singularmente o poder no arcabouço político, se justifica na dificuldade de claramente identificá-lo, o poder monetário supera tal desafio, uma vez que se manifesta plenamente de forma visível, prática, capaz de ser apontado e verificado os seus efeitos. E o poder fornecido pela moeda à uma soberania política limitada por uma região territorial é configurado, desta maneira, fugindo do terreno das ideias (que não é tangível) para se solidificar no cotidiano da realidade de instituições responsáveis por desenho de decisões e de políticas a serem implementadas por todos no SMI, sendo evidenciado pela distribuição de altos cargos nos mais relevantes organismos financeiros mundiais¹¹.

Deste modo, é compreensivo que o Estado busque fortalecer sua moeda além de suas fronteiras. Em suma, que opte como planejamento estratégico nas suas relações com os diferentes territórios investir no relacionamento monetário, aumentando a aceitabilidade de sua moeda em amplitude global, internacionalizando a mesma, pois “ao longo da história, a expansão do território econômico dos Estados Nacionais sempre aconteceu como uma ampliação da esfera de influência das suas finanças e moedas nacionais sobre os territórios de outros estados nacionais” (CRESPO; CARDOSO, 2010, p. 13 e 14).

Indubitavelmente, um Estado que ambiciona internacionalizar sua moeda está demonstrando, ao perseguir nesses trâmites, a meta de reproduzir seu poder em regiões fora do que é legalmente aceito, ou seja, de demonstrar o poder de forma mais subjacente e de difícil tangibilidade. Afinal de contas, nas premissas básicas do Direito Internacional Público, a autoridade soberana de um Estado está diretamente vinculada com a nação territorial que ele ocupa e é reconhecida como poder central por seus concidadãos.

de forma bem-sucedida *obrigar* B a realizar algo que não faria em outras circunstâncias. Em outras palavras, quando A determina o comportamento de B” (ABU-EL-HAJ, 2014, p.11).

¹¹ “A mais clara evidência da dominância da América poderia ser encontrada na alocação inicial de quotas e assentos dos membros do FMI no Conselho de Diretores Executivos do Fundo” (COHEN, 2014, p. 30, tradução nossa).

se a definição e a aceitação de uma moeda estão relacionadas às decisões do poder político consolidado quanto a sua proclamação e aos mecanismos de tributação que impõe, o espaço de validade de toda e qualquer moeda é, num primeiro momento, justamente o espaço político sobre o qual exerce domínio, mais precisamente no exato alcance dos seus instrumentos de tributação. (Knapp, 1905: 40 e 41). [...] No entanto, a hierarquização política e econômica ‘*entre soberanos*’ pode ocorrer com base em outros instrumentos de dominação, diferentes dos mecanismos de tributação, permitindo que se estenda para além das fronteiras político-territoriais o espaço de circulação e de validade de uma moeda de conta. (METRI, 2010, p. 15 e 16)

Seguindo na tarefa de se estudar o poder pela perspectiva da força monetária, há ainda as contribuições de Chin (2014) que alega que na contabilidade do poder é preciso estudá-lo de maneira mais abrangente, considerando não só o poder direto – que “pode ser definido como a habilidade de um Estado de obter de outro Estado para que se faça aquilo que de outro modo este último não faria, seja mediante persuasão ou coerção” (CHIN, 2014, p. 184, tradução nossa) – mas, em especial, o chamado poder estrutural que possui duas dimensões: efeito de restrição e a capacidade possuidora.

Na primeira dimensão, compreende-se que um país pode exercer seu poder nas relações monetárias internacionais a partir do seu vigor em conformar cenários onde os atores atuam, reduzindo as suas opções. Por tais características, o efeito de restrição se qualifica por delinear o arcabouço de atuação das nações no SMI (CHIN, 2014). Já pela segunda dimensão, a capacidade possuidora, uma nação pode “expandir o leque de escolhas abertas para os outros, dando-lhes oportunidades que eles não teriam de outro modo, pela abertura ou alargamento das suas opções” (CHIN, 2014, p. 185, tradução nossa).

Em resumo, exercer poder externamente às divisas geográficas de seu território por meio da sua capacidade econômica sem coerções tangíveis, partindo de um quadro implícito, é a qualidade mais refinada do poder dado pela moeda a um Estado. Por isso, nos cabe questionar: Que fatores devem ser configurados para a internacionalização de uma moeda? Que moedas são consideradas internacionalizadas e porquê? Quais são as vantagens e desvantagens para um governo de ter sua moeda internacionalizada? Questões como estas nos remetem a análise da história monetária, destacando a posição econômica – assim como a moeda – dos chamados países hegemônicos¹² no plano mundial.

¹² Para fins deste trabalho, adotamos o entendimento de Hegemonia dado por Robert Cox (1983, p. 167): “A hegemonia no nível internacional não é, pois, meramente uma ordem entre os estados. É uma ordem dentro de uma economia mundial com um modo dominante de produção que penetra em todos os países e se liga aos outros modos subordinados de produção. É também um complexo de relações sociais internacionais que conectam as classes sociais dos diferentes países. A hegemonia mundial pode ser descrita como uma estrutura social, uma estrutura econômica e uma estrutura política; e não pode ser simplesmente uma destas coisas, mas deve ser todas as três. A hegemonia mundial, além disso, é expressa em normas universais. Instituições e

1.2 – INTERNACIONALIZAÇÃO DA MOEDA: CONTEXTO DE SURGIMENTO DESSE PROCESSO

A temática de internacionalização de uma moeda é um assunto relativamente recente de pesquisas e discussão investigativa. A necessidade de uma moeda ser usada globalmente não era tão evidente até os avanços constatados no século XIX: “antes do fim das guerras napoleônicas não havia, por assim dizer, uma economia mundial integrada, mas apenas blocos mercantilistas rivais. Portanto, não existia um senso de planejamento econômico amplo” (MOFFIT, 1984, p. 16).

O século XIX muda o arcabouço econômico. Há a configuração de uma arena mundial conectada e integrada não só pela economia, mas pelos reflexos políticos de tal vínculo. O SMI é instituído a partir do surgimento de um governo capaz de exercer poder globalmente, tornando-se um Estado Hegemônico em uma atmosfera política recheada de países que concorrem para praticarem tal poder. Assim, se apresenta a necessidade de uma moeda internacional. Entretanto, o que a história dos últimos duzentos anos nos ensina sobre o SMI e o processo de se internacionalizar uma moeda?

As mudanças de moedas globais descrevem a transição do poder econômico internacional e as mudanças no padrão da economia mundial, enquanto as mudanças de taxas de câmbio refletem a incompatibilidade de interesses na competição financeira entre muitos países, especialmente os países grandes, e as necessidades de uma estável ordem mundial monetária. Desde o século 19, a evolução de cinco gerações do sistema monetário internacional tem mostrado que o aumento da globalização requer uma rede monetária internacional estável e equilibrada. O sistema monetário internacional deveria corresponder ao poder econômico dos países grandes monetários, a fim de manter a estabilidade contínua. (CHEN, 2010, p. 123, tradução nossa)

Frente as considerações expostas acima, cabe verificar os relevantes aspectos da jornada de internacionalização das primeiras moedas nacionais a terem seu uso global legitimado, a libra esterlina e o dólar estadunidense, assim como em que estrutura de SMI esta utilização mundialmente foi reconhecida.

1.2.1 – De Líder a Colaborador: Uma análise sobre o processo de internacionalização da moeda inglesa

Considerando o procedimento de se internacionalizar uma moeda, o reino da Inglaterra¹³ foi precursor. Com o domínio da Grã-Bretanha, em que as trocas comerciais foram potencializadas à esfera mundial, a exigência de um instrumento que servisse não só de intermédio monetário, mas que também gozasse de atestado valor entre os que faziam negócios internacionais se evidenciava enormemente. Sem a imposição ou conveniência de conferências internacionais ou instituições globais, a moeda adotada pelo país que representava poderio mundial naquele período da história foi elevada ao status de dinheiro internacional. Desta forma, a libra esterlina (lastreada em ouro) se tornou, a partir do século XIX, a moeda nacional mais desejada entre todos na Terra.

O que se percebe é que a primeira internacionalização de uma moeda não foi planejada, ou seja, a utilização internacional da moeda inglesa não foi um ato claramente planejado pelo Reino Unido, muito menos decidido em um fórum global com todos os países da época que compunham a Ordem Mundial. A internacionalização da libra foi o fruto de um processo que internacionalizou diversas frentes desenvolvimentistas da Grã-Bretanha (modelo de negócios, forças militares, logística, modo de produção, obtenção de fontes de energia, etc.) lideradas e suportadas pelos ganhos econômicos originados das tarefas, por vezes diplomáticas, por vezes coercitivas, de uma nação hegemônica.

As vantagens de se ter uma moeda internacionalizada concedem a possibilidade de um desequilíbrio na balança comercial de seu país emissor (importações podem ser maiores que as exportações), subsidiado pela lucratividade dos investimentos efetuados. Além disso, os riscos de desvalorização cambial, que todos os comerciantes globais estão sujeitos – assim como os custos de trocas de moedas – são reduzidos para os negociantes que são detentores da moeda altamente aceita nas operações mundiais.

a Inglaterra mantém a paridade da sua moeda em relação ao ouro, tem déficit comercial, não tem déficits em conta corrente (durante esse período, a Inglaterra mantém superávits em conta corrente – déficits só começam a aparecer em 1914) e financia todo o seu déficit de balança de pagamentos causado pela saída de capital de longo prazo, recebendo as aplicações de curto prazo do resto do mundo. (SERRANO, 2002, p. 241)

¹³ A força inglesa foi galgada a partir da eficácia dos intercâmbios comerciais. A “anatomia do comércio internacional foi essencialmente determinada pela hegemonia britânica na indústria, navegação e finanças. A supremacia econômica britânica remodelou o comércio internacional sobre princípios semelhantes aos do livre comércio” (MOFFIT, 1984, p.16).

A questão é que o Estado detentor de hegemonia geopolítica é capaz de – a qualquer momento – usar sua força nas diferentes modalidades (habilidade política, vigor econômico ou violência militar) em todo o globo terrestre. No fundo, o governo que gerencia uma moeda internacionalizada também é compreendido na percepção de um país fiador, garantidor do sistema financeiro internacional de nações. Entretanto, como essa posição de país avalista do SMI ocorre na prática? Neste sentido, Cohen (2014) adota o entendimento de poder monetário versado por Charles Kindleberger, o qual avançou por oferecer critérios importantes para este tipo de diagnóstico, pois este último

sugeriu que um líder monetário deveria ser esperado atuar em três papéis distintos: (1) manutenção de um relativamente mercado aberto para bens de “socorro”; (2) fornecer empréstimos anticíclicos, ou pelo menos empréstimos estáveis e de longo prazo; e (3) agir como um prestador de última instância em tempos de crise. Em trabalho posterior, acrescentou duas funções adicionais: (4) policiar um sistema relativamente estável de taxas de câmbio; e (5) garantir um certo grau de coordenação das políticas macroeconômicas. Todos esses cinco papéis implicam claramente uma medida de influência. Juntos, eles definem o alcance do poder monetário. (COHEN, 2014, p. 25, tradução nossa)

Com efeito, tais critérios são importantes para entendermos como o poder monetário inglês, assim como a hegemonia do Reino Unido, se manteve em situação de liderança por tanto tempo com a libra esterlina e como foi reduzido – devido ao período das duas guerras mundiais – até ser substituído pelo poder globalmente exercido pelos Estados Unidos da América por meio do dólar.

O que se denota de relevante é que a Inglaterra, na consecução de seu projeto hegemônico e ao reconhecer o poder que sua moeda internacionalizada colaborava para tal, teve a engenhosa preocupação em manter o aspecto financeiro de seu poder e procurou diversificar e trazer recursos econômicos para serem manuseados em seu espaço territorial sob a jurisdição da libra esterlina. A conhecida *City londrina* concentrava fisicamente em uma só parte do império Britânico um extraordinário número de negociações comerciais e transações financeiras. Mesmo não tendo mais a liderança no processo de manufaturas e produção de serviços desde 1870 (EICHENGREEN, 2011), o poder monetário inglês perdurou por mais tempo por conta da excelência da sua praça financeira em cativar os mais diferentes investidores e países na crença do padrão ouro-libra¹⁴ ser imbatível quando comparado às outras opções de aplicação ou instrumento monetário.

¹⁴ A importância e escassez do ouro o qualificaram com primazia como metal relevante economicamente frente a prata, alçando – desta forma – o posto de reserva e de lastro para o SMI operado dentro do chamado padrão-ouro clássico. “Nesse período, a Inglaterra era a potência econômica líder e as outras nações alinhavam-se (ou tinham

Em consequência da liquidez de seus mercados, Londres atraía reservas de governos e de bancos centrais, o que ampliava ainda mais a liquidez do mercado, na medida em que esses investidores institucionais substituíam, em seus portfólios, o ouro, que apesar de suas outras vantagens, não rendia juros, por papéis londrinos que pagavam juros. Essa era a vantagem da moeda internacional dominante, a chamada ‘vantagem do pioneirismo’ (*first-mover advantage*), que a mantinha na liderança, mesmo quando o país emitente entrava em declínio. (EICHENGREEN, 2011, p. 19)

Por não conseguir mais atender aos critérios básicos de um país líder em termos monetários, dado o enfraquecimento de todo o seu sistema econômico que foi praticamente sepultado pela Primeira Guerra Mundial, o governo inglês não poderia mais manter o vínculo entre a libra esterlina e o ouro¹⁵, o denominado padrão ouro-libra. Esta situação retirou a condição máxima da Grã-Bretanha no quadro monetário-financeiro internacional, que era a de credor mundial. Afinal, efetuando a reflexão sobre a trajetória do poder monetário inglês, é válido apreender o que

Keynes, certa vez discursando no Parlamento, afirmou que ‘o meio para manter-se como banqueiro internacional é permitir que cheques sejam emitidos sobre si próprio’. Como moeda é um estoque de valor, o banqueiro internacional precisa manter a integridade de sua moeda nacional. Nos anos anteriores à Primeira Guerra Mundial, a Grã-Bretanha conseguiu isso atando a libra esterlina ao ouro. Além de cumprir as funções de Casa de Compensação, o banqueiro internacional deve também prover capital para investimentos de longo prazo, a fim de financiar o crescimento econômico no resto do mundo. (MOFFIT, 1984, p. 16 e 17)

Contudo, a história econômica demonstra que a queda de poder monetário inglês não foi prontamente acompanhada de um reconhecimento e aceite de posto hegemônico por parte dos Estados Unidos. Com o término em 1918 da Primeira Guerra Mundial, houve uma lacuna de poder no SMI. Esta lacuna foi, de acordo com muitos pesquisadores econômicos e cientistas políticos, a principal causadora de vulnerabilidades e instabilidades sistêmicas, gerando a crise de depressão das economias de 1929, surtos inflacionários terríveis nos principais territórios europeus e um propenso quadro para o crescimento de ideologia nazifascista¹⁶.

que se alinhar) às diretrizes da política inglesa para atingir sucesso econômico. Por sua importância no comércio internacional e pelo desenvolvimento acelerado de suas instituições financeiras, a Inglaterra impunha ao mundo o padrão ouro e Londres torna-se o centro financeiro do mundo. O padrão ouro clássico como qualquer Sistema Monetário Internacional tem como objetivo básico o equilíbrio interno e externo da economia. Neste padrão, a responsabilidade para atingir tal equilíbrio era dada ao Banco Central, que deveria preservar a paridade oficial entre as moedas e o ouro” (MARINHO, 2007, p. 3).

¹⁵ Adicionalmente a instabilidade do campo político das relações internacionais no início do século XX, o ouro não fluía mais para a Inglaterra como outrora. “O ouro, nas décadas de 1920 e 1930, continuava a fluir inexoravelmente para os Estados Unidos” (SERRANO, 2002, p. 242).

¹⁶ Para maior compreensão desse período é prodigioso notar que “Depois dos traumas financeiros no final da década de 20, as principais economias voltaram-se para dentro de si mesmas e a economia mundial, que havia

O regime de câmbio fixo com o padrão-ouro internacional não sobreviveu à divisão da Primeira Guerra Mundial nem ao endividamento dos beligerantes europeus, apesar das diversas tentativas de restaurá-lo sob formas organizadas. As condições monetárias e financeiras de seu funcionamento desapareceram, com suas condições econômicas e políticas, entre as duas guerras mundiais, período de crise capitalista e de nacionalismo monetário das grandes potências. (BRUNHOFF, 2005, p. 77)

Diante da ausência de um sistema econômico internacional legitimado por instituições supranacionais reconhecidas e com poder de ação entre os países para conferir equilíbrio e estabilidade para as operações financeiras, somado ao fato de que a nação estadunidense ainda não era capaz na época de chamar para si as responsabilidades impostas a um país fiador do SMI, a incerteza nos rumos econômicos estava instaurada. Logo, não houve um policiamento de práticas abusivas na arena financeira global (dando possibilidades de ocorrer, por exemplo, guerras cambiais) e as medidas econômicas dos territórios interligados comercialmente e financeiramente se mostravam fundamentalmente ineficazes.

Quando preços e produção entraram em colapso, um poder hegemônico com perspectiva histórica deveria ter mantido seus mercados abertos e emprestado ao exterior para evitar que a anomalia financeira se espalhasse. Os Estados Unidos não estavam dispostos, ou talvez se encontrasse incapacitados de ver que a saúde de sua economia interna se relacionava intimamente com a saúde da economia internacional. (MOFFIT, 1984, p. 19)

Como não houve um concerto de entendimentos no Sistema Monetário Internacional entre os principais países em moldes econômico-financeiros ao longo dos anos de 1920 e 1930 na Europa, a urgência no delineamento deste tipo de entendimento foi evidenciada com a Segunda Grande Guerra. A fim de não incurrir nos mesmos erros do tratado de armistício que findou a Primeira Grande Guerra, com o ingresso dos Estados Unidos no conflito beligerante no final de 1941, algumas nações já começavam a se preocupar com a reorganização econômico-financeira por ocasião do fim da Segunda Guerra Mundial.

As nações aliadas, perseguidas por três décadas de depressão, ruína financeira e guerras mundiais, reuniram-se em Bretton Woods para fazer o esboço de um plano criando uma ordem econômica no pós-guerra. Os Estados Unidos e a Grã-Bretanha viam a tarefa de construir uma economia viável para o pós-guerra como tão urgente que, mesmo antes de a maré da guerra voltar-se contra os nazistas, começaram a assentar os fundamentos para Bretton Woods. (MOFFIT, 1984, p. 13)

É preciso destacar que a Grã-Bretanha e os Estados Unidos da América – nação com potencial de autoridade supranacional quando comparada com a terra do seu antigo

florescido por um século sob o poderio britânico, desintegrou-se em blocos econômicos concorrentes entre si” (MOFFIT, 1984, p. 18).

colonizador – encabeçaram os estudos de regras e desenhos possíveis para um equilibrado sistema econômico global. O desafio era como conferir certeza no SMI para que houvesse segurança novamente no ambiente de negócios. Todavia, havia um embate interno sobre diferentes concepções americanas e inglesas de como essa reestruturação deveria ser posta em curso. Somente em 1944, com a conferência de Bretton Woods em solo norte-americano (um aspecto que já demonstra vantagem geopolítica e o país que era capaz de gerar um poder hegemônico naquele momento da história contemporânea) o confronto de ideias pôde ser avaliado. Keynes

liderou as negociações com os americanos sobre a estrutura do sistema monetário internacional no pós-guerra. Extremamente autoconfiante, ele acreditava que o governo dos Estados Unidos ofereceria aos aliados empréstimos para a reconstrução de suas economias, sem condições onerosas, depois que ouvisse seus argumentos convincentes. Contrariando essas expectativas, os americanos exigiram que a Inglaterra removesse suas restrições, com base na crença de que, dessa maneira, expandiriam o mercado às suas exportações. Para eles já era hora de retomar, em condições normais, as relações financeiras internacionais típicas de tempos de paz. (EICHENGREEN, 2011, p. 40)

Mesmo com a participação de todos os países aliados (44 nações) na conferência supracitada, o comando das discussões foi conduzido pelos territórios anglo-saxões. As posições inglesas eram defendidas pelo teórico John M. Keynes, já os interesses estadunidenses eram advogados por um importante funcionário do Tesouro Americano, Harry D. White. Em linhas gerais, ambos certificavam a necessidade de organismos internacionais que trouxessem mais estabilidade para a economia internacional, apesar de diferenças fundamentais. “Havia a intenção de estabelecer novas regras de comércio, com as quais os países comerciantes pudessem conviver, e confiar a uma nova agência internacional a autoridade de fazê-las cumprir. Essa era a responsabilidade do Fundo Monetário Internacional” (MOFFIT, 1984, p. 16).

No duelo dos debates, a argumentação norte-americana vence, demonstrando a força com a qual o dólar emerge na cena internacional. Com a vitória de White, surgem, então, as instituições do FMI e o Banco Mundial, o qual em um primeiro momento foi intitulado de Banco para Reconstrução e Desenvolvimento por conta dos propósitos de recuperação dos territórios no pós-guerra.

Indubitavelmente, a maior parte da vontade dos Estados Unidos foi atendida. Bretton Woods decretou o fim da hegemonia britânica e formalizou o início da norte-americana por apoiar o lado mais forte, o que tem – em grande parte – subsidiado a força americana até hoje,

o lado monetário. “Os esquemas de Bretton Woods presumiam que o dólar era tão bom quanto o ouro” (EICHENGREEN, 2011, p. 49).

Ao longo da história do sistema monetário internacional, não é difícil identificar que a reconstrução do sistema monetário internacional é fundamentalmente dependente das alterações das principais economias do mundo. Porque os custos associados com as mudanças são muito elevados, e as mudanças da estrutura sistemática monetário internacional geralmente ocorrem depois das mudanças de potências econômicas do mundo, a transição será um processo progressivo, gradual e de longo prazo. A substituição da libra esterlina pelo dólar dos EUA levou quase um século, e o tempo para o dólar substituir a libra aconteceu aproximadamente 50 anos após os EUA ultrapassarem a Grã-Bretanha como o líder econômico mundial. (CHEN, 2010, p. 125 e 126, tradução nossa)

Em face dos resultados da conferência de 1944, é profícuo questionar como os Estados Unidos se estruturaram, pela perspectiva econômico-financeira, para arregimentar a utilização internacional de sua moeda no contexto internacional do pós-guerra. É relevante compreender como a nação norte-americana conseguiu configurar um arcabouço monetário internacional para que fossem amplamente aceitas as percepções de que possuir dólar era tão bom quanto possuir ouro (COHEN, 2014) no pós-guerra, bem como os esforços que têm sido dispensados para manter a sua posição de liderança no SMI.

1.2.2 – De Ex-colônia a Comandante: Uma análise sobre o processo de internacionalização norte-americana

Os Estados Unidos tiveram de desenhar a sua própria jornada para tornar sua moeda internacionalizada, visto que não havia experiências anteriores para se espelhar no passo-a-passo inicial a ser trilhado quando se almeja substituir uma moeda internacional como a libra esterlina. Afinal, a internacionalização da moeda britânica foi um movimento necessário (uma ferramenta criada) para o SMI inaugurado pelo século XIX.

O que se tinha como base era a experiência inglesa em lastrear a moeda baseado no ouro com a intenção de creditar confiabilidade à moeda e em todo o sistema econômico global. Sendo assim, o desenho estadunidense começou pela necessidade de aferir crédito para suas transações internacionais sem depender de acesso à praça financeira inglesa ou outras praças.

Em 1870, a ex-colônia já havia ultrapassado a ex-metropole na produção de bens e serviços. [...] Portanto, não era normal que os Estados Unidos continuassem dependendo de Londres para o financiamento do comércio e que o dólar desempenhasse papel internacional pouco significativo. Parte da explicação se

situava na legislação vigente que impedia os bancos americanos de abrir filiais e sucursais no exterior. (EICHENGREEN, 2011, p. 17)

O entrave à internacionalização do dólar, em certa medida, era estrutural, justificado pelo impedimento legal. De fato, haviam exceções com instituições bancárias estadunidenses para serviços no exterior, mas estas instituições não eram permitidas a operar com transações de comércio exterior. “Até a aprovação da Lei da Reserva Federal (*Federal Reserve Act*), em 1913, os bancos nacionais eram proibidos de operar com crédito comercial” (EICHENGREEN, 2011, p. 18).

Outro aspecto que obstaculizava a inserção internacional do dólar era a ausência de um banco central norte-americano capaz de efetuar o gerenciamento completo da moeda em todo o território estadunidense, bem como conceder créditos comerciais. O atraso na demora da implementação de um banco central respingou na presença internacional da moeda dos Estados Unidos quando comparada às outras moedas.

Para os bancos centrais e para os governos, a libra esterlina, não o dólar, era “tão boa quanto o ouro”. Não só o marco alemão, o franco suíço e o florim holandês, mas também a lira italiana, o franco belga e o xelim austríaco, todas essas alternativas se situavam à frente do dólar na hierarquia das moedas, às vésperas da Primeira Guerra Mundial. (EICHENGREEN, 2011, p. 22)

De qualquer modo, é preciso compreender que embora houvesse impedimento de bancos estatais, os negócios financeiros se desenvolveram em Nova York, com a diversificação de uma praça financeira. Entretanto, mesmo com um conjunto de instituições privadas financeiras, o temor de ocorrer uma crise em 1907 foi maior, devido ao fato de “as transações financeiras em Nova York se resumirem a nada mais que especulação, ao contrário dos investimentos sólidos, lastreados em negócios de importação e exportação, que predominavam em Londres” (EICHENGREEN, 2011, p. 22).

A partir de mais uma instabilidade financeira junto ao dólar enfrentada pelos norte-americanos em seu solo, em 1907, a urgência na consecução de inaugurar um banco central estadunidense se colocava. Comissões e grupos de estudo foram implementados no Congresso americano para estudar viabilidades e o melhor projeto de Banco Central a ser implantado (EICHENGREEN, 2011). Não obstante, ainda demorou sete anos até que a legislação norte-americana fosse revertida e houvesse a instauração de um banco central orientado a garantir a ampla oferta de moeda estadunidense de forma equilibrada e orientada a salvaguardar taxas de juros. Em adendo, a autorização de bancos norte-americanos a operarem com agências no exterior também só aconteceu após este período.

Toda essa demora, se por um lado contribuiu para subjugar o dólar na arena das moedas internacionais anteriormente, por outro possibilitou sua inserção no momento econômico mais propício para tal: a Primeira Grande Guerra. “A guerra, agora, promovera significativa expansão das exportações dos Estados Unidos, à medida que o país se transformava em fábrica e celeiro do mundo. As multinacionais americanas passaram a operar na América Latina e na Ásia” (EICHENGREEN, 2011, p. 26).

Entretanto o final da I Guerra Mundial não asseverava a supremacia do dólar, visto que os Estados Unidos ainda enfrentariam a recessão econômica provocada pela Crise de 1929. E a falta de coordenação de políticas econômicas na Europa no pós-guerra moldou um cenário inflacionário e de total inconstância no SMI vigente na época. Paralelamente, a libra esterlina não conseguiu retomar seu status plenamente. É, neste contexto, que grande parte dos aspectos políticos se desenrolaram e levaram os europeus a Segunda Grande Guerra no final dos anos 30 do século passado. Com o novo esfacelamento no continente europeu e a deterioração produtiva das suas economias, há então o cenário ideal para os Estados Unidos impor sua moeda, dado que possuía saldo positivo na sua balança comercial e não sofreu com tantas agressões e avarias em seu território face as nações europeias.

A partir desse cenário, há inovação política por parte do governo norte-americano na definição dos rumos econômicos mundiais e na determinação do uso internacional de sua moeda, demonstrando como o poder monetário é capaz de conformar conjunturas de ação por parte dos Estados. Afinal, plenamente cientes de que seria preciso moldar uma atmosfera de certeza para que o SMI voltasse ao completo funcionamento (integrando países e possibilitando o retorno da dinâmica econômica), bem como de que era necessário um país endossar e nortear as condutas em tal atmosfera, os Estados Unidos fazem a convocação das nações ainda em guerra para discussão do futuro da economia internacional na cúpula de Bretton Woods em Julho de 1944.

No entanto, facetas importantes dessas negociações seriam decisivas para a total definição do país como o líder monetário no mundo pós-1945. Os norte-americanos guiados por Harry White queriam assegurar de que maneira, para não dizer em que moeda e situações, deveria ser efetuada a utilização dos valores do FMI e do Banco Mundial por parte dos países devedores. Os Estados Unidos, como nação emergente no cenário internacional, queriam que o amplo uso de sua moeda – o dólar – refletisse este novo cenário. Logo, a necessidade de se determinar o *modus operandi* da recuperação financeira mundial e em que moeda os valores de empréstimos das instituições da nova ordem internacional seriam transacionados se tornava evidente.

Recuperado da crise econômica do final dos anos 20 com a injeção de crédito dado pela aplicação do projeto econômico *New Deal*¹⁷, os Estados Unidos era o motor da economia mundial desde os anos 1930. Como maior nação importadora do mundo e única (dentre os países combatentes) capaz de conceder os vultosos empréstimos para a reconstrução dos territórios europeus (COHEN, 2014), a situação norte-americana qualificava e desequilibrava o ambiente de processo de tomada de decisão no cenário dos realinhamentos econômico-financeiros propostos na conferência de 1944.

Depois da Segunda Guerra, somente os Estados Unidos estavam preparados para impor sua referência ao ouro, ao preço oficial de US\$ 35 a onça, que seria o pivô do regime de câmbio fixo saído dos acordos de 1944 em Bretton Woods. Esse novo compromisso hierarquizado visava estabilizar as taxas de câmbio, evitando a desordem monetária dos anos 30 e a impotência ou a cumplicidade dos Estados com o *hot Money* da especulação sobre as divisas. As novas regras de 1944 permitia aos Estados-membros reduzir os movimentos internacionais de capitais para proteger a estabilidade do câmbio de suas moedas. (BRUNHOFF, 2005, p. 77)

Para continuar na trajetória de crescimento econômico suportado pela produção e constante processo de industrialização, os Estados Unidos da América precisavam de mercados equilibrados e abertos aos seus produtos. Por não ter sofrido diretamente em seu solo as perdas ocasionadas pela guerra, combinado ao fato de ser a única região estruturada e preparada para se expandir de imediato após a Segunda Grande Guerra (MOFFIT, 1984), a nação de Abrão Lincoln queria assegurar uma atmosfera propícia e estável para o avanço hegemônico da moeda dos Estados Unidos sobre o mundo.

Com os acertos econômicos já alinhados antes do término da guerra por conta do que foi acordado em Bretton Woods, a moeda estadunidense assume, então, o papel de liderança monetária no sistema internacional. Afinal, é a partir deste momento que há a implementação dos entendimentos propostos pela nação do então presidente Franklin Delano Roosevelt durante a conferência de 1944 em New Hampshire.

A solução de Bretton Woods para a desordem monetária era um meio termo entre a adoção de um padrão completo de papel-moeda e um retorno ao padrão-ouro. [...] Sua solução era fazer do dólar americano um equivalente do valioso metal. [...] Para assegurar a estabilidade monetária, os acordos de Bretton Woods estabeleceram taxas de câmbio fixas entre as inúmeras moedas nacionais. Com o propósito de

¹⁷ Falando sobre os objetivos claros do *New Deal*, Moffit é sagaz ao destacar que assim como o desenho dos projetos econômicos para o término da Segunda Guerra, o plano de recuperação *New Deal* tinha sido “uma combinação pragmática de idealismo liberal e calculado auto-interesse, característicos de uma grande potência. [...] Uma das importantes lições dos anos de depressão, incorporada pelos mentores do *New Deal*, era que o mercado nem sempre funcionou por si só, o mercado tinha que ser encorajado por políticas do governo” (MOFFIT, 1984, p. 19).

evitar o ressurgimento de guerras monetárias, os países tinham que obter a aprovação do FMI para mudar os valores de suas moedas. (MOFFIT, 1984, p. 21)

Deste modo, os Estados Unidos cimentavam incipientemente não só a atração de investidores e de governos, mas também angariavam confiança em sua moeda mundialmente. É, no rastro da compreensão desse período que há o estabelecimento do padrão ouro-dólar que preconizava o dólar como nova moeda de parâmetro mundial em substituição a libra esterlina do Reino Unido.

Com o SMI organizado e estruturado com as regras de Bretton Woods para as outras pátrias e o país estadunidense com maior grau de liberdade financeira, logo é possível identificar a supremacia produtiva e financeira dos Estados Unidos e como dólar passa a ser a moeda de referência global reconhecida por mercados, por isso baliza preços nas cotações de produtos e contratos de câmbio. Não há mais só uma imposição estatal para a utilização do dólar, mas sim uma autenticação por parte do restante dos atores do SMI da relevância da moeda estadunidense. Ciente dos aspectos supramencionados e imbuído do anseio de tornar o dólar uma moeda cada vez mais forte, o governo norte-americano continua incitando a demanda mundial por sua moeda.

A grande questão é que ao estimular a procura por dólar e, simultaneamente, gerir uma moeda internacional, considerando os preceitos firmados em Bretton Woods, os Estados Unidos precisavam superar o famoso dilema¹⁸ em que se encontravam: de um lado, continuar honrando os acordos de uma moeda lastreada pela sua reserva de ouro ou – de outro lado – emitir o papel-moeda, ignorando tais preceitos, mas mantendo a liquidez do SMI.

Sem dúvida, os arranjos firmados na reta final da Segunda Guerra em Julho de 1944, que eram suportados por um sistema monetário de câmbio fixo, começavam a ser questionados e a compreensão de que uma nova arquitetura financeira precisava ser instituída se fortificava. Com um quadro de incerteza sobre a postura norte-americana, no início dos anos 70, ocorrem os primeiros movimentos especulativos que pressionam o dólar (logo, o Banco Central dos Estados Unidos) sobre sua capacidade resolva de se converter em ouro. Frente a impossibilidade de continuar lutando contra a fuga de recursos gerada pela conduta

¹⁸ Este ponto versa sobre o chamado Dilema de Triffin. “O Dilema de Triffin consistia em que, se os Estados Unidos se recusassem a fornecer dólares a outros países, o comércio estagnaria e o crescimento econômico paralisaria. No entanto, se os Estados Unidos garantissem a oferta ilimitada de dólares, lubrificando o crescimento e o comércio, a confiança no compromisso americano de converter dólar em ouro seria erodida. No fim das contas, acabaria eclodindo uma corrida contra os estoques de ouro dos Estados Unidos, destruindo a capacidade do país de manter o preço do ouro em US\$ 35. Ou os Estados Unidos, preventivamente, poderiam renunciar à obrigação de fornecer ouro a preço fixo. De qualquer maneira, o sistema ouro-dólar estava condenado” (EICHENGREEN, 2011, p. 49).

especulativa, assim como uma desaceleração da força econômica estadunidense¹⁹, temos o fim da ordem monetária global pautada pelo “sistema de paridades fixas” (TAVARES, 1997, p. 32). É válido salientar que este fim da convertibilidade do dólar por ouro foi decretado pelo próprio Estados Unidos, de modo autônomo e sem consultas prévias aos demais países participantes de Bretton Woods.

A decisão de agosto de 1971 de “fechar a janela do ouro” significava que os Estados Unidos não estavam mais sujeitos à disciplina de ter de tentar manter a paridade do dólar frente ao ouro ou nenhuma outra coisa: poderiam deixar o dólar se movimentar segundo os desejos do Tesouro dos Estados Unidos e apontavam na direção da remoção do ouro dos negócios monetários internacionais. A economia se virou dessa forma em direção a um padrão dólar puro. (GOWAN, 2003, p. 46)

A partir deste íterim, a força da moeda norte-americana é dada por um lastro muito mais instável, porém pertinente a nova realidade financeira da época: a credibilidade do país emissor. O lastro da moeda não é mais o rígido controle de posse de ouro como aconteceu com a libra e o dólar no pós-guerra de 1945. O lastro adotado pelo dólar, em substituição ao ouro, é intangível, porém demonstra todo o poder obtido pela moeda estadunidense. Trata-se da confiança adquirida frente aos outros Estados por intermédio da robustez – econômica e política – do Estado Norte-Americano de determinar normas e parâmetros que estruturam o arcabouço financeiro global (poder estrutural), de honrar seus pagamentos e de se manter como líder na arena mundial monetária.

Nesse sentido, há a implantação de um novo ordenamento monetário internacional que ainda é norteado pelo dólar – como moeda no topo da hierarquia de moedas – entretanto, mais livre de controles: sejam cambiais pela adoção do câmbio flutuante parametrizado não só pela autoridade política, sejam estatais por conta da diminuição do gerenciamento direto da entrada e saída dos fluxos de capitais no país. Intitulado como padrão dólar-flexível pela maioria dos economistas²⁰, “os Estados Unidos podem incorrer em déficits na BP [balança de pagamentos] e financiá-los tranquilamente com ativos denominados em sua própria moeda, como nos outros padrões anteriormente citados” (SERRANO, 2002, p. 250).

¹⁹ “o fim a reconstrução das potências capitalistas europeias – principalmente a Alemanha – e do Japão, assim como a liberalização dos mercados do ouro e do dólar, contribuiu para desestabilizar esse dispositivo [Acordo de Bretton Woods] a partir dos anos 60. Os Estados Unidos, pouco a pouco, deixaram de ter o papel de grande credor internacional – sua balança comercial estava deteriorada. No fim da década de 1960, o seu estoque de ouro havia diminuído pela metade. A crise do dólar como padrão oficial que suscitou a decisão unilateral norte-americana de pôr fim ao regime de Bretton Woods” (BRUNHOFF, 2005, p. 77 e 78).

²⁰ Para Gowan (2003, p. 51), trata-se do “Regime do Dólar-Wall Street”, visto que a “maneira pela qual o sistema iria realmente funcionar dependia de seus dois mecanismos fundamentais: o dólar e os mercados financeiros internacionais cada vez mais concentrados nos Estados Unidos. Assim, as novas disposições monetárias internacionais deram ao governo dos Estados Unidos muito mais influência sobre as relações monetárias e financeiras internacionais do mundo do que a que ele tivera sob as regras de Bretton Woods”.

O que convém verificar é que a adesão do padrão dólar-flexível em esfera global possibilitou aos Estados Unidos se preparar para uma ampliação comercial mais significativa e em bases mais vantajosas, adquirindo as benesses dadas pela senhoriagem. Trata-se de um processo que estimulava a iniciativa econômica americana de forma pujante e é o:

Benefício mais controverso do status do dólar como moeda internacional decorre dos recursos reais que os outros países oferecem aos Estados Unidos para adquirir a moeda americana. O *Bureau of Engraving and Printing* (a casa da moeda dos Estados Unidos) gasta apenas alguns *cents* para produzir uma nota de US\$ 100, mas outros países precisam fornecer US\$ 100 em bem e/ou serviços para obter a mesma nota de US\$ 100. (Essa diferença entre o que custa para o governo americano imprimir os dólares e para um estrangeiro obter a mesma quantia em dólares é conhecida como ‘senhoriagem’ (*seignorage*), termo inspirado no direito dos nobres medievais, ou senhores, de cunhar moeda e de reter parte do metal preciosos usado na cunhagem). (EICHENGREEN, 2011, p. 3 e 4)

Com os aspectos positivos da senhoriagem, não só a iniciativa privada norte-americana era favorecida na compreensão que a qualidade do seu capital (o dólar) frente os recursos dos seus concorrentes internacionais (que contavam com outras moedas) era melhor, mas também o próprio governo estadunidense. Ao ser capaz de financiar as contas e fornecer empréstimos a vários países sem incorrer em custos adicionais que as outras nações que também concediam financiamentos precisavam incorrer, os Estados Unidos se mantêm na condição de prestador do mundo, o Estado fiador do SMI na era pós-Bretton Woods. Afinal, “a senhoriagem do dólar inclui dar ao sistema financeiro americano grandes vantagens como a principal fonte mundial de crédito” (GOWAN, 2003, p. 53).

Com o desenrolar deste processo de senhoriagem, os proveitos econômico-financeiros estadunidenses se ampliam exponencialmente, pois não tem limitações externas ao seu endividamento nas suas contas públicas. Afinal,

Na medida em que os bancos e empresas de todo o mundo valorizam as vantagens dos títulos mobiliários dos Estados Unidos, esses detentores se dispõem a pagar cada vez mais por eles. Esse é o efeito substancial: os juros que os Estados Unidos pagam por seus passivos externos são dois ou três pontos percentuais inferiores às taxas de retorno de seus investimentos no exterior. Os Estados Unidos podem manter déficits externos no valor dessas diferenças, importando mais do que exportam e consumindo mais do que produzem, ano após ano, sem se endividarem mais em relação ao resto do mundo. Ou podem abocanhar empresas estrangeiras em consequência do status singular do dólar como moeda mundial. (EICHENGREEN, 2011, p. 4)

É o chamado “privilegio exorbitante”, nomenclatura dada pelas autoridades francesas a este processo em que os Estados Unidos não eram taxados ou controlados em sua performance econômica contábil, diferentemente de outras nações que tinham de manter

rígidos controles frente a paridade cambial acordada por ocasião dos Acordos de Bretton Woods. Todavia, o governo norte-americano compreende que pelo fato de arcar com a responsabilidade de ser o provedor de crédito mundial precisa ser remunerado por este encargo.

Contudo, o que nos parece muito mais surpreendente é a ótica de análise oferecida por Serrano (2002) ao avaliar a real regalia dos Estados Unidos em gerenciar o SMI a partir da gestão da sua própria moeda, o dólar. Seguindo na concepção proposta por ele, na lógica deste processo de comandar o papel-moeda internacional, os Estados Unidos – responsáveis por esse comando – determina as taxas a serem praticadas globalmente sendo ao mesmo tempo detentor de suas obrigações de pagamento de seus títulos em dólar, ou seja, seria como se o devedor definisse em que taxas pagará suas próprias dívidas.

Os Estados Unidos não eram o banco *comercial* do mundo pagando taxas de juros ‘de mercado’ em seus passivos externos de curto prazo. A analogia correta é a de que os Estados Unidos, ao controlar a emissão da moeda internacional, faziam o papel de banco *central* do mundo. O verdadeiro privilégio dos Estados Unidos no padrão ouro-dólar era idêntico ao da Inglaterra no padrão ouro-libra, ou seja, o país não tem restrição global de balança de pagamentos e, além disso, sua autoridade monetária determina *unilateralmente* a taxa de juros mundial. Era claro que os Estados Unidos não queriam perder esse privilégio. (SERRANO, 2002, p. 248)

Face ao exposto, é possível diagnosticar que houve forte atuação política do governo dos Estados Unidos no intuito de manter o projeto do dólar como moeda de uso internacional. A chamada “Diplomacia do dólar forte”²¹, em 1979, perpetrada pelo dirigente do Banco Central estadunidense Paul Volcker e a instauração do Acordo de Plaza²², em 1985, foram outros exemplos de firme ação política por parte dos Estados Unidos da América para a manutenção da supremacia monetária do dólar frente às demais moedas.

Neste sentido, é possível verificar o poder monetário se manifestando com excelência, pois é por meio deste tipo de poder que os Estados Unidos apresentam sua

²¹ Com a iniciativa de barrar a desvalorização do dólar e conceder força política e econômica diante do cenário de instabilidade provocado pelo fim da Ordem Monetária de Breton Woods oito anos antes, houve a “decisão do FED de subir unilateralmente as taxas de juros americanas em outubro de 1979 (antes do 2º. choque de petróleo) foi uma resposta à investida de europeus e japoneses, tomada com o propósito de resgatar a supremacia do dólar como moeda de reserva” (TAVARES; BELUZZO, 2004, p. 125).

²² O arranjo conhecido como Acordo de Plaza foi implementado em 1985 pela equipe econômica estadunidense com a anuência e colaboração de Japão e Alemanha, objetivando frear a sobrevalorização do dólar iniciada a partir da política de “dólar forte” seis anos antes. “em meados dos anos 80, os EUA resolveram reverter a brutal valorização do dólar, que já havia causado danos quase irreparáveis à sua indústria, foi dado um sinal claro de que, pelo menos ‘esta parte da festa’ estava prestes a acabar. Os japoneses foram obrigados a engolir a valorização do yen, o que, por um lado, afetou suas exportações para a área de predominância da moeda americana e, por outro, causou sérios prejuízos para os bancos, corretoras e seguradoras que carregavam em suas carteiras ativos em dólar” (TAVARES; BELUZZO, 2004, p. 132).

“capacidade de enquadramento econômico financeiro e político-ideológico de seus parceiros e adversários” (TAVARES, 1997, p. 28). Desta forma, a pujança do dólar tem sido renovada sistematicamente por ferramentas que mantêm a moeda atraente as diferentes operações. Sem dúvida,

o dólar não se tornou a moeda central do sistema monetário-financeiro internacional por meio das leis de mercado, mas sim devido ao poderio dos Estados Unidos que conseguiram preservá-lo como uma moeda internacional e transformá-la, por conseguinte, em um instrumento basilar da gestão da ordem global. (MARTINS, 2015, p. 7)

Considerando as trajetórias da libra esterlina e do dólar norte-americano em seus respectivos projetos de utilização internacional, optou-se por detectar os aspectos mais importantes e mecanismos que influenciaram na configuração das moedas que lideraram ou lideram a ordem monetária das nações desde a implantação desse ordenamento no século XIX.

Portanto, é necessário pensar que aspectos políticos estão em xeque quando se opta pelo projeto de internacionalização da moeda? Em resumo, quais são as vantagens e desvantagens de se internacionalizar uma moeda e que tipo de controle é colocado em debate ao se avançar nesse tipo de fenômeno? Com a intenção de listar as principais características a ser verificar em um processo de uso internacional da moeda pretende-se investigar o que realmente está em jogo.

1.3 – INTERNACIONALIZAÇÃO DA MOEDA: O QUE ESTÁ EM JOGO?

Com efeito, com o decorrer da pesquisa e dos levantamentos bibliográficos sobre o processo de se estimular o uso internacional de uma moeda foi possível identificar alguns mecanismos de atuação e itens inerentes para a consecução de um projeto comprometido com a internacionalização de uma moeda. Seguindo no desafio de retratar tais mecanismos e itens, podemos elencar os quatro principais: a existência de um mercado financeiro bem estruturado e diversificado, o Estado deve ser hábil em emitir de títulos da dívida pública atraentes, o governo dever possuir enorme quantidade de reservas que possibilitem blindar seu sistema econômico em face de qualquer volatilidade e, por fim, a liberalização de conta capital por parte do Estado, mostrando o seu comprometimento com total abertura às demais economias e menor possibilidade de ingerência estatal em caso de dificuldades. Compreender cada aspecto

enumerado é fundamental para avaliar os desafios do processo de se promover o uso internacional de uma moeda.

Seguindo nesta linha de raciocínio, é relevante analisar a abordagem que envolve a Conta Capital. Por se tratar de um importante item da contabilidade geral dos países – o chamado balanço de pagamentos – a conta capital é um refinado e altamente sensível indicador sobre os fluxos transacionados ao redor do mundo. Em suma, a “Conta Capital é principalmente responsável pelas estatísticas de transferências de fundos entre os países, incluindo o investimento direto, investimento em portfólio e outros investimentos” (CHEN, 2010, p. 99, tradução nossa).

Logo, um Estado que ambiciona ofertar uma moeda que pode ser amplamente convertida sem amarras e grandes restrições governamentais deve se apresentar economicamente aberto, oferecendo ferramentas que permitam a livre transação de correntes de capitais. Por isso, a conta capital deste Estado deve refletir tal situação. “Na literatura, os principais argumentos para a livre circulação de capitais incluem o seguinte: os livres fluxos de capital levam a uma ótima alocação de recursos e os controles de capital não funcionam e conduzem a mais distorções no mercado” (YU, 2014, p. 14, tradução nossa).

Todavia, o que apavora os gestores de uma autoridade política responsável por uma moeda é a possibilidade de impotência por conta de se permitir a liberdade de trânsito de montantes financeiros que são passíveis de manobras não éticas e podem estar meramente a serviço de se garantir a melhor remuneração do capital investido. Em outras palavras, alta flexibilidade de deslocação de capitais pode minar a pujança de um papel-moeda. Afinal, depois do fim do lastro da moeda baseado em metais preciosos, o único lastro em vigor é enormemente abalado e volátil: a confiança no valor de face de uma moeda.

Outra significativa faceta enumerada é a relativa ao montante e o perfil das reservas que um país deve ser detentor para se qualificar ao projeto de internacionalização do seu dinheiro. Indubitavelmente é enxergar pelo viés político um número da cifra macroeconômica de um Estado. Um exemplo da imprescindibilidade das reservas em discussões políticas foi dado recentemente por conta do movimento Brexit. Enquanto os analistas ainda prospectavam os impactos do resultado do plebiscito do dia anterior – de 23 de Junho de 2016 na Grã-Bretanha – que determinou a vontade da maioria dos habitantes do Reino Unido pela saída da União Europeia, o líder do banco central britânico se prontificou em informar o quanto o Banco da Inglaterra possuía em termos de reservas internacionais. Esta atitude, demonstrava o montante que o Reino Unido dispunha para enfrentar os movimentos de entrada e saída dos fluxos de capitais que poderiam levar à uma desvalorização da libra esterlina, detalhando –

desta forma – as armas que possuía ao seu alcance para superar e impedir o incremento de ações especulativas a sua moeda.

Ainda refletindo sobre os mecanismos necessários para o uso internacional da moeda, há a necessidade que o país tenha um elaborado, inovador e consistente arcabouço financeiro que possibilite diversas operações de diferentes maneiras. Trata-se de um pré-requisito para que haja um movimento dos fluxos de investimentos atraídos pelas benesses de se negociar em uma determinada moeda²³.

Particularidades dos sistemas financeiros nacionais (como o grau de desenvolvimento e de profundidade do sistema, a moeda de denominação contratual com a qual o sistema trabalha e o grau de concorrência ali presente) são elementos considerados importantes pelos agentes para formar suas decisões referentes à composição de seus *portfólios*. (METRI, 2010, p. 8)

Por último e muito atrelado a questão do sistema financeiro, é a oferta de uma gama de títulos da dívida pública do Estado que quer promover a internacionalização da moeda. Simultaneamente, o oferecimento de títulos visa não só promover liquidez ao conceder créditos e financiamentos com baixo risco, mas também de aglutinar investimentos em torno de uma moeda, pois é capaz de rever o nível em que uma dada moeda é conversível frente a outra mais internacionalizada.

Sem dúvida, quando se retrata os critérios básicos para que uma moeda seja internacionalizada, é notório que o contexto econômico, em especial do balanço de pagamentos e da balança comercial, seja verificado como superavitário em números expressivos com uma tendência constante de elevação positiva dos números. No entanto, não é só a matemática que conforma o cenário de internacionalização de uma moeda. As performances econômicas do Japão e da Alemanha nas primeiras três décadas do pós-guerra de 1945 ilustram como os persistentes números positivos na economia não são condição única para se internacionalizar um papel-moeda. Afinal, ambos os países tinham oportunidades para tal, dado que suas economias se recuperaram fortemente após os últimos eventos beligerantes

²³ A riqueza de produtos financeiros, bem como a diversidade do sistema monetário de um país pretendente a emissor de uma moeda internacional é decisiva. Como apontado por Eichengreen (2010), antes da implementação das políticas de um “dólar mais forte” pelos Estados Unidos no final dos anos 70, a moeda do Japão configurava a maior parte dos adjetivos para ser consagrada à uma moeda internacional, exceto a falta de excelência na emissão de títulos. “O novo ator era o Japão, cuja participação nas reservas globais aumentara na década de 1970. O fato de o Japão ser agora um importante país comercial e de todos esperarem o fortalecimento do iene transformava a moeda japonesa na escolha óbvia. Mas os mercados de bônus japoneses eram pequenos. O iene abrangia apenas 8% das reservas globais totais, em seu pico, o que ocorreu em 1991. A partir de então, o Japão afundou em prostração econômica e financeira, arrastando para baixo a importância do iene como moeda de reserva e de liquidação de transações internacionais” (EICHENGREEN, 2011, p. 66 e 67).

européus do século XX. Entretanto, politicamente não objetivavam tal meta com o receio de perder a gestão sobre os destinos de sua economia.

Nem, antes da década de 1990, os japoneses mostraram muito interesse em atuar com um papel mais direto. Tal como a Alemanha, o Japão se inclinava há bastante tempo para resistir à internacionalização de sua moeda por medo de perder o controle sobre a política monetária. (COHEN, 2014, p. 34, tradução nossa)

O exemplo da Alemanha e do Japão destaca que um importante parâmetro é dado pela vontade política de tornar o processo de se internacionalizar a moeda um compromisso do governo em voga. É preciso criar conjeturas políticas para que as informações econômicas possam ser repercutidas face às distintas nações, promovendo um ambiente possível para o avanço de um plano de uso internacional de um papel-moeda. É, neste sentido, que se percebe que o Estado possui um papel ativo e de protagonista em qualquer processo de internacionalização de moeda, pois além de ser responsável por empreender uma ação política para promover o emprego global de uma moeda, também determina de que forma a mesma ocorrerá e como a conta capital será liberada pelo govern.

Ao efetuarmos uma retrospectiva histórica sobre as dinâmicas que envolveram os decursos da utilização internacional do dólar estadunidense e da libra esterlina – dado que ambas foram reconhecidas como “âncoras” de distintos sistemas monetários internacionais – como moedas de referência global, algumas vantagens e desvantagens foram notadas em ambos os processos. Procedimentos como a “senhoriagem” e o “privilégio exorbitante” concedem ganhos competitivos a moeda que se torna líder em referência de valor e o seu Estado obtém reiterados ganhos financeiros baseados pela remuneração do capital por esse ser um processo difícil de se compelir por outra moeda que esteja disputando espaço no mesmo SMI.

Por outro lado, também pode-se observar desvantagens no projeto de uma moeda internacionalizada. Afinal, a responsabilidade com que a nação emissora do papel-moeda injeta dinheiro deve ser conduzida não só pelas demandas econômicas nacionais, mas também deve ser guiada pelas necessidades de equilíbrio da ordem financeira internacional. Daí advém-se outro dilema, visto que se há conflito de interesses entre tais perspectivas, é natural que o interesse interno do país se sobreponha, justificado pelo objetivo final da autoridade política de um país que é o de garantir o melhor para sua região e seus habitantes.

Outro quesito que denota malefício a partir do uso internacionalizado de uma moeda é a exposição econômica e política do país em face da plena abertura de seu sistema

econômico e financeiro, conjecturado pela liberalização da conta capital e menores controles estatais sobre o fluxo de investimentos. Ataques especulativos e fuga de capitais, ocasionando instabilidade financeira, são alguns dos exemplos que uma nação detentora de uma moeda internacional pode sofrer, visto que a conversão para outras divisas e a migração para outros ativos financeiros é livre e possibilitada pela falta de amarras estatais a estes tipos de procedimento. Logo, será que a abertura econômica total é a melhor saída?

Antes da crise financeira asiática, os controles de capital eram universalmente considerados 'ruins'. Depois da crise, no entanto, o humor dos economistas, bem como dos funcionários do governo mudou. O FMI mudou gradualmente sua posição sobre a liberalização das contas de capital, admitindo que é necessário administrar cuidadosamente e acompanhar o processo de liberalização, a fim de minimizar os riscos concomitantes. [...] Após a crise financeira global de 2008-2009, mais países estavam recorrendo aos controles de capital de uma forma ou de outra para lidar com a volatilidade dos fluxos de capital. O FMI recentemente tem feito muito para desestigmatizar o uso de controles de capital junto com políticas macroeconômicas e prudenciais. (YU, 2014, p. 14, tradução nossa)

CAPÍTULO II – A INTERNACIONALIZAÇÃO DO RENMINBI: UM PANORAMA

O processo de internacionalização de uma moeda é desafiante e os resultados auferidos nem sempre são os que foram anteriormente planejados. Embora aparente ser apenas um processo econômico, a utilização global de uma determinada moeda reflete diversas facetas: desde o resultado de uma tomada de decisão política por uma unidade soberana, passando pelos entraves colocados a tal decisão no Sistema Internacional até a conformação do contexto que possibilitou a internacionalização de um certo papel-moeda. Sem dúvida, ao analisarmos o percurso trilhado pelo uso internacional do renminbi, é possível exemplificar as diferentes situações e ocorrências de cunho político que dominaram e definiram os caminhos de um assunto econômico.

Outras nações que experimentaram um vertiginoso e contínuo crescimento econômico lidaram de diferentes maneiras com o impasse colocado à utilização internacional de sua moeda. Trata-se de um impasse, pois internacionalizar a moeda implica em benefícios e inconveniências que devem ser geridos de forma que o primeiro adjetivo sempre sobressaia, constituindo em ganhos (econômicos e políticos) para a nação emissora da moeda internacionalizada.

Face aos entendimentos colocados, algumas questões são colocadas: qual é o projeto político que a China está direcionando para a moeda por meio do incentivo ao seu uso internacional? Qual é o melhor caminho para internacionalização do renminbi? Estas indagações nos orientam ao estudo de como se deu o início desse processo de estímulos do uso internacional da moeda chinesa, bem como as consequências e aspectos que o influenciaram no período de 2008 a 2014. Neste sentido, é de essencial importância prospectar que obstáculos podem se apresentar ao projeto de promoção do uso internacionalizado da moeda chinês.

2.1 – UM BREVE PAINEL SOBRE A EVOLUÇÃO POLÍTICA COMUNISTA A PARTIR DA VIGÊNCIA DOS PRECEITOS SOCIALISTAS NA REALIDADE CHINESA

Ao se analisar o fenômeno do uso internacional do renminbi, é preciso reconhecer a raiz desse uso. E, sem dúvida, parece-nos que essa raiz está fincada na particularidade do projeto político do Estado chinês. Por isso, é preciso compreender brevemente o panorama político-social em que este projeto foi ensejado, debatido e construído. Afinal, como entender

a internacionalização do renminbi e suas nuances sem captar quais são as especificidades da China que afetam o desenrolar econômico quando comparado ao estudo de diferentes internacionalizações de moeda? Diante desta reflexão, a proposta nesta seção é apresentar brevemente a relevância da cena histórica da política chinesa que levou a conduta adotada por este país asiático nos últimos anos, fomentando o deslanche do fenômeno de internacionalização do renminbi.

Depois de mais de vinte anos de Guerra Civil, em 1949 a China se torna uma nação comunista sob a batuta de Mao Tse-Tung, interessada em reforma agrária e na “desalienação” (sob o molde marxista) do seu povo. Assim, algumas medidas deveriam ser levadas a cabo pelo PCC, o que promoveria não só a implementação do Socialismo em todo o território chinês, mas também a abolição de uma postura chinesa conformista e respaldada nas ideias de Confúcio, proporcionando uma modernização frente aos resquícios da época imperial.

[...], justificando a ausência do dinamismo da China pela tendência de estagnação da sociedade e pela incapacidade de mudanças no longo prazo, os comunistas conseguiram transformar sua ideologia partidária em ideologia nacional. No entanto, ainda que no plano ideológico ficasse clara essa transformação do projeto comunista num projeto nacional, qual foi o programa social e econômico que motivou a união dessa população em torno do comunismo? [...], foram às promessas de realização da reforma agrária que constituíram o centro desse programa de modernização econômica e social. (LEÃO, 2010, p. 22)

O principal amparo ao ganho de legitimidade dos sinocomunistas é que eles resgatavam a percepção de que a China poderia voltar a ser uma grande nação frente às demais e – simultaneamente – que o bem-estar social poderia estar ao alcance de todos os chineses, desde que estes fizessem parte da ação política para garantir que “os objetivos principais da revolução, como a igualdade social, a ascensão das massas camponesas e a supressão da burguesia” (LEÃO, 2010, p. 27) fossem atingidos.

A premissa de se fazer um claro chamamento ao engajamento civil e incluí-lo como parte do processo de mudança chinesa devota dinamicidade ao movimento de Mao, como o fortalece na sua disseminação, apresentando o plano do Estado Chinês sob auspício comunista que se pode resumir em: recolocar a China na centralidade do poder mundial sob o contínuo comando do PCC em positivos parâmetros de Bem-Estar Social para sua Sociedade Civil, promovendo desenvolvimento econômico e – ao mesmo tempo – independência política.

O ‘comunismo chinês’, no fundo, sempre foi talvez mais ‘chinês’ do que ‘comunista’. Isto é, nacionalista e herdeiro de uma tradição milenar que considera a China não apenas como um país qualquer, mas como a civilização central da humanidade. [...], a China nunca teve os complexos de inferioridade cultural tão

típicos da URSS e de outros países socialistas que queriam a qualquer preço ‘alcançar e ultrapassar’ os países capitalistas avançados. Foi essa também, sem dúvida, a razão principal da ruptura sino-soviética, pois na época esse ‘modelo’ ainda parecia bem-sucedido. (SUKUP, 2002, p. 83)

Ao assumir a autoridade chinesa, Mao atuava de forma original e pragmática a fim de conseguir atingir as propostas da chamada Revolução Chinesa de 1949. A inovação chinesa era reconhecer sua identidade no seu *modus operandi* de implementar o socialismo, puxando para perto da sua realidade e necessidade o que era preciso ser defendido e difundido entre a população a fim de realmente modificar o *status quo* de concentração de renda das classes abastadas frente a um pobre e grande campesinato somado a uma classe operária.

A grande sacada maoísta foi enxergar os preceitos marxistas, porém os divulgando – de forma objetiva – como o único caminho para a aquisição de vantagens para todos os chineses. Dilapidava-se o entendimento que a “modernização da sociedade e a eliminação das influências estrangeiras e dos resquícios imperialista somente seriam atingidas a partir de um senso de coletividade, da crença de que o povo poderia transformar a sociedade pela sua própria vontade” (LEÃO, 2010, p. 24 e 25).

Entretanto, com o passar da primeira década comandada pelos revolucionários comunistas chineses, poucos avanços foram obtidos na até então nova e legitimada ação do PCC, mostrando que o partido paulatinamente refletia aquilo que tão fervorosamente combatia: a imobilidade²⁴. Neste sentido, os debates dentro do partido líder chinês se evidenciaram sobre qual rumo seria o mais adequado para o desenvolvimento da China. O resultado é a emergência da Revolução Cultural em 1966.

A Revolução Cultural nasceu na China depois de uma disputa intensa no interior do PCC, cujo apoio de Mao ao grupo favorável às iniciativas da Revolução teve um papel decisivo. Esse papel decisivo era explicado pelas posições que Mao assumia na nova China: simultaneamente a de um líder rebelde e a de um imperador modern. Líder rebelde, porque (como já mencionado) foi ele quem comandou a revolução que libertou a população da repressão da fase imperial e de todo mal trazido pelo exterior. E imperador moderno, pois foi considerado um monarca que sucedeu o

²⁴ Alguns autores compreendem que as divergências dentro do PCC eram resultado de uma influência negativa dada por uma disputa entre cidadãos criados em classes sociais distintas com diferentes experiências educacionais, o que de certa forma mantinha a realidade que tanto o Partido buscava suprimir de hierarquização de cidadãos dentro da Sociedade. Considerando a classificação feita por Francis Audrey (1976), a historiadora Cristiane Soares de Santana (2009, p. 118 e 119) entende que a “[...] ‘elite militante’ era oriunda do período das Comunas de Shangai e Cantão, da Longa Marcha e da luta contra o Japão. Com o crescimento do Partido, esse grupo foi reduzido e ficou sem força diante dos militantes sem passado revolucionário. A ‘elite militante’ acentuava a transformação do homem através de uma vida de sacrifícios pessoais e sem privilégios, incentivava a participação das massas nas tarefas da direção e alimentava o desejo de implantar o coletivismo no campo e na cidade, etc. Enquanto que a ‘elite funcional’ era herdeira da burguesia e dos intelectuais compreendendo artistas, engenheiros, técnicos, médicos e professores”.

grupo de imperadores que governaram a China durante séculos. (LEÃO, 2010, p. 28)

A partir dessa nova etapa da liderança comunista na China é possível inferir que após quase duas décadas de comando não havia unanimidade intrapartidária, o que se refletiu no processo de tomada de decisões e no desenrolar da “nova” revolução. Com a Revolução Cultural houve um ganho de espaço político dentro do PCC daqueles que vislumbravam a urgente necessidade de se proporcionar uma remodelação da mentalidade dos indivíduos alocados nos cargos de chefia e de comando nas unidades produtivas chinesas, logo instituiu-se a tais indivíduos o ensino teórico marxista-leninista, por intermédio das chamadas escolas 7 de maio²⁵ (LOPES, 2015).

O PCC acertou em fortalecer o envolvimento do povo²⁶, colocando-o como medular para galgar seu próprio ascendimento entre os cidadãos da sociedade chinesa mantendo a unicidade, assim como os orientando sobre qual era o fim máximo de qualquer organização produtiva, ou seja, produzir para os objetivos definidos politicamente pela ideologia comunista chinesa²⁷. Por isso, há evidentes diferenças na adoção do comunismo pela China quando se compara a inserção do comunismo de outras nações, visto que na China buscava-se possibilitar que as decisões não eram tomadas apenas por burocratas de um regime que prega o socialismo, mas sim pelos maiores interessados – o povo – passando uma percepção de participação política de todos sem distinção de classe social.

A planificação chinesa tem, assim, características próprias que a diferenciam do padrão soviético. A principal diferença é o esforço, explícito na Revolução Cultural, de estruturar o plano econômico apoiando-se ao máximo nas massas (Bettelheim [1973] 1979, p.71). A ideia é que a definição do programa não se torne assunto exclusivo de especialistas e técnicos, mas sim um problema político que envolva o maior número possível de pessoas. (LOPES, 2015, p. 24)

²⁵ Tratava-se de escolas que priorizavam os trabalhos manuais que, pela prática e cotidiano laboral, reiteravam a realidade das massas aos cidadãos acostumados com posições de direção na ótica do PCC. “Existiam as Escolas de Quadros 07 de maio, que eram locais onde os ex-funcionários do governo, escritores, médicos, intelectuais, professores que ‘seguiam a via capitalista’, eram enviados para se reeducarem através do trabalho produtivo e também receberem cursos de formação política” (SANTANA, 2009, p. 126).

²⁶ “Mao tinha a nítida noção de que o sucesso da Revolução dependia não somente da luta política e ideológica, mas também da prática revolucionária. Os *slogans* utilizados nesse período, como ‘aprendam a revolução fazendo a revolução’ e a ‘rebelião é justificada’, faziam menção à necessidade de destruir as construções históricas materiais que, na visão de Mao, simbolizavam a repressão das classes mais baixas e a exaltação dos valores que imobilizavam a sociedade” (LEÃO, 2010, p. 30).

²⁷ “[...], antes da Revolução Cultural a política não era colocada no ‘posto de comando’. A fábrica era regida pela ‘economia no posto de comando’, ou seja, havia prioridade à técnica (no sentido de incremento das forças produtivas conduzidas pelo arranjo global alienante do capital na produção) ao dinheiro e ao lucro” (LOPES, 2015, p. 18).

Com o início dos anos setenta, essa fase do comando chinês não evoluía como o esperado, se transformando por vezes em um movimento opressor no entender de alguns estudiosos (LEÃO, 2010; SANTANA, 2009), levando a uma China mais fechada ao exterior e instável por conta das constantes conturbações sociais incentivadas, outrora pela autoridade política (dada pela proposta da revolução infundável de Mao). Desta forma, há espaço para o posicionamento de grupos políticos (antes rechaçados) que assumiram postos de comando no PCC e trabalharam para minar os preceitos enveredados pela revolução de 1966 (LEÃO, 2010).

A conduta revolucionária empreitada em 1966 foi uma última tentativa de Mao na promoção de ímpetus desenvolvimentistas na economia chinesa que não se concretizaram em resultados imediatos. Dez anos depois – com o falecimento do líder máximo do PCC – a corrente partidária oposta foi colocada, definitivamente e encabeçada por Deng Xiaoping, no comando da China e a “Revolução Cultural começou a ser apresentada na historiografia oficial como algo extremamente negativo” (LOPES, 2015, p. 39).

É, nesta atmosfera, que se solidificou a percepção de que o progresso da revolução chinesa só poderia ser sustentado por uma modernização da China a partir de um capitalismo conduzido e formatado pelo Estado Chinês. Com a decisão de reformar o sistema econômico chinês de maneira decisiva, visando promover de forma mais pragmática e guiada por resultados no desenvolvimento nacional, o PCC implementa, a partir do final da década de 70, um ambicioso projeto desenvolvimentista e inovador com as chamadas ‘Quatro modernizações’. Trata-se de um plano de governo comunista, marcado pelo gradualismo em sua abertura econômica para alguns segmentos do capitalismo e elaborado um ano antes do falecimento de Mao Tse-Tung. Elegendo como aspectos centrais a agricultura, a indústria, o exército e a produção de ciência & tecnologia ocorre uma direcionada e regulamentada permissão de entrada de capitais nestes quatro setores da economia chinesa (LEÃO, 2010), objetivando o pleno desenvolvimento e a obtenção de melhorias sócio-econômicas na realidade da China.

De fato, a alta cúpula política chinesa sabiamente percebe que se a realidade econômica da população (com grande quantidade de habitantes na faixa da pobreza ou abaixo dela) não fosse revertida, a estabilidade política comunista estaria seriamente ameaçada no território chinês. Logo, é preciso modernizar a China e sua economia para que haja, de forma empírica, aquisição de melhorias nas condições de bem-estar para o seu povo e este as reconheça na integralidade mantendo, assim, o contínuo apoio ao PCC.

Neste contexto estruturado por inovações, há a implementação de uma série de processos que ensejam transformar a economia planificada chinesa para uma economia em franco e contínuo crescimento. Desta forma, houve especial atenção ao incentivo de investimentos diretos externos²⁸ em que a autoridade política chinesa era capaz de acompanhar e controlar o processo de abertura da economia, bem como a implantação de renovadas técnicas administrativas nas empresas que vieram para a China.

A associação de incentivo ao Capitalismo conduzido pelo Estado foi uma fórmula eficaz, pois as políticas inseridas na China eram sempre acompanhadas de métricas que possibilitavam suas análises e modificações para o melhor resultado por parte do corpo governamental. Em meados da década seguinte (anos 80) já se notava, de forma veemente, as melhorias e os progressos²⁹ em diferentes âmbitos da realidade chinesa gerados pela mudança na política econômica inaugurada por Deng Xiaoping. Paralelamente ao projeto econômico, as autoridades chinesas se preocuparam em estruturar um arcabouço educacional³⁰ que permanentemente suportasse o caráter de aperfeiçoamento da China, provando que o plano das ‘Quatro Modernizações’ era um programa de Estado para realmente devolver a relevância da China no globo por meio da melhora das condições de vida e da economia de sua nação. Reitera-se assim as metas almejadas na tomada revolucionária de 1949.

A diversidade de frentes em que houve e há evolução da realidade chinesa tem impressionado o mundo. A acelerada e forte urbanização de sua população conjugada com um ambiente geopolítico moldado pela globalização (que reivindica a eterna manutenção de reduções de custos por parte das organizações produtivas) viabilizaram crescimentos

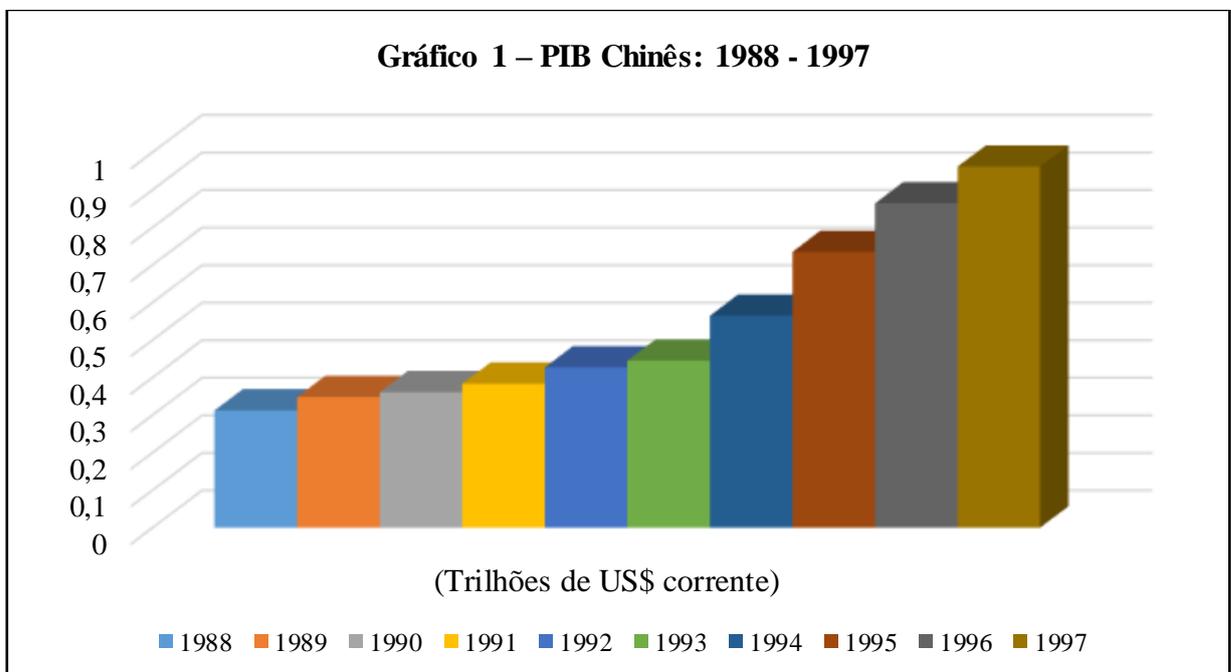
²⁸ Com relação a origem dos primeiros investimentos externos direcionados a economia chinesa, Giovanni Arrighi (2008) destaca que a maior parte deles eram procedentes de indivíduos chineses residentes no exterior, os quais foram responsáveis em parte pelo movimento conhecido como ‘diáspora chinesa’. Afinal, com a familiaridade cultural e linguística e detentores de capital “os empresários chineses começaram a se mudar de Hong Kong para Guandong, quase tão depressa quanto se mudaram de Xangai para Hong Kong quarenta anos antes (e em volume muito maior)” (ARRIGHI, 2008, p. 358).

²⁹ Analisando os primeiros nove anos da implantação das ‘Quatro Modernizações’, o estudioso Daniel Aarão Reis Filho (1985, p. 33 e 34) versa sobre euforia que o crescimento chinês provocava entre todos: “Desde 1979 a produção agrícola cresceu a uma taxa média anual de 7,9%. As pequenas unidades familiares, nos dois últimos anos, conseguiram uma produtividade 8,4 vezes superior às fazendas estatais, a renda *per capita* do camponês duplicou em cinco anos. Em 1984 a produção de cereais chegou a 400 milhões de toneladas, 176 a mais que em 1978. A produção industrial não ficou atrás: mais 10,1% em 1983. Mais 13,1% entre janeiro e novembro de 1984. As vendas a varejo cresceram de 15,8% e o PIB pulou 11%. As relações com o capital internacional atravessariam um momento excelente. Em 1984 a China acertou contratos de compra de tecnologia no valor de US\$ 2 bilhões, créditos de US\$ 2,5 bilhões, investimentos de US\$ 1 bilhão”.

³⁰ “Para acompanhar o crescimento econômico e a modernização do país, foi indispensável a formação de quadros especializados, sobretudo em áreas tecnológicas e de gestão, depois de vários anos de destruição intelectual. Deng Xiaoping, para colmatar este déficit, anunciou um programa de pesquisa científica para 800 mil trabalhadores, a criação de novas universidades e o regresso dos cientistas que foram mandados para os campos durante a Revolução Cultural. Na nova constituição de 1978 ficou explicitamente consagrada a preocupação para uma viragem técnica no país, onde se incluí o envio de estudantes para receberem formação no estrangeiro” (SILVA; BREDA, 2009, p. 28 e 29).

econômicos anuais dos chineses (na maioria das vezes percentuais de dois dígitos) pelas décadas subsequentes. A sensação é de que o constante fervor em atingir os propósitos econômicos pelo PCC aliada a uma leitura minuciosa e parcimoniosa do panorama internacional assegurou a aplicação de medidas que garantiram um constante e grande desenvolvimento econômico (objetivos da revolução sempre lembrados) da China, levando a concepção de que o contínuo crescimento chinês tem sido trabalhado pela perspectiva “de seu alto dinamismo centrado na industrialização acelerada e na sua elevada corrente de comércio, a China constitui hoje um polo de crescimento mundial e, sobretudo regional” (MEDEIROS, 2004, p. 166).

Analisando o Produto Interno Bruto (PIB) da China de 1988 (uma década após o início das modernizações dirigidas pelo Capitalismo de Estado) a 2015 constata-se uma impressionante evolução em um pequeno intervalo de tempo. Após dez anos apenas da adoção de iniciativas mais ligadas à geração e atração de capital na economia, o crescimento econômico que era de pouco mais de US\$ 312 bilhões em 1988 mais que triplicou em 1997, perfazendo um PIB superior a US\$ 950 bilhões. Em suma, após quase vinte anos de estímulos econômicos, a China tem um PIB de quase um trilhão de dólares, conforme explicitado no Gráfico 1.



Fonte: *WORLD BANK – WITS* (2017a, 2017b, 2017c). Elaboração Própria

O surpreendente feito na economia também refletiu resultados politicamente. Com mais estudo e menos fome, os chineses começaram a refletir sobre as condutas políticas do

PCC, visto por muitos cidadãos como uma organização política autoritária e antidemocrática. Sukup (2002) salienta que os pedidos de uma ‘quinta modernização’ que aconteceria no âmbito político desencadearam em uma situação conflituosa dos cidadãos para com os administradores públicos comunistas que não souberam gerir episódios violentos como os ocorridos em 1989.

Com enérgica e dura conduta a autoridade política chinesa suprimiu os movimentos políticos que clamavam por maior liberdade civil, reiterando que a economia poderia ter aplicado maior autonomia frente ao Estado Chinês, mas tal permissão não se refletia na política. Apesar do imbróglio nas questões dos direitos civis na China, o fenômeno de incessante aumento da economia se repetia na década seguinte com maior êxito quando comparado ao conjunto de anos de 1988 - 1997, concedendo em grande medida amparo político³¹ (para não dizer legitimidade) à manutenção do poder por parte do PCC³².

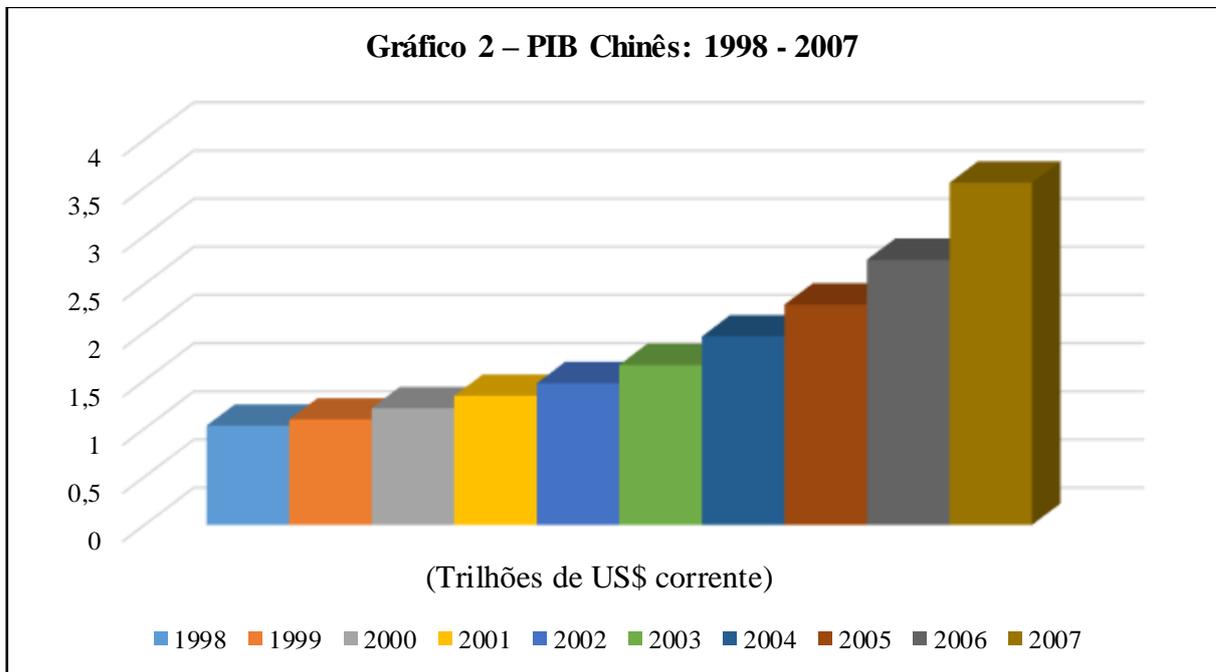
Depois de vinte anos de acatamento das atualizações dos preceitos econômicos dadas por Deng Xiaoping, o PIB chinês registrou valor acima de U\$S 1 trilhão (1.029) em 1998, ou seja, oficialmente a China integralizou o seu primeiro trilhão de dólares no PIB, sendo que este indicador econômico praticamente foi quadruplicado em 2007 com o montante de aproximadamente U\$S 3.5 trilhões, como detalhado no Gráfico 2. É durante esse período que há o ingresso da China na Organização Mundial de Comércio (OMC) em 2001, após o enfrentamento da crise asiática de 1997/1998 que enfraqueceu economicamente a maioria dos vizinhos dos chineses. “Joseph Stiglitz [...] afirmou que, ao contrário da Rússia, a China 'nunca confundiu os fins (o bem-estar da população) com os meios (a privatização e a liberação do comércio)’” (ARRIGHI, 2008, p. 30).

A partir deste íterim, a nação chinesa preocupa-se em substanciar o seu crescimento, refletindo para avaliar o quanto está preparada para assumir um papel de maior protagonismo na economia global, visto que obter a vice-liderança entre todas as economias seria atingida em poucos anos com a continuidade do seu ritmo de alargamento econômico,

³¹ No estudo da Ciência Política, principalmente nas pesquisas norte-americanas, há várias investigações que monitoram a associação entre a satisfação no campo da economia frente o processo de tomada de decisão política pelos cidadãos. Para alguns autores, a performance econômica é um dos fatores mais decisivos para o desfecho de um escrutínio presidencial, é o que Paul M. Kellstedt; Guy D. Whitten (2015, p. 34) chamam de “teoria do voto econômico”, pois para essa linha teórica há a compreensão de “[...] que o estado da economia está *relacionado de maneira causal* com o resultado da eleição presidencial *porque* eleitores responsabilizam o presidente pelo desempenho da economia nacional. Como resultado, quando o desempenho da economia é bom, mais eleitores votarão no presidente em exercício. Quando a performance da economia é ruim, pouco eleitores apoiarão o candidato incumbente”.

³² Como salientado por Giovanni Arrighi (2008), o índice de afiliação do PCC refletiu esse entendimento. “Depois de um período de declínio, a filiação ao Partido Comunista começou a crescer sem parar, não por convicção ideológica, mas pela praticidade política e comercial” (ARRIGHI, 2008, p. 31).

justamente por aplicar sua fórmula original de capitalismo sob os moldes de uma ótica socialista.



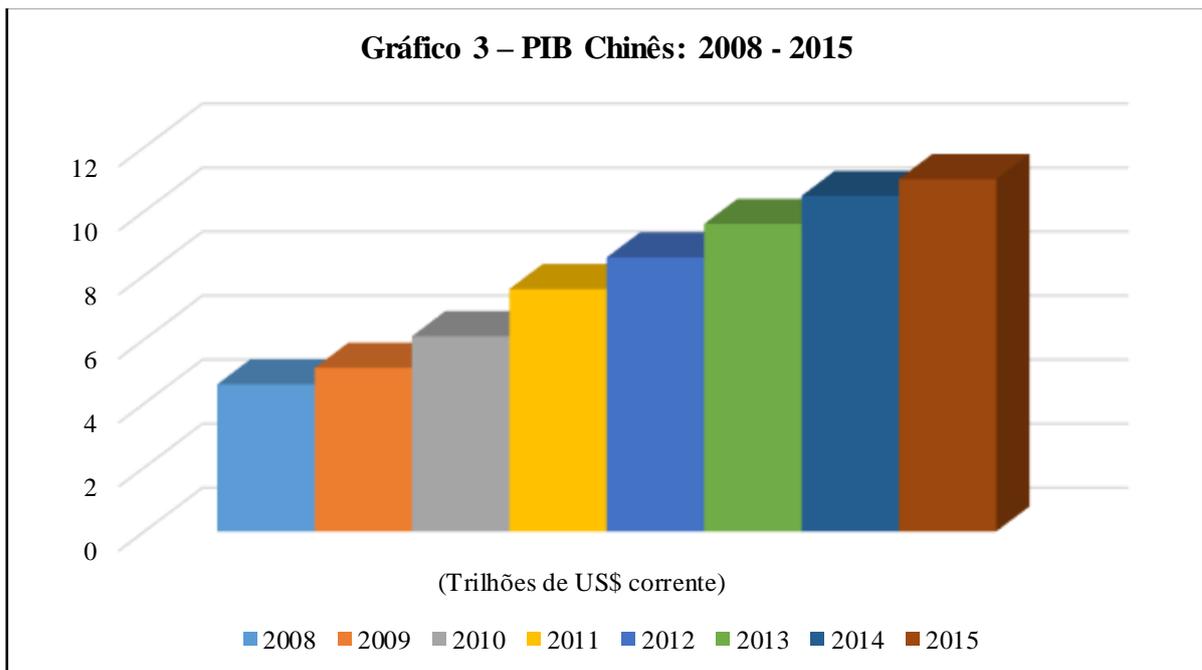
Fonte: *WORLD BANK – WITS* (2017c, 2017d, 2017e). Elaboração Própria

Consagrando seu objetivo de denotar capacidade à China de ser um líder na cena mundial, o pensamento chinês avalia que tal escopo não precisa significar ameaças ou problemas às demais nações, por isso os chineses optaram por reforçar ao mundo que “sua condição atual de potência emergente deve ser entendida como uma nova fase histórica, marcada por ‘ascensão pacífica’ do país, destinada a beneficiar seu entorno imediato e relações com o exterior” (PINTO, 2005, p. 70). Desta maneira, almejava-se disseminar a noção de que o crescimento econômico chinês não era norteado por políticas sustentadas por ideias hegemônicas ou imperialistas contra os diferentes países e, simultaneamente, pregava-se domesticamente que o incremento da China deveria ocorrer sem se fazer muito alarde ou se vangloriar³³.

a China pode evitar, e evitará, o caminho da agressão e da expansão seguido pelas potências anteriores no momento de sua ascensão. Nas palavras de Zheng Bijan, um dos elaboradores e principais defensores da doutrina, [...], ‘a China visa crescer e avançar sem perturbar a ordem existente. Tentamos crescer de um modo que beneficie nossos vizinhos’. (ARRIGHI, 2008, p. 299)

³³ Desde que foi lançada, “segundo a máxima de Deng Xiaoping, de que a China deveria ‘esconder seu brilho’, está quem sente que basta falar de *ascensão* ainda que pacífica para alimentar ideias de ameaça chinesa” (ARRIGHI, 2008, p. 299).

A grande questão é que entre os anos de 2007 e 2008 os Estados Unidos desestabilizaram todo panorama econômico internacional e, em certa medida, liberou espaço para a China se posicionar como um país capacitado na superação da crise financeira econômica que assolava todo o nosso mundo³⁴. Mesmo diante da situação de instabilidade generalizada e a falta de confiança em ativos tradicionais, a China manteve o seu florescimento econômico. Como é possível identificar no Gráfico 3, o PIB da China mensurou cerca de US\$ 4.6 trilhões em 2008, apresentando uma expansão de quase 30% quando contraposto ao ano anterior e pouco mais que duplicou em 2015 com o montante em torno de 11 trilhões de dólares. Com a análise do Gráfico 3 há o reconhecimento de uma média de crescimento econômico anual chinês acima de 10% aproximadamente neste período, bem maior que a média de expansão econômica no restante do mundo que foi de 2,8% entre os anos de 2009 e 2011 e 3,4% entre 2012 e 2014 (CARTA DE CONJUNTURA, 2015, p. 95).



Fonte: *WORLD BANK – WITS* (2017e, 2017f). Elaboração Própria

Passados seguidos anos de progresso chinês, o que tem afligido alguns economistas é o fato deste fenômeno de desdobramento econômico não se repetir na mesma cadência nos

³⁴ Arrighi (2008) defende que não foi só a crise econômica, mas também a ineficácia política de se manter o domínio hegemônico dos Estados Unidos pela performance do seu ex-presidente George Bush filho a partir do episódio dos atentados de 11 de Setembro de 2001 e a errônea definição estratégica de sua doutrina de um “Novo Século Norte-Americano”. Afinal, “[...], longe de lançar as bases para um segundo século norte-americano, a ocupação do Iraque comprometeu a credibilidade do poderio militar dos Estados Unidos, reduziu ainda mais a centralidade do país e da moeda na economia política global e fortaleceu a tendência à promoção da China como alternativa à liderança norte-americana na Ásia oriental e em outras regiões” (ARRIGHI, 2008, p. 219).

recentes anos. O próprio banco central chinês avaliou no seu relatório anual de 2008 – que reflete economicamente o ano de 2008 na ótica dos chineses, publicado em 25 de Agosto de 2009 pelo BPC – que o compasso de engrandecimento econômico do mundo além de provavelmente ser menor seria muito imprevisível.

A economia mundial estaria na recessão mais profunda desde a Segunda Guerra Mundial. O FMI previu em abril de 2009 que o crescimento econômico mundial cairá de 3,2% em 2008 para 1,3% em 2009, o menor nível desde a Segunda Guerra Mundial, com os EUA, a zona do euro e o Japão diminuindo para -2,8, -4,2 e -6,2% respectivamente em 2009 e que das economias de mercado emergentes desacelerando de 6,1% em 2008 para 1,6%. De acordo com a previsão do Banco Mundial em março de 2009, a taxa de crescimento do PIB mundial será de -1,7% e a das economias em desenvolvimento diminuirá para 2,1% em 2009. A taxa de crescimento saudável do comércio mundial cairá para -6,1%. Com essas incertezas, o ajuste da economia global levará mais tempo. (PEOPLE'S BANK OF CHINA, 2009, p. 28, tradução nossa)

A desaceleração do ritmo de incremento da economia chinesa já era previsível e amplamente reconhecida pela autoridade soberana chinesa: “Lou Jiwei, ministro das Finanças da China, disse nesta quinta-feira [12/07/2013] em Washington que a economia de seu país não sofrerá uma aterrissagem dura (*hard landing*, em inglês) e que uma taxa de crescimento econômico menor é um fenômeno necessário da reestruturação econômica” (EMBAIXADA DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA NO BRASIL, 2013). Muitos analistas³⁵ têm alertado para o risco de um “pouso forçado”, enquanto que outros disseminaram a percepção de um “pouso suave” após tantos anos de contínua ampliação da economia chinesa.

Por estarem cientes do desafio de guiar a China em um “pouso suave” os chineses têm trabalhado na modificação do perfil da sua economia, com o intuito de continuar a registrar a ampliação da sua economia por conta do seu consumo interno, afinal há um grande mercado doméstico a ser incrementado. “Mas, como indicam os dados do PIB, a China está lutando para mobilizar seus consumidores. Para que, portanto, deixe o canal de exportação industrial para preencher o vazio [com o consumo], e, aparentemente, é o que está ocorrendo” (THE ECONOMIST, 2011, tradução nossa).

³⁵ “Em 16 de junho, o financista George Soros previu um possível pouso duro para o mercado chinês devido ao aumento significativo do contrabalanço de oferta pela diminuição da demanda. Porém, as autoridades chinesas têm controlado a situação até agora, segundo Soros. Um pouso duro na economia é caracterizado pela rápida transição de crescimento para crescimento lento e crescimento zero, à medida em que se aproxima de uma recessão, normalmente causada por tentativas do governo para conter a inflação. Em um pouso suave, por outro lado, a taxa de crescimento da economia desacelera o suficiente para controlar a inflação, mas permanece alta o suficiente para evitar a recessão” (EMBAIXADA DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA NO BRASIL, 2011).

O que parece é que o desafio chinês na economia tem sido justamente o de aliar a redução da velocidade do crescimento com a confiabilidade geral de que os números do PIB continuarão positivos. Nega-se, assim, as estimativas de estudiosos que alegam que a China pode irradiar a próxima crise por ter um desenvolvimento sustentando no aumento da dívida pública chinesa sem o devido estímulo ao consumo interno e por muita influência das empresas públicas que possuem ligações estreitas com o PCC, gerando conflito de interesses no processo de tomada da melhor decisão para a economia da China (PESTON, 2014).

Considerando a retrospectiva até aqui traçada, é possível diagnosticar que os primeiros trinta anos da inserção comunista na China foram perpassados não só pela consagração de uma nova forma de governo amparada pela ideologia socialista, mas também por instabilidades e disputas intrapartidárias a fim de definir em que critérios – não só políticos, mas também socioeconômicos – a China deveria emergir no restante do século XX. Graças a estas divergências se gerou como resultado, em um primeiro momento, o primado do Capitalismo de Estado, possibilitando à China um substancial crescimento econômico visto e sentido até hoje, mesmo quase 40 anos após o início de sua adoção.

Levando em conta a performance econômica chinesa recente é notório entender porque em 2017, pela primeira vez na história, houve a participação de um presidente chinês no Fórum Econômico Mundial sediado na cidade suíça de Davos³⁶. Esta postura parece nos indicar ao que a China se disporá em um futuro próximo: ocupar o posto de líder mundial sem impetrar guerras imediatas. A relevância de ser o país responsável pelo discurso de abertura do supramencionado fórum e de defender os benefícios do comércio internacional mostram a tendência chinesa do que é importante para o comunismo que há lá.

Se embora inicialmente o PCC quisesse negar a ideologia confuciana de um “caminho do meio”, agora nos parece que a China sabe exatamente aonde que chegar e como pretende inovar nesta jornada. Mesmo que seja com um longo trajeto, desde que seja equilibrado e repleto por um amplo consenso, refletindo a concepção de multipolaridade. O dilema, nos parece, é concatenar os sucessivos triunfos econômicos às demandas populacionais de maior participação política e de alternância de poder neste pedaço do solo asiático. Afinal, “a construção da estratégia de abertura econômica jamais deixou de ser uma estratégia de manutenção do monopólio do poder político do PCC” (MEDEIROS *apud* LEÃO, 2010, p. 3). Dito isso de outro modo, a “China sabe melhor do que a maioria que um

³⁶ “A China é um país que não segue os padrões definidos como ideais pelo Fórum Econômico Mundial. Não há democracia, voto popular, liberdade de expressão e livre mercado no país mais populoso do mundo. Provavelmente por isso, os líderes chineses nunca colocaram os pés em um dos maiores palcos do capitalismo global” (CASTRO, 2017).

fosso crescente entre os que têm e os que não têm é devastador para a estabilidade social” (VASWANI, 2017, tradução nossa).

Mais que os entendimentos supracolocados, a China soube compreender que a mera adoção de ferramentas capitalistas não gera imediatamente o desenvolvimento de seu território com bem-estar à sua população e, é por isso, que continua enverando pelo caminho que se pode chamar de um autodesenvolvimento da sua visão do que se seria uma economia de mercado pela versão chinesa, visto que não só por outras experiências, mas pela sua própria, os chineses sabem que há “incapacidade inerente da formação do mercado mundial de gerar desenvolvimento capitalista, a menos que no nível local preexistissem condições sociais adequadas” (ARRIGHI, 2008, p. 38). Daí apresenta-se a diferença da China e do seu projeto político frente às demais nações, ela conta com um Estado fortemente atuante para superar os desafios econômicos.

2.2 – CRISE DE 2008: A CONJUNTURA GLOBAL ECONÔMICA & O IMPULSO DE UMA CHINA MAIS PROTAGONISTA NAS RELAÇÕES MONETÁRIAS INTERNACIONAIS

Nomeada por alguns estudiosos como a “Crise Financeira Global”, a crise econômica de 2008 teve como seu epicentro os Estados Unidos, mas afetou todo o globo conectado economicamente. Eichengreen (2011) descreve que as origens desse desequilíbrio na economia do mundo estão atreladas às anomalias de cunho financeiro, ocasionadas pela ausência de uma regulamentação pertinente. Logo, instituições bancárias habilitaram alguns tipos de empresas a conferirem créditos e empréstimos sem uma criteriosa análise para esse tipo de concessão.

Sem dúvida, foram os reflexos ensejados pela crise de 2008 e a sua grande amplitude que podemos identificá-la como um divisor de águas no tocante a postura política chinesa no trato de suas relações monetárias internacionais. Afinal de contas, foram as consequências dessa situação difícil que promoveram um efeito catalisador e modificador entre os dirigentes comunistas chineses a respeito da relevância da moeda dentro de um cenário de incerteza formatado por um apuro econômico que, em última estância, é uma ampla crise de confiança.

Trata-se de um efeito modificador, pois a China reconheceu a necessidade de atuar com maior proatividade nas suas interações monetárias diplomáticas frente ao regime constituído de vigilância macroeconômica e a postura dos Estados Unidos. Sobre o efeito catalisador, é possível identificar que a crise criou e deu celeridade à formação de um

ambiente em que a China – um país em desenvolvimento – seria reconhecida como uma nação capaz de ajudar e de oferecer solução em um momento de recessão amplamente disseminada. Portanto, a “Crise Financeira Global” concedeu espaço e incentivou a China a se tornar precursora e arquiteta, de forma mais distinta, de alguns rumos no SMI. E, é neste sentido, que se contextualiza o cenário em que emergiu a discussão da necessidade de se internacionalizar a “moeda do Povo” a fim de que o PCC pudesse contar com novos e possíveis artifícios na gestão de incertezas econômicas globais.

É válido salientar que os chineses já chamavam a atenção do acima mencionado sistema quando anteriormente – e de maneira única – superaram a crise asiática do final da década de 1990, evitando desvalorizações e mantendo seu crescimento econômico (WALTER, 2014)³⁷. A partir daí, passaram a ser alvo de constante fiscalização por parte do FMI e do governo estadunidense e se iniciam, de certo modo, as demandas no SMI pela valorização da moeda chinesa, por esta última ser a única razão do déficit de grandes proporções em sua contabilidade nacional na visão dos norte-americanos.

Embora o governo dos Estados Unidos (Congresso e Tesouro) insista em atribuir o problema a uma moeda chinesa 'artificialmente depreciada', o fato é que o superávit chinês explica apenas uma pequena parte do déficit dos Estados Unidos. Na verdade, o ajuste macroeconômico norte-americano necessário envolverá um ajuste fiscal e uma desvalorização do dólar. Provavelmente apenas o ajuste fiscal não será suficiente: quando o governo Clinton atingiu o equilíbrio na conta fiscal, a conta corrente ainda estava mostrando um déficit. (BRESSER, 2007, p. 477)

Em contrapartida e como salientado por Gregory Chin (2014), as autoridades chinesas também estavam requisitando modificações no SMI desde o final dos anos 1990, por conta da insatisfação com a condução da crise asiática pelas então potências econômicas da época, destacando a preocupação da China com a volatilidade das taxas cambiais e a instabilidade da moeda estadunidense.

A China conclamou o FMI a ter uma maior atenção sobre as principais nações emissoras de moeda de reserva, alertando sobre a “irracionalidade da superconfiança em qualquer única moeda de uma nação; e propôs avançar em direção a um sistema de reserva multipolar” (CHIN, 2014, p. 188, tradução nossa). Alertas sobre a “irracionalidade” do SMI, devido à falta de uma maior vigilância das economias emissoras de moedas tidas como

³⁷ Ao narrar como a China passou de país com pouca atenção dada pelas instituições financeiras ocidentais por conta da sua pouca expressividade econômica no mundo para nação com possibilidades hegemônicas, Walter (2014, p. 132, tradução nossa) pontua que as lideranças chinesas aprenderam que “a lição das crises asiáticas foi que a crescente volatilidade dos fluxos de capitais e o impacto prejudicial da política de condicionalidade do FMI em seus programas de empréstimos necessitavam proteção nacional e autonomia via controles contínuos de capitais e reservas estrangeiras muito maiores”.

reservas pelos organismos internacionais (FMI e Banco Mundial) por parte do governo chinês continuaram nos encontros subsequentes do FMI e Banco Mundial, nos anos de 2000, de 2002, 2003, 2004 e 2005 sempre reforçando a necessidade da multipolaridade monetária. Infelizmente, também foram constantemente desprezados pelo regime responsável por esta vigilância.

Ao revisar o tenro histórico do regime de vigilância macroeconômico e suas posturas para com a China, Andrew Walter (2014) pontuou como se manifestavam as posturas tendenciosas das ditas organizações multipolares no processo de fiscalização das suas economias integrantes e assim, podemos entender como houve total ignorância aos apelos dos sinocomunistas por maior racionalidade e imparcialidade no controle global dos temas monetários, os quais se tivessem sido atendidos poderiam quem sabe ter evitado a Crise de 2008.

Talvez com o intuito de mostrar seu compromisso com o processo de controle internacional, mas também com a meta de combater internamente o acréscimo da inflação, no decorrer de 2005, os chineses decidiram “mudar para uma política de gestão, muito gradual de apreciação renminbi contra o dólar” (WALTER, 2014, p. 136, tradução nossa). Atendendo, assim, parte dos pleitos ocidentais, mas tal iniciativa resultou em efeitos diferentes daqueles que se acreditavam serem objetivados pelas autoridades na China, dado que esta iniciativa de valorização falhou.

O superávit de conta corrente continuou a crescer rapidamente ao longo de 2005-8, a pressão externa por uma acelerada valorização do renminbi aumentou em vez de dissipada, e as expectativas do mercado de contínua apreciação cambial encorajou grandes entradas especulativas de capital que exigiram do banco central chinês intervir cada vez mais vigorosamente nos mercados cambiais e acumular massivas reservas de dólar. (WALTER, 2014, p. 136, tradução nossa)

Com o panorama acima delineado, houve um incremento das compressões por parte daqueles que reclamavam sobre a autodeterminação do valor de sua moeda por parte da China e tal comportamento foi respaldado e reproduzido pelo FMI com a elaboração de um relatório que indicava que a economia chinesa era fonte de preocupações devido às incertezas geradas pelo desalinhamento no âmbito cambial (WALTER, 2014).

De acordo com Chin (2014), inicialmente os alertas chineses não mencionavam claramente a má administração norte-americana, mas com o passar do tempo e a inércia estadunidense, o ressentimento chinês foi evoluindo e a cada novo encontro dos órgãos

mundiais, tal percepção fez com que a China apontasse mais fortemente no ponto chave. Como exemplificado em 2005:

Desde setembro do ano passado, taxas cambiais do dólar dos EUA têm sido declinantes. Não só isto coloca uma grande pressão sobre o crescimento das exportações de algumas economias, mas também ameaça a estabilidade dos mercados doméstico financeiros dos EUA. Se os déficits em conta corrente e fiscal dos EUA continuarem a se expandir, o dólar vai se desvalorizar ainda mais, o que por sua vez pode levar a convulsões nos mercados financeiros e na economia real. (CHIN, 2014, p. 191, tradução nossa)

Esses avisos chineses eram procedentes por conta de uma clara preocupação com os progressivos aumentos de exposição ao risco de suas reservas cambiais. Afinal, com os reiterados superávits na balança comercial com os Estados Unidos e considerando o fato de que o dólar era a moeda número um das transações no comércio exterior, a China incrementava cada vez mais suas reservas com uma massiva quantidade de dólares estadunidenses, tornando-se a maior detentora de dólares estadunidenses. “Suas reservas cambiais se tornaram as maiores do mundo – já – no nível de US\$ 3,5 trilhões em meados de 2013” (HELLEINER; KIRSHNER, 2014, p. 1, tradução nossa). Logo, o temor chinês de uma depreciação desse dólar resvalava na angústia da perda de valor de suas reservas cambiais, visto que elas sustentam a confiança de sua economia e são consideradas ferramentas de suma relevância, seja para enfrentar momentos de tensão econômica, seja para impor sua vontade política frente aos concorrentes.

É importante destacar que, conscientes da forte dependência mútua entre China e os Estados Unidos no campo das finanças, os chineses – mesmo descrentes – buscavam convencer os norte-americanos a fazerem as adequações necessárias para evitar a contínua desvalorização do dólar e o processo de fiscalização internacional macroeconômica poderia contribuir neste sentido. Assim, respeitando a força do arcabouço do SMI, os chineses optaram pelo caminho das instituições ao invés de posturas unilaterais ou revanchistas antes do diagnóstico da Crise de 2008. Por optarem por este caminho, perceberam também que eles possuíam um “limitado poder-como-influência em um ocidentalmente dominado FMI” (WALTER, 2014, p. 137, tradução nossa). Logo, os pleitos chineses não seriam tão facilmente atendidos e esse quadro precisava ser modificado por entenderem que ele não espelhava mais o reflexo do corrente panomarama econômico mundial em que os países emergentes colaboravam mais para o alargamento da economia.

A China, mesmo verificando a ineficácia em termos de regulação e de controle do SMI sobre as principais nações deste sistema pediu – via institucional – maior

controle/intervenção das economias emissoras de importantes moedas internacionais. A justificativa chinesa desta maior vigilância sobre as nações mais desenvolvidas era que tais economias afetavam o desenrolar econômico de todo o mundo. Os chineses reforçaram essas solicitações de maior controle de forma imparcial, que na realidade eram pedidos de 2005 até 2008 em todas as reuniões do FMI e do Banco Mundial (CHIN, 2014).

Desconsiderando a postura chinesa (e suas advertências) nos fóruns econômicos mundiais, o SMI e seu regime de vigilância macroeconômica desacreditaram na imposição de ajustes nas economias responsáveis pelas moedas de reservas internacionais. Assim, algumas das previsões da China se tornaram factíveis com a instabilidade gestada pelos Estados Unidos a partir de 2007.

Como Chin (2014) assevera, com o recrudescimento da crise, o então presidente estadunidense (Bush Filho) convoca as autoridades supremas das 20 maiores economias, o chamado G-20, em novembro de 2008 a fim de avaliar possibilidades de soluções para as agruras financeiras e proporcionar estabilidade ao SMI. Por ocasião desse encontro requisitado pelos Estados Unidos, os demais países líderes, antes apenas as nações do G-7, reverenciaram na China a habilidade para equilibrar a economia do mundo e superar a crise. Cientes de sua condição única e reconhecendo a sua chance de liderar (e até orientar) as definições no teatro econômico internacional, o próprio governo chinês

tranquilizou os participantes reunidos que a China ajudaria a estabilizar os mercados financeiros internacionais ao manter seu crescimento econômico e a expansão da demanda interna; que o banco central da China estava monitorando a situação dos mercados financeiros de muito perto, e estava pronto para realizar mais ajustes nas suas políticas e na taxa de juros se fosse necessário; e que o Banco Popular da China (BPC) cooperaria com o FMI para estabilizar os mercados financeiros. (CHIN, 2014, p. 193, tradução nossa)

O ambiente desta crise gerou mais efeitos para China. Não foi só a disposição dos países com as maiores economias em apreciar a China e vê-la mais como um parceiro do que uma ameaça, mas também as instituições – como o FMI – seguiram nesta marcha de enxergar com melhores olhos a terra dos sinófonos. Mesmo tendo em mente que “Pequim cessou a apreciação cambial em meados de 2008, à medida que a demanda externa [à China] começou a cair bruscamente” (WALTER, 2014, p. 137, tradução nossa), os questionamentos sobre a valorização do renminbi não eram mais o foco central das principais críticas das outras nações para com a China e, sim, pontuou-se a necessidade de implementação de reformas mais amplas que permitam o irrestrito progresso econômico chinês (afinal é esta economia que

possui espaço para ampliação de seu mercado consumidor, uma necessidade que dinamizaria a economia global), sendo esta questão reconhecida até pelos próprios chineses.

Essa situação de um ambiente estimulante para o aumento de poder chinês em conjunto com a consciência da China de agir foi intitulada de “pressão coordenada” por Gregory Chin (2014). Esse empoderamento da China na arena econômica internacional repercutiu inicialmente de modo mais intenso a partir de um lendário ensaio emitido pelo banco central chinês em março de 2009. Batizado como “Reforma do Sistema Monetário Internacional”, o ensaio se propunha a ser compreendido “como um tratado chinês sobre mudança monetária global que delineou sucintamente os fundamentos técnicos e de governo para mover-se em direção a um sistema de reservas mais diverso” (CHIN, 2014, p. 187, tradução nossa). Contudo, mesmo após ter obtido a rara capacidade de ser credora e fonte de liquidez no SMI, questiona-se a habilidade chinesa em utilizar pragmaticamente seu novo posicionamento no quadro financeiro internacional a fim de adquirir generosos ganhos em suas relações internacionais. (WALTER, 2014).

Por isso e no rastro do entendimento de que modificações do *status quo* no SMI não seriam tão rapidamente assimiladas e implantadas, que o terceiro maior país do mundo (em extensão territorial) percebe que é preciso obter instrumentos e políticas que possam ser usados segundo a necessidade política chinesa e, simultaneamente, ilustrem sua presença mais ativa no supramencionado sistema, bem como assegurem um panorama estável e atrativo aos negócios chineses no mundo. Neste contexto, iniciam-se os procedimentos para as elaborações e as assinaturas de acordos bilaterais que promovam o uso da moeda chinesa em trâmites de pagamentos internacionais, assim como a cessão de empréstimos por parte da China, como mecanismos para fomentar a procura pelo dinheiro chinês na conjuntura internacional e contribuir para o projeto de internacionalizar o renminbi.

Internacionalização do renminbi (RMB, também conhecido como o iuane) é um dos aspectos mais controversos e amplamente debatidos da reforma econômica no República Popular da China (RPC). A "internacionalização" do renminbi – isto é, o uso mais amplo do RMB nas transações internacionais, tanto as transações comerciais como as financeiras e aquelas realizadas por bancos centrais e outras instituições oficiais – pode ser entendida como uma resposta natural ao peso crescente do comércio e dos fluxos de investimento da RPC na economia mundial. Os principais funcionários da República Popular da China têm declarado repetidamente que a internacionalização da moeda como um objetivo declarado da política, e o Banco Popular da China e outras agências governamentais têm perseguido uma variedade de iniciativas desenhadas a incentivar o uso mais amplo da moeda. Assim, se o uso internacional mais amplo do RMB é uma reação espontânea do mercado ou uma manifestação da crescente habilidade e vontade da RPC de influenciar a forma e estrutura da economia global é uma questão de interpretação. (EICHENGREEN; KAWAI, 2015, p. 1, tradução nossa)

2.3 – A AÇÃO POLÍTICA CHINESA EM CONCERTO NO PROCESSO DE INTERNACIONALIZAR O RENMINBI

Com os avanços constantes no desenvolvimento chinês e a força do crescimento sustentando pela economia nas últimas décadas, a posição global da China no cenário internacional se elevou. Indubitavelmente, ao alcançar a posição de segunda maior economia³⁸ do mundo em 2010, a relevância da política monetária chinesa cada vez é mais evidenciada. Sem demora, o tema da moeda é afetado por conta das mudanças na economia e, conseqüentemente, do aumento no crescimento econômico.

Desta maneira, o dilema se apresenta ao PCC: como avançar em ações inovadoras e estimulantes ao desenvolvimento e contínua evolução chinesa no âmbito da economia sem perder o controle político? Parece-nos que a resposta encontrada e adotada é manter a ação estatal como protagonista e, até mesmo, intensificá-la. Em adendo, permanecer com a maneira gradual ao se implementar medidas liberalizantes na economia relativas à sua política monetária³⁹. Assim, apresenta-se o atual desafio chinês a ser superado. Como manter um maior controle do Estado na economia e ao mesmo tempo adotar políticas econômicas liberalizantes, ou seja, que aumentam cada vez o peso do mercado no processo de tomada de decisões na esfera econômica.

É, neste contexto, que surge o debate se o uso internacional renminbi deve ser incentivado politicamente – para não só refletir o poderio econômico chinês no mundo, mas também possibilitar a formação de mecanismos que favoreçam a manutenção desse poder – ou rechaçado, a fim de manter o pleno controle estatal da economia pelos sinocomunistas e não se tornar alvo de investidores especulativos. Entretanto, qualquer discussão sobre o tema da utilização internacional de uma moeda deve ser permeada por uma avaliação das vantagens e perdas que cada opção gera.

A partir de várias avaliações sobre as resoluções de crises – em especial – a última financeira, bem como a análise sobre o regime de vigilância macroeconômico realizado por instituições da época de Bretton Woods (ou seja, organizações desenhadas por um balanço de poder que não reflete mais a realidade), parece-nos que a China está considerando um

³⁸ Esta posição chinesa foi alcançada após 32 anos da implementação das iniciativas do Capitalismo de Estado e mantida até o momento, considerando a data de 31 de dezembro de 2016. Ver mais referências em COHEN, 2014.

³⁹ “[...] o sucesso das reformas chinesas pode ser atribuído ao *não* abandono do gradualismo em favor das terapias de choque defendidas pelo Consenso de Washington; ao reconhecimento de que só se consegue manter a estabilidade social se a criação de empregos andar de mãos dadas com a reestruturação; e à busca da garantia de reutilização proveitosa dos recursos deslocados em virtude do aumento da concorrência” (ARRIGHI, 2008, p. 361).

caminho paulatino e definiu algumas estratégias que garantissem uma boa estrutura não só para a internacionalização de sua moeda, caso fosse essa a opção, mas também para se reforçar política e economicamente diante de uma generalizada incerteza⁴⁰. Duas delas repousam no bojo político: elaborar acordos bilaterais com os países para garantir liquidez em tempos de instabilidade e o constante fluxo comercial com a China e a outra é de se efetuar a plena concessão de empréstimos às nações necessitadas, reforçando o vínculo com a China por meio da Iniciativa Chiang Mai (CMI) ou da Multilateralização da Iniciativa Chiang Mai (CMIM) e dos novos arranjos institucionais bancários cujos chineses tem se engajado.

No caminho de se interpretar o significado e a importância dos arranjos monetários dos chineses com outros países, é preciso conceber o conceito pelo qual esses acordos são mais conhecidos e sintetiza a ideia que os justifica. Trata-se do vocábulo *swap*, que é um termo do inglês que exprime uma ação de intercâmbio ou permuta. Pela perspectiva financeira, uma operação de *swap* espelha uma iniciativa que está ligada à captação de empréstimos ou financiamento em moeda estrangeira, podendo ainda ser compreendida como uma troca de riscos cambiais entre investidores. Sem dúvida, Andréa Wolffenbuttel (2005) resume o sentido financeiro do tema em questão.

A palavra inglesa *swap* significa “troca”. Portanto, um contrato de *swap* é um contrato de troca. No mercado financeiro, essa mudança se refere à troca do índice de reajuste. Por exemplo, se uma empresa tem uma dívida cujo valor é corrigido pela inflação, ela pode, por meio de um contrato de *swap*, fazer com que o montante a ser pago seja atualizado pela cotação do dólar. Qual é a vantagem? Talvez essa empresa tenha fechado alguma venda para o exterior e saiba que terá dólares em caixa, portanto, é mais tranquilo ter como base de cálculo a cotação do dólar. Também pode acontecer o oposto, com alguma empresa que trabalhe exclusivamente no mercado interno e que tenha algum contrato reajustado em dólar. Ela pode preferir usar outro indexador, como a taxa de juro. O contrato de *swap* pode ser firmado entre duas empresas interessadas em trocar seus respectivos “riscos” ou pode ser intermediado por uma instituição financeira, o que é mais comum. Normalmente os contratos de *swap* são feitos em busca de maior segurança para pagamento dos passivos ou em busca de ganhos financeiros, já que a troca de indexadores pode alterar muito os valores. Se há uma desvalorização da moeda, se ocorre queda na taxa de juros, ou alta da inflação, tudo isso afeta o valor a ser pago ou recebido, beneficiando um dos signatários do *swap* e prejudicando o outro. (WOLFFENBUTTEL, 2005, p. 74)

Seguindo no entendimento de um arranjo de *swap* feito entre o Banco Central da China e um outro país, precisamos avançar sobre o que motiva diferentes nações a assinarem um acordo de *swap* de suas moedas. “O propósito original dos contratos de *swap* de moeda é

⁴⁰ A interdependência coloca grandes obstáculos na condução de uma autônoma política monetária, em especial para a China. Como ponderado por Walter (2014, p. 144, tradução nossa): “A crescente interdependência com os Estados Unidos, em particular, tem aspectos de considerável assimetria que nem sempre são favoráveis a Pequim”.

proporcionar aos países liquidez em tempos de crise” (YIHONG, 2015, tradução nossa). Indubitavelmente, este último é um dos incentivos que direciona os países a assinarem um contrato de *swap*, mas não é o único.

O principal ponto é que esta troca de moedas realizada sob um acordo bilateral entre as nações é feita não só sem o envolvimento de uma terceira moeda (a qual pode acarretar para ambos os países, possibilidades de riscos e perdas na conversão cambial efetuada em duplicidade), mas também tem um viés muito maior de cooperação financeira interestatal que um negócio de risco que uma das partes deve perder ou ter prejuízo.

Os *swaps* de moeda de banco central (SMBC) permitem que os bancos centrais forneçam liquidez em moeda estrangeira aos bancos comerciais em suas jurisdições. [...] No contexto do SMBC, os *swaps* de moeda estrangeira envolvem duas moedas e, por conseguinte, introduzem a possibilidade de que a moeda emitida por um banco central esteja disponível na circunscrição dos outros bancos centrais envolvidos no acordo de *swap*. Assim, SMBcs são mais semelhantes a um conjunto de dois empréstimos recíprocos do que a um derivado financeiro. (DESTAIS, 2014, p. 1 e 2, tradução nossa)

A China tem convencido diversos países a celebrar contratos de *swap* com o BPC, salientando esta ótica colaborativa que um acordo de moedas desse tipo entre autoridades monetárias estatais possui. Levando em conta que a maioria dos países depende da liquidez do dólar norte-americano e sua volatilidade no mercado internacional, o renminbi – por intermédio dos arranjos de *swap* – se apresenta como mais uma opção no tocante a meta das outras nações de se deter uma forte moeda de reserva para momentos de instabilidade econômica global.

Os chineses iniciaram a implementação dos acordos de *swap* – primeiramente – com a Coreia do Sul no final de 2008, seguido pelos acordos com Hong Kong e Malásia em Janeiro e Fevereiro de 2009, respectivamente. Orientando regionalmente, em um primeiro momento, a primazia da elaboração desses acordos. Segundo o relatório anual de 2014 emitido pelo banco central chinês, “com o final do ano, o BPC tinha assinado acordos bilaterais de *swap* em moeda local com bancos centrais ou autoridades monetárias de 28 países e regiões com o tamanho total de aproximadamente 3,1 trilhões de iuanes” (PEOPLE’S BANK OF CHINA, 2015, p.70, tradução nossa).

A rapidez e extrema dedicação com que o governo chinês tem implantado diversas frentes de trabalho e de negociações com as nações para concluir e assinar os contratos de *swap* entre o renminbi e outras moedas tem sido impressionante. O que levou a conduta política internacional chinesa a ser nomeada por Yang Jiang (2014) de “Diplomacia de *Swap*

de Moeda”. Desde 2008 até 2014 foram assinados 35 destes contratos⁴¹ com diferentes países, fora os arranjos bilaterais de *swap* que foram renovados por terem vencido neste íterim. Parece não haver dúvidas de que a autoridade política chinesa enxerga muitas vantagens neste tipo de ação internacional, visto que “os *swaps* de moeda são um arranjo de baixo custo que pode gerar benefícios políticos e comerciais. Eles são controláveis e flexíveis, porque a condicionalidade para ativação, taxa de juros e maturidade podem ser negociadas bilateralmente. [...], são raramente ativados” (JIANG, 2014, p. 171 e 172, tradução nossa).

A preferência chinesa pelos acordos reflete a sua predileção pelo bilateralismo em suas relações internacionais na ótica de alguns estudiosos como Jiang (2014). Ela defende que esta modalidade de praticar diplomacia consegue simultaneamente conciliar basicamente três aspectos primordiais da China: acomodação de interesses internos, pragmatismo em sua ação exterior e flexibilidade política. No primeiro aspecto, se destaca a importância de se conjugar as diferentes vontades dos principais atores domésticos sob o arcabouço do PCC, como os liberais que ambicionam revisões em contraste com os conservadores que preferem a manutenção da conjuntura.

Em um segundo momento, o bilateralismo remete a um respeito à tradição chinesa de atingir objetivos por meio da sua política externa, possuindo liberdade de ampliar laços com países estratégicos a seu desenvolvimento e despertar o interesse dos demais. Por fim, condutas bilaterais denotam maleabilidade nas suas alternativas políticas, pois a “China pode decidir sobre o alcance e a profundidade da cooperação – quem pode se beneficiar do acordo e do montante das transações permitidas” (JIANG, 2014, p. 158, tradução nossa), divergentemente do que ocorre em um ambiente multilateral regido por instituições que pleiteiam um grande consenso e muitas concessões.

É relevante observar que embora a China destacasse ao mundo que os acordos de *swap* visavam se tornar um instrumento de precaução diante dos efeitos gerados por uma futura situação de tensão financeira, tais arranjos eram também capacitados a oferecer iuanes em caso de necessidade. Assim, delineava-se uma sutil ferramenta preparada para estimular a utilização do dinheiro chinês no comércio, mesmo que na forma bilateral (COHEN, 2014).

Seguindo na proposta de estudar as duas principais estratégias chinesas de incentivo ao uso internacional do renminbi, apresenta-se o tema da China ter se tornado um dos

⁴¹ Para a completa relação de todos os arranjos bilaterais de *swap* da China com os demais parceiros de 2008 a 2013, ver em JIANG, 2014, p. 169. Referente aos arranjos firmados no ano de 2014: “Em 2014, o BPC assinou cinco novos acordos bilaterais de *swap* de moeda local com os bancos centrais da Suíça, Sri Lanka, Rússia, Catar e Canadá com um valor total de 545 bilhões de iuanes” (PEOPLE’S BANK OF CHINA, 2015, p.70, tradução nossa).

principais países que tem disponibilizado crédito para financiar outras nações. Em complementaridade aos acordos de *swap*, que possuem como uma das justificativas a de estabilizar a remuneração que os chineses receberão por conta das trocas oriundas do comércio internacional, há a tática chinesa de ceder empréstimos. No cerne desse cenário, se condiciona a China como uma relevante e grande credora financeira na arena global de negócios mesmo frente a uma possível instabilidade nos mercados internacionais gerada por generalizada desconfiança.

Tal percepção se justifica, pois a China tem enverado pela trilha de implantar ações que demonstram essa sua capacidade econômica e financeira de ser uma nação prestadora de montantes aos mais diversos países que necessitem equilibrar sua contabilidade nacional. Logo, parece não haver incongruência – no raciocínio chinês – em se adotar um caminho multilateral de concessões e participações em fóruns mundiais, simultaneamente a uma postura bilateral configurada pelos acordos de *swap*.

Neste sentido de multilateralidade compreende-se o apoio chinês⁴² ao embrionário movimento de cooperação financeira de alguns países asiáticos instaurado após a crise da Ásia no final da década de 1990, culminando na formação de uma rede colaborativa entre os principais ministros de finanças da região, incluindo as dez nações integrantes da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN)⁴³ e a China, Coreia do Sul e Japão, o que levou a unidade de nações a ser intitulada de ASEAN+3. Este movimento de parceria regional foi amadurecendo proposições de alternativas e mecanismos financeiros de colaboração mútua por constantes reuniões, produzindo um resultado prático com a Iniciativa Chiang Mai, assim intitulada por ter sido formalizada na cidade tailandesa Chiang Mai no ano de 2000, por ocasião da reunião do Banco de Desenvolvimento Asiático (BDA) daquele ano.

Esse ambiente cooperante entre os países asiáticos se manteve em constante evolução, sendo aprimorado com a adoção de novas opções de auxílio – como os chineses, sul-coreanos e japoneses (economias mais fortes) colocando à disposição dos países da ASEAN parte de suas reservas cambiais em dólar – que substanciassem a força econômica nesta área da Ásia (COHEN, 2014). Por isso e com a Crise de 2008, se fortaleceu a necessidade de formalizar de modo mais robusto e na íntegra a CMI, tornando-a multilateral.

⁴² Embora a China tenha dado suporte às tratativas de colaboração regional na Ásia, isso não se deu em um primeiro momento e, sim, em um segundo. Como a iniciativa de uma cooperação financeira intra-regional foi inicialmente protagonizada pelo Japão com a proposta de um Fundo Monetário Asiático, como pontuado por Helleiner e Kirshner (2014), a China se opôs para não ajudar os japoneses a serem protagonistas de uma instituição internacional.

⁴³ A ASEAN é formada por Tailândia, Filipinas, Malásia, Cingapura, Indonésia, Brunei, Vietnã, Mianmar, Laos, Camboja.

A Iniciativa Chiang Mai, acordos celebrados entre a China e outros doze países asiáticos, incluindo Coreia do Sul e Japão, em 2010, representa uma destas complexas redes de segurança financeira. Por este arranjo financeiro, os governos dos países asiáticos se comprometem, em caso de necessidade, a emprestar uns aos outros parte de suas reservas internacionais. A Iniciativa Chiang Mai possui dispositivos que regulam o acesso às reservas pelos demandantes: até determinada quantia, o acesso é livre, bastando haver a solicitação; acima deste valor, torna-se necessário fornecer algum tipo de garantia – um acordo com o FMI. A China e o Japão, seguidos pela Coreia do Sul, entram com os maiores montantes e detêm maiores poderes de voto, compartilhando o papel de emprestadores de última instância regional (ASEAN+3). Por ora, a Iniciativa Chiang Mai ainda não foi utilizada. Após a crise de 2008, evoluiu progressivamente de uma complexa rede de acordos bilaterais para uma rede de acordos regionais mais institucionalizados, processo conhecido como multilateralização. (CINTRA; MARTINS, 2013, p. 271)

É importante reforçar que a demora da Iniciativa Chiang Mai de quase dez anos para adquirir maior robustez se deve ao fato das nações integrantes, principalmente as que não faziam parte da ASEAN, se preocuparem com a cota e o peso das suas contribuições para este acordo. “Os países naturalmente tendem a pensar que as contribuições estão relacionadas com os pesos de voto que terão na nova instituição. Assim, cada país não quer ser superado pelos outros” (SUSSANGKARN, 2010, p. 4, tradução nossa). O que demonstra a preocupação chinesa de não se tornar subserviente nesses novos empreendimentos financeiros ligados a região asiática e ao mesmo tempo manter sua habilidade de exercer seu “poder” de influência por ser uma das maiores provedoras de crédito neste tipo de arranjo.

Adicionalmente, a China também desenhou sob a arquitetura dos BRICS o estabelecimento de laços que possibilitassem o uso das moedas das nações desse grupo entre eles, tentando assim reduzir espaço para o dólar norte-americano e abrir um novo território para o renminbi, já que a China é a maior economia dentro do bloco supracitado. Mais uma vez, contou com a energia do governo de Luís Inácio Lula da Silva e a primazia brasileira na construção da viabilidade de mais uma instituição fornecedora de crédito. Como anfitrião da cúpula dos BRICS em 2010, o Brasil teve duas conquistas: conseguiu que os Bancos de Desenvolvimento dos BRICS fizessem um pacto para cooperação econômica e de infraestrutura e obteve o comprometimento formal dos BRICS em apoiar os arranjos e os concertos para o uso da moeda em seus negócios (CHIN, 2014).

O debate do uso de suas moedas entre si se solidificou nos posteriores encontros dos BRICS a partir de 2011, ganhando força de 2012 em diante, como tema permanente das falas e ações dos países-membros do bloco em voga, sempre com respaldo da China em incentivar esse movimento (CHIN, 2014). O resultado disso para Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul foi notar como poderiam agir coletivamente na abertura de linhas de crédito e de seus

mercados financeiros, bem como nas possibilidades de cooperação com emissões de títulos em suas moedas e a definição de “novos mercados para ativos denominados em moedas dos BRICS” (CHIN, 2014, p. 206). A justificativa para a intensificação destas conversações para a utilização de suas moedas, segundo os representantes dos BRICS, era o de incrementar os negócios intra-bloco, bem como diminuir os custos de transação com o uso de uma terceira moeda.

Oficiais chineses e os seus parceiros do BRICS preveem que estes passos graduais fortalecerão, cumulativamente, a cooperação entre os bancos de desenvolvimento do BRICS e promoverão o comércio intra-BRICS e que, como resultado, o uso internacional das moedas dos países do BRICS aumentará, a dependência sobre as moedas de terceiros pode ser reduzida, e as pressões sobre as divisas e a balança de pagamentos das nações BRICS também podem ser minimizadas. (CHIN, 2014, p. 206)

Outra movimentação chinesa que ilustra esse papel financeiro mais ativo é o incentivo para a criação de instituições bancárias com um foco definido em suas primordiais demandas. Iniciativas como a fundação do Banco dos BRICS, o chamado Novo Banco de Desenvolvimento, e o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura – ambos com as sedes estabelecidas em território chinês – são exemplos dessa jornada da China de se credenciar como país responsável por fomentar linhas de crédito globalmente alternativas às instituições tradicionais do Sistema Internacional⁴⁴. De novo, houve cuidado chinês em manter o equilíbrio ou o protagonismo da China nas parcelas de colaboração de fundos creditícios para as novas instituições.

[...] a criação do Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS, com sede em Xangai e capital total de US\$ 100 bilhões, em julho de 2014. Inicialmente, serão subscritos US\$ 50 bilhões, de forma paritária entre os cinco sócios. O banco terá foco no financiamento da infraestrutura (estradas, eletricidade, ferrovias etc.) dos países em desenvolvimento (nos dois primeiros anos, os financiamentos serão limitados aos cinco países-membros). Em outubro de 2014, ocorreu o lançamento do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (Asian Infrastructure Investment Bank). Sediado em Pequim, o banco intergovernamental também terá capital de US\$ 100 bilhões, dos quais US\$ 29,8 bilhões serão subscritos pela China, US\$ 8,4 bilhões pela Índia e US\$ 6,5 bilhões pela Rússia. Com 57 países-membros, terá como objetivo financiar projetos de infraestrutura na região. O banco intergovernamental procura dissipar os temores dos países fronteiriços de uma excessiva dependência financeira da China. Os projetos financiados pelas instituições de desenvolvimento plurilaterais ampliam a confiança nos contratos celebrados pelas empresas chinesas

⁴⁴ “A criação do NBD coincidiu com o estabelecimento do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB, sigla em inglês para Asian Investment Infrastructure Bank), liderado pela China, com a participação de vários países, sobretudo asiáticos. Ambas as instituições dinamizarão os investimentos em infraestrutura, sobretudo para países em desenvolvimento, e constituirão uma alternativa importante ao Banco Mundial” (BARBOSA, 2015, p. 2).

mais que as operações de empréstimos bilaterais. (CINTRA; FILHO; PINTO, 2015, p. 22 e 23)

Em adendo a estas frentes de diferenciação de ofertas de crédito a partir da China, em paralelo, há também o cuidado de se diversificar o sistema bancário chinês para que este último lide com as novas demandas financeiras ocasionadas pela diplomacia monetária chinesa e, também, esteja preparado para um renminbi cada vez mais internacionalizado. Em um artigo, a estudiosa Simone Silva de Deos se concentrou em observar os principais desdobramentos com a exposição das instituições bancárias chinesas ao capital estrangeiro, iniciada em 2001. Neste sentido, verificou interessantes facetas que são reveladoras para melhor alinhamento de uma ação chinesa em prol do uso internacional do renminbi.

Com o estudo supracitado, foi possível constatar que a entrada de fluxos estrangeiros financeiros foi bastante colaborativo para a China e concedeu uma experiência da lógica de funcionamento do sistema bancário chinês aos detentores de tais fluxos. Pela ótica chinesa, a vantagem do ingresso do capital estrangeiro se deu pela compra de ações dos bancos chineses (em sua maioria estatais) o que permitiu a manutenção do controle por parte do Estado, por este ser o maior acionista. Houve, ainda, o fornecimento de inovações à rede bancária interna e o auxílio à sua ampliação com a injeção de investimentos. Por fim, ainda se contabilizou o aprendizado chinês com a instabilidade desse capital por ocasião da crise econômica e financeira do mundo em 2008 que “forçou a venda da participação acionária de algumas dessas instituições, que precisavam reforçar sua base de capital” (DEOS, 2015, p. 412).

Com relação à propensão bancária chinesa em investir externamente, há uma situação singular. Diagnostica-se que há grandes bancos chineses quando comparados às outras instituições financeiras no globo, porém a grandeza se dá por possuírem enormes estruturas que habilitam suas operações dentro da China (e seu grande mercado doméstico) e não pela sua qualidade no quesito de internacionalização (DEOS, 2015), visto que há pouca atividade bancária nas diferentes praças globais – com exceção das de Hong Kong – onde há elevada inserção internacional.

Reconhecendo o projeto do uso internacional da “moeda do povo”, Cintra e Filho (2015) alegam que as instituições financeiras possuem um grande valor para o êxito deste projeto, logo seria imperativo que os bancos chineses se internacionalizassem. Essa seria uma ação em complemento as outras iniciativas chinesas que já estão em marcha. A grande questão, segundo eles, é que o percurso para se internacionalizar tais instituições é afrontado por vários obstáculos, tanto domésticos quanto estrangeiros, configurados pelo método de desenvolvimento da China que obriga os fluxos monetários e instituições bancárias a

operarem dentro de uma estrutura controladora, como o Estado Chinês. Não é à toa que compreendem esta dificuldade à internacionalização do dinheiro chinês como a verdadeira “grande muralha” a este projeto.

Considerando a multifacetada postura acima apresentada da China nos assuntos financeiros, se reforça o entendimento de que há disponibilidade chinesa de se colocar como credora de recursos econômicos e assim obter uma importante vantagem política no trato de suas relações internacionais conquistada pelo seu poder monetário. Afinal, não se discute com o detentor da sua dívida e nem se cobra comportamentos políticos que se julgam pertinentes pelos devedores. Um exemplo disso é a postura de algumas nações que – antes da “Crise Financeira Global” de 2008 – cobravam fervorosamente a valorização da moeda chinesa. A “dependência externa sobre o investimento chinês tem desencorajado governos estrangeiros a pressionar a China com muita força em áreas como a política cambial” (HELLEINER; KIRSHNER, 2014, p. 4, tradução nossa).

Como observado por Yu (2014), para se incentivar a utilização internacional do renminbi, várias trilhas podem ser traçadas e ele acredita que a China tem seguido a chamada “abordagem funcional”⁴⁵, pois o seu banco central tem conseguido “promover o uso do renminbi como uma moeda de pagamento e moeda de investimento e, finalmente, de alguma forma fomentar reservas cambiais de renminbi para os bancos centrais de países estrangeiros” (YU, 2014, p. 8, tradução nossa). O que tem denotado maior importância ao renminbi é justamente essa habilidade de se tornar uma moeda reserva, principalmente regionalmente⁴⁶, levando ao fortalecimento de percepções confiantes na ampliação do seu uso global.

A fim de corroborar tais percepções basta comparar o desempenho do renminbi com a do iene do Japão em termos de moeda mais utilizada em pagamentos internacionais no ano de 2015. Os chineses com sua moeda tornaram o renminbi a quarta moeda mais usada no mundo para liquidações internacionais em 2015 (LI, 2015), conseguindo superar o papel-moeda japonês – que possui algumas décadas como moeda de reserva e ocupava este lugar.

⁴⁵ Com “abordagem funcional”, Yu (2014) explicita que a China possui superávit em sua contabilidade nacional, diversamente as contas nacionais dos Estados Unidos e o dólar por trás disso. “Em linha com a ‘abordagem funcional’, ainda existem diferentes caminhos que podem ser perseguidos para internacionalizar o renminbi. Pode começar com um déficit comercial ou um déficit na conta capital. Os EUA estão correndo com um déficit em conta corrente e, portanto, podem fornecer dólares para o resto do mundo através de sua conta corrente. Normalmente, se um país tiver um superávit em conta corrente, poderá fornecer liquidez ao resto do mundo com um déficit de conta de capital. O Japão é um exemplo disso. A estrutura internacional da balança de pagamentos da RPC é anormal, uma vez que opera com superávit em conta corrente e um superávit em conta de capital ao mesmo tempo. [Saber] Como fornecer liquidez renminbi ao resto do mundo é um grande desafio para a autoridade monetária da RPC” (YU, 2014, p. 8, tradução nossa).

⁴⁶ Como apontado por Cohen (2014, p. 29, tradução nossa), o renminbi já desempenha a função de “âncora” na região da Ásia. “Quatro das principais economias do Sudeste Asiático – Malásia, Filipinas, Singapura e Tailândia – agora colocam mais peso sobre o iuane do que o dólar na gestão de suas taxas cambiais”.

Estas novas instituições multilaterais de crédito – as primeiras no campo financeiro internacional que escapam inteiramente aos desígnios das finanças pública e privada anglo-americanas, mesmo sem confrontá-las – ampliam o poder financeiro chinês. Elas permitem, por exemplo, o estabelecimento de novas prioridades, princípios e procedimentos para a assistência ao desenvolvimento nacional, regional e multilateral. Enfim, Pequim vai tecendo uma rede multilateral de financiamento e de pagamento em renminbi, uma estrutura internacional paralela, formada por uma série de organizações e de mecanismos financeiros. (CINTRA; FILHO; PINTO, 2015, p. 23)

Sem dúvida, a disposição de estabelecer um novo quadro de instituições e ferramentas financeiras que promovem não só uma diversificação ao SMI, mas também uma dilatação de espaço para possibilitar cada vez mais o uso de outras moedas diversas ao dólar estadunidense credenciam a China a guiar outras pátrias a um sistema multipolar de moedas. Novamente, esse comportamento de líder foi ratificado pela China ao conseguir em 30 de Novembro de 2015 por parte do FMI a inclusão do renminbi⁴⁷ na composição de papéis-moedas responsável pela cotação dos Direitos Especiais de Saque (DES).

Trata-se de conferir conversibilidade⁴⁸ e habilitar os diferentes bancos centrais a utilizarem o Reniminbi como moeda parte de suas reservas cambiais, incrementando o seu portfólio de reservas. Sem dúvida, foi uma importante conquista para o projeto chinês de aumentar o alcance da moeda emitida pela China. Entretanto, “essa inclusão precisa ser apoiada por uma maior conectividade e o progresso da internacionalização do RMB se correlaciona com mais bancos atendendo seus clientes em RMB e através de melhorias nas infraestruturas financeiras de compensação e liquidação do RMB” (SWIFT, 2016b, p. 1, tradução nossa).

O que resta saber é como descobrir qual caminho deve continuar a ser enveredado pelos chineses a fim de aumentarem e manterem seu poder por meio do uso da moeda, ou seja, averiguar quais são os obstáculos desta caminhada e possíveis prognósticos para o futuro desempenho do renminbi.

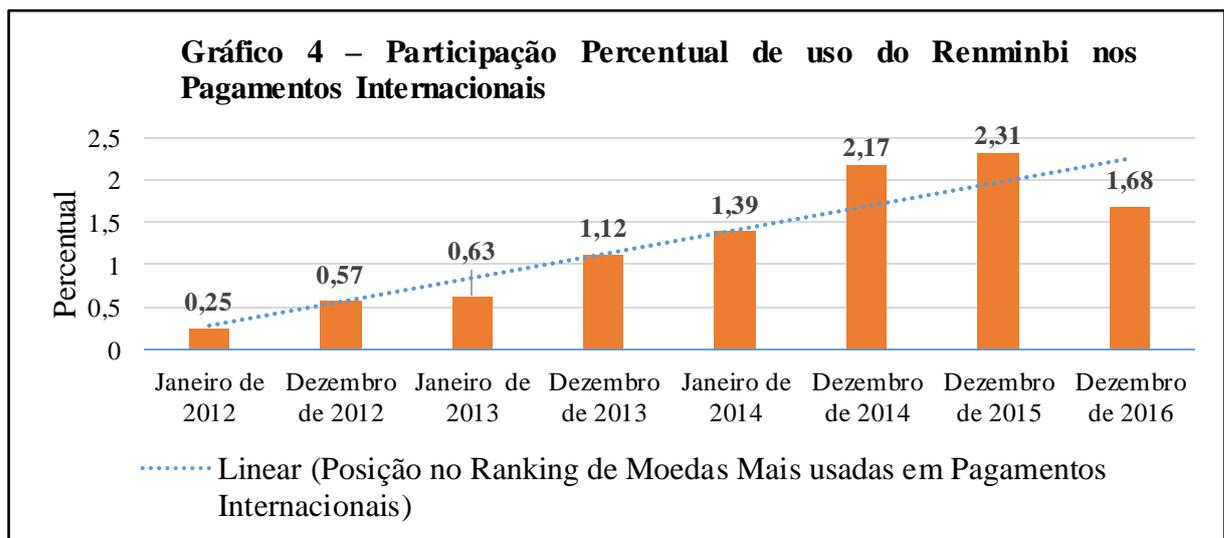
⁴⁷ “Para muitos economistas, a decisão é motivada pelo interesse político de estimular a China a acelerar sua abertura financeira. A mudança entra em vigor em 1º de outubro de 2016. O yuan terá a terceira maior participação na cesta de moeda, com 10,92% contar 41,73% do dólar, 30,93% do iene e 8,09% da libra” (NINIO, 2015).

⁴⁸ Com o intuito de esclarecer a pertinência da convertibilidade frente ao fenômeno de uso internacional de uma moeda é válido notar a abordagem feita por Genberg (2011, p. 229, tradução nossa): “A convertibilidade da conta de capital e a internacionalização da moeda são dois conceitos distintos. A utilização internacional substancial de uma moeda no comércio de mercadorias ou na denominação em emissão de títulos pressupõe a ausência de controles significativos nas transações de conta de capital. A liberalização dessas transações deve, portanto, preceder logicamente as tentativas de aumentar o papel internacional de uma moeda”.

2.4 – INTERNACIONALIZAÇÃO DO RENMINBI: DESAFIOS & CONJUNTURAS

Considerando as primeiras manifestações políticas da China sobre o uso internacional do renminbi, em 2010 a instituição SWIFT optou por elaborar um “rastreador” – o RMB *Tracker* – para efetuar a permanente monitoração da performance da utilização do renminbi no SMI (SWIFT, 2016b). Além dos dados fornecidos pelos chineses com a publicização dos acordos de *swap* e de iniciativas de fornecimento de liquidez internacional com os empréstimos, as informações disseminadas pelo RMB *Tracker* da SWIFT corroboram o diagnóstico do crescente papel desempenhado pelo renminbi na cena global.

Para ilustrar tal diagnóstico, o Gráfico 4 foi elaborado com a seleção dos dados comunicados nos relatórios RMB *Tracker* relativos ao mês de janeiro no período de 2013 a 2017 referentes à fatia percentual de pagamentos internacionais realizados em renminbi desde 2012 até 2016 a fim de demonstrar a evolução do seu uso global.



Fonte: SWIFT (2013, 2014b, 2015, 2016a, 2017b). Elaboração Própria

A performance do renminbi em 2012, após três anos de incentivos políticos e ações coordenadas a partir da China, mostra como a moeda saiu da vigésima posição como unidade monetária mais usada nos pagamentos internacionais em Janeiro de 2012 com apenas 0,25% de participação para terminar o ano com mais que o dobro de seu desempenho anterior, alcançando a décima quarta posição no ranking das moedas mais utilizadas nas liquidações em todo o mundo. Esta ascensão se repete no ano seguinte, com o renminbi sendo responsável pela décima-terceira posição em janeiro de 2013 e finalizando o ano com mais de 1% dos pagamentos realizados e ocupando a oitava posição. Indubitavelmente que o ano de 2013 é

marcante, pois demonstra a presença do renminbi na classificação dos dez mais importantes papéis-moedas usados para pagamento no globo.

O ano de 2014 parece apresentar o substanciamento do uso do renminbi nos pagamentos, pois em janeiro esta moeda já começa na sétima posição, perfazendo 1,39% de todos os pagamentos e, finalmente, chega à quinta posição, quase duplicando a inicial marca com 2,17% em dezembro do supracitado ano. Cabe salientar que nesta última colocação, o renminbi se aproxima das moedas que são consideradas as mais importantes da economia mundial, isto é, e por ordem de relevância, o dólar estadunidense, o euro, a libra esterlina e o iene. Na sequência, o último mês do ano de 2015 apresenta a manutenção do desempenho do mesmo mês do ano anterior com a quinta posição, mas com um percentual maior de 2,31%, mesmo com as instabilidades ocorridas no mercado de capitais e taxa de juros da economia chinesa. Por fim, o ano de 2016 termina demonstrando uma redução da participação do renminbi nos pagamentos internacionais o que o leva para a sexta posição e a 1,68% dos pagamentos no mundo.

Com as informações acima analisadas a partir dos dados dos relatórios *RMB Tracker* da SWIFT e com o acréscimo dos entendimentos relativos à maior capilaridade de acordos monetários bilaterais de renminbi e da China como fonte de muitos empréstimos no mundo é possível aferir que o fenômeno de ampliação do uso do renminbi realmente está em progresso. Porém, cabe questionar: será que o renminbi está adotando o melhor modo de se internacionalizar? Será que a queda no desempenho em 2016 – em termos de uso nos pagamentos internacionais – já não indica que são precisas ações adicionais por parte do governo chinês? Se avaliarmos o início de 2016, a economia chinesa defrontou-se com grande volatilidade, justificada em grande parte por conta do “risco de desaceleração da economia e a possibilidade de mudanças na política cambial do país, após o governo permitir uma depreciação relativamente intensa” (MEGALE; PITTA; MATCIN, 2016, p. 1), o que pode ter refletido na performance do renminbi no resto do ano⁴⁹.

Com a realidade da utilização internacionalizada da “moeda do povo”, grande parte dos estudiosos sobre o atual processo de promoção desse tipo de uso do renminbi advoga que o próximo estágio para a evolução desse processo seria o governo chinês conceder maior liberdade ao setor privado na movimentação de seus montantes financeiros denominados em

⁴⁹ “Em abril e maio de 2016 o RMB estava seguindo o CAD [dólar canadense] com uma pequena diferença de 0,01%, mas a diferença aumentou em junho de 2016, provavelmente devido ao efeito sazonal do feriado do Barco do Dragão na China e em Hong Kong. O RMB alcançou sua elevada quota recorde de 2,79% em agosto 2015, mas desde então a sua quota tem vindo a diminuir. O uso offshore de RMB tem sido muito provavelmente impactado negativamente pela volatilidade no mercado chinês e pela desaceleração da economia chinesa” (SWIFT 2016b, p. 4, tradução nossa).

moeda chinesa. Trata-se de uma análise que parte da premissa que a conta capital do país seja liberalizada com menores mecanismos (ou nenhum) de acompanhamento estatal. O que se coloca em avaliação é definir qual seria o melhor trajeto a ser adotado para internacionalizar a moeda sem colidir com as premissas do PCC de amplo controle sobre a economia.

A abertura da conta de capital é uma necessidade intrínseca de um país aberto durante o desenvolvimento econômico. A história da economia mundial mostra que quase todos os países, não importa a potência econômica tradicional, como os EUA ou a Grã-Bretanha, ou as economias emergentes, como os BRIC, têm sido confrontados com o problema de como abrir a conta capital durante diferentes períodos de tempo. Esta questão é ainda mais vital para a China, uma vez que está em um período importante de reformas econômicas e financeiras. (CHEN, 2010, p. 99, tradução nossa)

É, desta forma, que se coloca o dilema entre perder o total domínio sobre os fluxos monetários e permitir a internacionalização da moeda de forma plena ou seguir a postura japonesa que não optou pela internacionalização, mas também amargou os efeitos negativos dessa tomada de decisão política que limou o crescimento global do Japão⁵⁰ no momento em que este emergia. Entretanto, cabe nos questionar: a decisão é tão simplista que basta escolher entre um lado ou o outro? A fim de se aprofundar no cerne deste questionamento, é preciso compreender o que está em jogo neste dilema de se liberalizar a conta capital na China.

Em um país que tem consagrado o seu desenvolvimento por ter amarras do Estado em grande parte da economia (e muitas empresas estatais) guiando tal incremento, pode parecer assustador se falar no desmantelamento de tais amarras. Afinal, graças aos tais controles estatais houve reduzidos efeitos da última “Crise Financeira Global” sobre a economia chinesa. Entretanto, o contínuo avanço econômico chinês – premissa maior do PCC – parece estar ameaçado em parte pela permanência dessas amarrações. Recentemente, “a liderança [chinesa] reconheceu explicitamente os custos do modelo econômico existente, comprometendo-se a reequilibrar a economia em direção ao consumo doméstico, que tem caído constantemente para o nível excepcionalmente baixo de cerca de um terço do PIB atual” (WALTER, 2014, p. 147, tradução nossa).

O primeiro passo é assimilar que em tese “é indiscutível que em um mundo perfeito o livre fluxo de capital através do globo melhora o bem-estar. O mundo, no entanto, não é

⁵⁰ Ao verificar os motivos do fracasso japonês na arena da economia que se refletiu politicamente, mesmo depois de três décadas de crescimento contínuo, Medeiros (2004, p. 152) indica – baseado a partir de estudos prévios dos autores McKinnon e Ohno (1997) – que ao permitir a livre conversibilidade do iene, o Japão não se preparou da melhor maneira, pois o iene não se internacionalizou e fortaleceu a sua dependência do dólar, visto que desde “a abertura financeira, os empréstimos externos realizados por bancos japoneses são essencialmente em moeda internacional, principalmente em dólares. O dólar é, assim, a moeda veículo principal para as operações cambiais do Japão”.

perfeito. Com relação a um mundo imperfeito, não há consenso sobre se a livre circulação de fluxos de capitais transfronteiriços é a ideal” (YU, 2014, p. 14, tradução nossa). Logo, evidencia-se a dificuldade das autoridades políticas chinesas em formatar os próximos parâmetros que a China deve instaurar com a intenção de não só melhor adequar sua economia para torná-la mais aberta, mas também de estruturá-la e fortalecê-la, contribuindo na tarefa de incentivar a utilização mundial de sua moeda.

É importante ter em mente as repercussões geradas quando se planeja liberalizar o trânsito de fluxos na conta capital, principalmente em uma economia com histórico de forte acompanhamento e intervenção estatal como a chinesa. Não se trata de acatar integralmente as instruções de economistas ou políticos e proceder com a liberalização, mas sim dosar qual é a melhor medida e que níveis de abertura econômica devem ser adotados, diante das características da economia da China, visto que

a abertura da conta de capital tem efeitos duais. A conta de capital fornece capital internacional com mais conveniência e liquidez, o que incentiva e aumenta o investimento doméstico, especialmente para os países com falta de capital, trazendo impactos positivos sobre o crescimento econômico. Por outro lado, abertura de conta de capital abre o sistema financeiro de um país para ataques potenciais por dinheiro especulativo internacional, que provavelmente irá aumentar as flutuações econômicas ou fragilidade do sistema financeiro, aumentando eventualmente a probabilidade de uma crise financeira. (CHEN, 2010, p. 103, tradução nossa)

Neste sentido, a China – e o PCC fiel ao seu projeto de Estado – ao que tudo indica está, mais uma vez, construindo sua própria estrada na jornada de se abrir economicamente, mesmo com as diferenças internas, pois prioriza a conexão em quem a condução político-econômica deve ser geradora de desenvolvimento e, conseqüentemente, legitimadora para a manutenção no poder (HELLEINER; KIRSHNER, 2014). Assim, como salientado por Yu (2014), a maior parte dos próprios economistas chineses não diverge sobre a inevitabilidade de se liberar a conta capital e permitir a livre conversibilidade do renminbi, porém se diferenciam quanto ao encadeamento das etapas a serem implementadas a fim de se alcançar a abertura econômica sem grandes danos a economia local, obtendo apenas as vantagens e minimizando as desvantagens.

Essa diferenciação no pensamento econômico sobre a liberalização da conta capital na China ocorre justamente porque os chineses se preocupam em continuar a seguir o que foi intitulado de Consenso de Pequim⁵¹, bem como compreendem que “as situações reais no

⁵¹ Este termo foi cunhado por Joshua Cooper ao identificar que a China conduzia a economia politicamente “através de inovações e ações ousadas, tinha alcançado um padrão de desenvolvimento adequado às suas condições nacionais” (CHEN, 2010, p. 36, tradução nossa).

passado mostram que a abertura da conta de capital desde a década de 1970 havia causado mais crises financeiras, prejudicando os setores financeiro e industrial do país em que a crise ocorreu” (CHEN, 2010, p. 102, tradução nossa).

Dito isso, é possível constatar uma abrangente concordância na literatura sobre os principais entraves chineses⁵² para seguir com a abertura econômica. São eles: maior diversificação de produtos financeiros atraentes em renminbi somados a um fortalecimento e competitividade de instituições bancárias na China, estruturar a estabilidade macroeconômica chinesa a partir de um forte compromisso com o controle inflacionário e menor intervenção estatal na taxa cambial do renminbi e, por fim, quase totalizando todos os aspectos acima abordados, o florescimento de uma economia chinesa que se amplie e desenvolva por meio de seu seu mercado consumidor intern.

Assim, consciente de seus obstáculos internos, os chineses sabem que o fenômeno do uso internacional do renminbi só continuará a crescer (e fortalecer o poder chinês na cena global) se houver atratividade para a sua utilização no exterior e parte dessa atratividade é dada pela liberdade de ação dos investidores com seus capitais. “Os investidores terão de ser tranquilizados sobre o Estado de Direito. Eles terão de ver que os contratos financeiros estão sendo honrados de modo confiável, e que as disputas são justamente julgadas” (EICHENGREEN; KAWAI, 2015, p. 6, tradução nossa).

Frente a complexibilidade da superação simultânea destes entraves, o desafio maior parece-nos está atrelado ao desempenho do governo chinês. Afinal, mesmo que a iniciativa de se liberar a monitorização da conta capital possa pressupor a menor participação estatal na economia, se cobra justamente das autoridades políticas chinesas a capacidade de atribuir liberdade aos investidores e, concomitantemente, manter um arcabouço financeiro que possibilite um acompanhamento mínimo que seja hábil em detectar e evitar os malefícios desse livre fluxo de capitais. Seguindo neste entendimento, o que se aponta como razoável é a continuidade de uma trajetória gradualista. Autores como Yu (2014) e Chen (2010) compartilham desta visão, por defenderem que a China atualmente já possui uma paulatina

⁵² É interessante notar o destaque que Yu (2014) confere a outros dois aspectos que na sua visão são também relevantes a ponto de serem tidos como pré-condições em direção a um sistema chinês de conta capital mais liberal. Ele elenca a importância de se concluir as reformas internas na economia chinesa relativas a temas como os direitos de propriedade e, ainda, formalidades legais para se evitar procedimentos ligados a corrupção, como lavagem de dinheiro entre outros. Ressalta também o fato de que “as economias emergentes estão sob a sombra de uma facilitação da diminuição quantitativa do FED [Banco Central estadunidense]” (YU, 2014, p. 16, tradução nossa), indicando como este aspecto pode ser determinante para que haja uma fuga de capitais de países em desenvolvimento e que não possuam controles de fluxos de capitais para a economia norte-americana, afetando de forma danosa em um pequeno espaço de tempo.

diminuição de monitoramento das contas capital com a adoção de ferramentas de vigilância indiretas⁵³.

Com a alegação de que o modo “progressivo permitirá à China gradualmente abrir a conta de capital, assegurando ao máximo a segurança macroeconômica e a estabilidade financeira e evitando vários riscos potenciais inerentes ao modelo agressivo” (CHEN, 2010, p. 119, tradução nossa), vários políticos chineses tem aos poucos adotado este tipo de discurso para acalmar mercados e instituições que trabalham com os cenários econômicos futuros na China.

Na minha opinião, a total liberalização da conta de capital deveria ser o último passo das reformas econômicas. A RPC deve se ater a sua abordagem gradualista. Antes da total liberalização, a liberalização da taxa de juros e da taxa de câmbio devem ser concluídas, se deve construir uma capacidade adequada de gestão de riscos, e os principais pontos de vulnerabilidade da economia devem ser eliminados. Então quais são as implicações da discussão acima sobre a liberalização da conta de capital para a internacionalização renminbi? A internacionalização do renminbi está intimamente relacionada com a liberalização da conta de capital, e muitos importantes passos da internacionalização do renminbi estão condicionados ao desenvolvimento correspondente na liberalização da conta de capital. (YU, 2014, p. 17, tradução nossa)

GAO e YU (2011) ao analisarem a conjuntura que envolve o processo de internacionalização da moeda chinesa, refletiram sobre os prós e contras deste processo. Estes autores listaram cinco principais vantagens do uso internacional do RMB. São eles: menor risco de perdas cambiais para os chineses, incremento das operações de financiamento dos banqueiros da China, estímulo maior às operações com a moeda fora da china, chineses procurando acumular valores em renminbi ao invés de outro papel-moeda (futura possibilidade de senhoriagem) e mais chances da China “preservar o valor das suas reservas cambiais internacionais” (GAO; YU, 2011, p. 8, tradução nossa).

Por outro lado, os supracitados autores também evidenciaram as desvantagens de se incentivar o uso mundial da moeda da China. Reconhecendo a liberalização da conta capital e a total conversibilidade da moeda como passos inerentes ao fenômeno da internacionalização, GAO e YU (2011) argumentam que o maior entrave na ampliação do uso internacional do renminbi é o próprio governo da China, o qual reluta em liberalizar a conta capital, afinal o governo perderá o controle dos fluxos de capital dentro e fora do território chinês.

⁵³ “Atualmente, de acordo com dados estatísticos do FMI, de 43 itens de conta de capital, cerca de 50% não têm nenhum ou têm pouco controle na China, e apenas 10% dos itens são rigorosamente controlados, os quais estão associados com transações de venda não residente ou a emissão de instrumentos do mercado monetário e derivativos dentro da China, e as transações de residentes e não residentes para fornecer empréstimos pessoais” (CHEN, 2010, p. 118, tradução nossa).

E porque perder o controle dos fluxos acima mencionados amedronta o governo chinês? Os autores supramencionados diagnosticam que pela ótica do governo, há a compreensão de que o mercado financeiro chinês ainda não é maduro completamente e estaria se autovalorizando pelo seu valor intrínseco, há superficialidade ou pouca profundidade dos chineses com o Mercado de Capitais, as organizações econômicas chinesas não possuem a flexibilidade necessária para lidar com rápidas mudanças como modificações cambiais ou na taxa de juros e a falta de competitividade das instituições chinesas financeiras, visto que na sua maioria são empresas estatais com mercado definido e normatizado pelo governo, em outras palavras sem experiências em um setor de volatilidade e grande concorrência.

Neste sentido, há compreensões que substanciam tal percepção ao versar sobre a preocupação política da China em ampliar o crédito chinês, mesmo que promovido de forma estatal. “No começo de 2008, o setor bancário chinês tinha um tamanho em torno de US\$ 10 trilhões. Agora, tem entre US\$ 24 e 25 trilhões. Esse aumento é equivalente ao total do setor bancário comercial americano, que levou mais de um século para ser constituído” (CHU *apud* PESTON, 2014). Logo,

Mesmo se a conta de capital fosse totalmente liberalizada e o renminbi torna-se plenamente conversível, a internacionalização do renminbi ainda poderia ser problemática. A experiência da crise financeira asiática mostrou que, se uma moeda é totalmente internacionalizada, o que significa que ela pode ser facilmente obtida nos mercados financeiros internacionais, o país com uma moeda internacionalizada será muito vulnerável aos ataques especulativos de especuladores internacionais. (GAO; YU, 2011, p. 9, tradução nossa)

Outra visão a respeito da evolução do processo de utilização mundial do renminbi é dada por Yang Jiang (2014, p. 178, tradução nossa) com uma análise mais negativa sobre a possibilidade de avanço desse fenômeno, por diagnosticar que esse processo “continua a ser restringido por outras políticas-chave insistidas pelos conservadores, bem como pela prioridade do Estado de manter o controle”.

Argumentando que os acordos de *swap* não possuem efeitos práticos na promoção do uso do renminbi fora da China por terem mecanismos de utilização atrelados a condicionantes, Jiang (2014) salienta que as posturas estatais chinesas direcionadas para o alargamento da utilização do renminbi são muito mais orientadas por estratégias políticas atreladas a primordialidade de se garantir energia e recursos naturais para o progresso chinês do que realmente pelo projeto político de se incrementar a internacionalização da “moeda do povo” e oferecer um caminho alternativo ao dólar e demais moedas internacionais.

Esta estudiosa alega que devido à grande relevância da política interna na determinação dos rumos da China em termos de política externa, bem com o conflito de interesses entre o setor privado e as empresas de propriedade estatal, levam ao PCC – em caso de dúvidas – seguir a tradição e o conservadorismo como aparato legitimador na condução da política chinesa, visto que há um lastro dado por anos de crescimento econômico chinês.

Quaisquer outras reformas que afetem os direitos adquiridos de bancos comerciais estatais, EPÉs [empresas de propriedade estatal] e seus reguladores são muito difíceis de se realizar na China de hoje por causa de seu forte poder político dentro do partido-estado. A prioridade do Estado permanece na manutenção de controle sobre a economia nacional e garantindo a estabilidade doméstica e a segurança nacional, para a sobrevivência do regime. Essa prioridade reflete sua falta de confiança nas instituições financeiras nacionais e internacionais, o poder mais forte dos conservadores do que dos liberais na política doméstica, bem como sua preferência por gestos simbólicos e medidas pragmáticas na estratégia diplomática, ao invés de compromissos idealistas com a reforma. A futura contribuição da China para a cooperação monetária multilateral e seu poder monetário global dependem de uma reforma contínua, que por sua vez depende de se os liberais podem acomodar, ou se não, subjugar os direitos adquiridos. (JIANG, 2014, p. 159, tradução nossa)

A ponderação de Jiang (2014) frente ao euforismo que muitos pesquisadores depositam no fenômeno de internacionalização pode já dar sinais de uma perceptível comprovação na realidade, já que em 2016 houve um recuo na performance por parte do renminbi na posição internacional (de quinto lugar para sexto) como moeda mais usada para pagamentos em valor no mundo. O que reforça concepções de que reconhecer a completa lógica da política chinesa é complicado, pois “a evidência até esta data da intenção do governo chinês é misturada” (HELLEINER; KISHNER, 2014, p. 10, tradução nossa).

De fato, outros autores demonstravam a mesma preocupação com a possibilidade de um ritmo mais lento deste fenômeno, visto que “apesar dos progressos impressionantes na internacionalização do renminbi, devido às mudanças nas condições internas na República Popular da China e no ambiente internacional, é provável que a velocidade da internacionalização se desacelere no futuro próximo” (YU, 2014, p. 3, tradução nossa). Com efeito, prospectar um cenário futuro para a internacionalização do renminbi é desafiante face às peculiaridades da autoridade política chinesa e como se dá a condução política da economia. Neste sentido, averiguar o funcionamento deste processo de utilização internacional do renminbi no Brasil no passado recente pode ser auxiliador na tarefa de se compreender e, até mesmo prognosticar, os próximos passos do PCC no processo supramencionado.

CAPÍTULO III – BRASIL & CHINA: A INTERNACIONALIZAÇÃO DA MOEDA CHINESA EM TERRAS BRASILEIRAS

Reconhecer a evolução do emprego da moeda chinesa nas diferentes esferas econômicas não é uma atividade tão adversa, haja vista tantos números e dados positivos gerados de forma continuada pela economia da China nas últimas quatro décadas. O desafio a que esse texto se propõe é identificar não só os principais reflexos e impactos desses números dentro do território brasileiro, mas também o nível de utilização do renminbi no Brasil a fim de constatar se há uma reprodução da constante elevação do seu uso como verificado internacionalmente.

A sinergia das relações econômicas sino-brasileiras tem sido alvo de críticas por alguns estudiosos que delineiam um quadro de desindustrialização do Brasil a partir da concentrada demanda chinesa por nossas *commodities*, o que incentivaria aos detentores de capital a investir no agronegócio brasileiro ao invés de aplicar em iniciativas com maior valor agregado substanciadas por profundo conhecimento tecnológico aliadas à pesquisa e desenvolvimento em solo brasileiro.

Considerando as percepções acima e a proposta da presente pesquisa, é neste momento que nos dedicamos a averiguar como o processo de internacionalizar o renminbi tem se desenrolado no Brasil. Os resultados identificados por esta pesquisa podem contribuir para a compreensão sobre como a China está agindo para denotar atratividade à sua moeda entre os parceiros dos BRICS e os demais países, especialmente aos da América Latina⁵⁴.

Este capítulo está comprometido em apontar e avaliar as estratégias e ferramentas que o governo de Pequim está adotando para incentivar o uso do renminbi no Brasil, com foco no período delimitado de estudo que abrange o intervalo de anos de 2008 a 2014. Neste sentido, se coloca como condição *sine qua non* a análise das ações que resultaram na assinatura de um acordo de *swap* entre os bancos centrais do Brasil e da China em Março de 2013. Adicionalmente, se almeja detectar, medir e observar a evolução do uso do renminbi no

⁵⁴ Desde 2008, ano singular para mudança de comportamento diplomático chinês, devido a crise econômica espalhada a partir dos Estados Unidos, a China parece se esforçar em mostrar para toda a América Latina seu interesse de estreitar cada vez mais os laços, pois já emitiu dois documentos oficiais chineses dedicados exclusivamente em apontar as políticas da China que serão norteadoras para as interações com esta região. Ao emitir o segundo registro formal da “Política da China para com a América Latina e o Caribe” no final do ano de 2016, os chineses argumentaram que o escopo é “assimilar as experiências acumuladas e olhar para o futuro, interpretando de forma abrangente os novos conceitos, as novas abordagens e medidas da política da China para com a América Latina e o Caribe na nova era, com o fim de promover um maior desenvolvimento para a cooperação entre os dois lados em todas as áreas” (EMBAIXADA DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA NO BRASIL, 2016).

Brasil – com a análise dos dados fornecidos pelo BACEN por sete anos (desde 2008 até 2014) e adicionais informações captadas, visto que é a partir do início deste intervalo de tempo que a China iniciou, de forma mais ativa e alinhada, o seu projeto de uso internacional da sua moeda.

3.1 – ACORDO DE SWAP: O INCENTIVO DO RENMINBI NO BRASIL

Como já destacado anteriormente, o governo chinês tem o entendimento de que a reforma nas instituições internacionais ligadas à questão monetária não ocorrerá tão rapidamente a fim de refletir a força do capital chinês com a diversificação dos seus investimentos diretos externos. Desta forma, como tática de ação internacional e visando uma conduta mais pragmática em suas relações monetárias internacionais, assim como perseguindo o objetivo de internacionalizar o renminbi, a China tem promovido o acerto de arranjos bilaterais por meio da elaboração dos chamados acordos de *swap* entre o BPC e os bancos centrais dos mais variados países com os quais são celebrados os contratos de aceite de intercâmbios diretos entre as moedas nacionais e o renminbi.

Com a intenção de ampliar a utilização de sua moeda na esfera global, a política monetária chinesa tem se aproveitado da necessidade de se aprofundar mecanismos de parceria financeira nas relações internacionais, pois se vale do entendimento de que

O objetivo destes acordos era o de assegurar o tipo de riscos que poderiam vir com outra crise financeira. Mas as instalações também foram projetadas para fornecer iuane, quando desejado, para uso no comércio bilateral em uma base mais regular – com efeito, para fornecer incentivo indireto para uso comercial da moeda chinesa em substituição do dólar. (COHEN, 2014, p. 42, tradução nossa)

Considerando a importância e os objetivos traçados pelo corpo político chinês e sua vontade de obter maior poder para a China, bem como a relevância do Brasil na estratégia da China de ampliar o uso do renminbi globalmente, é preciso compreender em que contexto e arcabouço internacional ocorreram a negociação e a elaboração do arranjo bilateral de *swap* sino-brasileiro.

3.1.1 – As Origens do Acordo de Swap Brasil – China

O contrato de *swap* de moedas locais entre o Banco Central do Brasil e o Banco Popular da China foi assinado em 26 de março de 2013 em Durban, na África do Sul, durante

a quinta reunião de Cúpula dos BRICS, demonstrando – de forma prática – que há uma concertação entre Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul para uma ação mais orquestrada, do ponto de vista monetário, na arena internacional. A gestação desse acordo durou oito meses e começou a ser delineado durante encontros paralelos entre os governos brasileiro e chinês na Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, ocorrida em junho de 2012 no Rio de Janeiro por ocasião da celebração dos vinte anos da conferência ecológica, a chamada Eco 92.

A definição de se concretizar um mecanismo formal de *swap* sino-brasileiro “foi negociada durante reunião bilateral entre a presidenta Dilma Rousseff e o primeiro-ministro da China, Wen Jiabao, na tarde desta quinta-feira” (GONÇALVES; GIRALDI, 2012). Esta iniciativa foi oficializada através da assinatura de um ato internacional entres os dirigentes do Brasil e da China, o intitulado Plano Decenal de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China (BRASIL, 2012) que preconizava colaborações dos supramencionados países em vários campos e se justificava por que:

Desde a crise econômica internacional de 2008, os dois países vêm mantendo consultas frequentes para mitigar seus efeitos. Para refletir esse novo estágio das relações sino-brasileiras, ambos os países decidiram designá-las Parceria Estratégica Global. O aprofundamento ainda maior da Parceria Estratégica sino-brasileira, a qual transcende o campo bilateral, reflete a aspiração e o interesse de longo prazo dos dois povos em promover o desenvolvimento e a paz mundial. Para promover ainda mais a implementação do Plano de Ação Conjunta, os líderes dos dois países decidiram, em abril de 2011, elaborar o Plano Decenal de Cooperação (doravante denominado Plano Decenal), com objetivo de assinalar as áreas prioritárias e os projetos-chaves em ciência e tecnologia e inovação; cooperação econômica; e intercâmbios entre os povos dos dois lados de 2012 a 2021. (BRASIL, 2012)

Com a assinatura deste documento, Brasil e China já alinhavam externamente os preceitos que guiariam a confecção de um arranjo bilateral de moedas, reforçando os aspectos que esse relacionamento interestatal seria conduzido. É válido salientar que no documento em questão há especial destaque para a colaboração financeira sino-brasileira com a dedicação de parte do terceiro capítulo deste documento – dos cinco capítulos redigidos no Plano Decenal – a este tema, sinalizando a magnitude da temática para os dois países.

Afinal, há o apontamento de cinco objetivos a serem perseguidos no propósito de se desenvolver maior parceria sino-brasileira nas finanças, ressaltando que em um desses objetivos há o detalhamento de se “continuar a analisar o uso de moedas locais no comércio bilateral” (BRASIL, 2012). Em resumo, se almejava uma manutenção de trocas de informações e estudos sobre as duas economias e a internacional, bem como normas e

legislações financeiras (incluindo àquelas que visavam a vinda de instituições financeiras chinesas para o Brasil ou a ida de tais instituições brasileiras para a China) e, por fim, aperfeiçoar a interação entre as bolsas de Valores e as de Mercadorias e Futuros sino-brasileiras.

Em face de tais metas para colaborarem no campo financeiro, os governos brasileiro e chinês determinaram “Principais iniciativas e projetos” (BRASIL, 2012) para atingirem não só aos fins que são propostos no Plano Decenal, mas também sua ação em consonância no quesito financeiro e monetário na arena global. Em síntese, há a definição de

Promover a coordenação de esforços com vistas a cumprir os compromissos prospectivos sobre a reforma do sistema de quotas e governança do FMI e reforçar a voz e participação dos países em desenvolvimento no Banco Mundial, incluindo a revisão abrangente da fórmula de quotas e a finalização da XV Revisão Geral das Quotas do FMI, e a revisão da estrutura acionária do Banco Mundial em 2015. Reforçar coordenação de esforços, no sentido de cumprir os compromissos sobre um sistema de supervisão do FMI mais equilibrado e eficaz, incluindo a consideração de uma proposta de decisão de supervisão integrada e compromisso de apoiar o processo de decisão. Promover a coordenação no âmbito dos mecanismos do G20 e BRICS. (BRASIL, 2012)

Pela perspectiva dos fatos apresentados até então, é possível delimitar que os principais movimentos para a elaboração do Acordo de *swap* sino-brasileiro tenham se desenvolvido durante o primeiro governo de Dilma Rousseff no período de 2011 a 2014. Porém é necessário ressaltar que os movimentos primordiais foram realizados com posicionamentos e ações do segundo mandato do governo de Lula (2007 a 2010). Intencionava-se diminuir o papel hegemônico do dólar nas transações comerciais do mundo a partir do estímulo de uma conduta coligada do grupo do BRICS, que teve sua primeira cúpula em junho de 2009.

Em maio de 2009, um mês depois da cúpula do G-20 de Londres, o presidente brasileiro voou para Pequim para iniciar discussões sobre como os bancos centrais da China e do Brasil poderiam trabalhar juntos, de modo que uma parte de seu comércio bilateral fosse realizada em Reais brasileiro e RMB chinês. (CHIN, 2014, p. 203, tradução nossa)

Com Lula, a diplomacia monetária brasileira tinha a sensação de que a moeda do Brasil – o Real – no futuro poderia ser internacionalizada. Reiterando a probabilidade dessa lógica, a performance econômica brasileira continuamente positiva respaldava o entendimento de que era aquele o momento de se requerer no cenário internacional maior voz

para os países emergentes como o Brasil. Por isso, justificava-se uma ação brasileira mais visível e fortalecida na questão monetária no cenário internacional.

Ao se dispor como anfitrião do encontro seguinte dos BRICS em 2010, o governo brasileiro novamente se colocou em posição de liderança e obteve dois avanços que substanciaram futuros arranjos dos BRICS, como apontados por Chin (2014):

- i) As instituições financeiras de desenvolvimento dos BRICS firmaram um pacto para incentivar a cooperação intra-grupo econômica e de infraestrutura e;
- ii) Comprometimento formal dos BRICS em iniciativas que estimulassem o uso de suas moedas nos negócios realizados entre os participantes do grupo (CHIN, 2014, p. 205).

Com o contínuo apoio brasileiro, a China prosseguiu na sua política de referendar o uso global do renminbi. Algumas passagens reiteram tal percepção⁵⁵. Na opinião de Chin (2014), o Brasil foi protagonista ao despertar entre as nações BRICS a relevância do uso de suas moedas locais entre os componentes do BRICS, bem como foi pioneiro ao colaborar com a China e ajudá-la a promover globalmente a ideia da necessidade de se trabalhar pelo estabelecimento de um sistema “multi-monetário” internacional. A assertividade de Chin (2014) em relação à postura diplomática brasileira pode ser confirmada pelo fato de que o Brasil foi o primeiro país integrante dos BRICS a assinar um acordo de *swap* com a China (JIANG, 2014).

3.1.2 – Principais Características do acordo de *swap* Brasil – China

Como reflexo do avanço da maior integração entre as políticas monetárias sino-brasileiras dadas desde a “Crise Financeira Global” de 2008, o arranjo de *swap* entre Brasil e China foi instituído no Brasil com a adoção de uma resolução emitida pelo BACEN de número 4.200 no ano de 2013, na qual informa que tal documento “estabelece limites e condições para execução do contrato de *swap* de moedas locais entre o Banco Central do Brasil e o Banco Popular da China” (BRASIL, 2013).

Continuando na análise do contrato de *swap* sino-brasileiro, podemos elencar que ele foi o sexto maior arranjo de moedas firmado até outubro de 2013 pela China bilateralmente (JIANG, 2014, p. 169), sendo o primeiro e o maior acordo bilateral monetário – no valor de

⁵⁵ “O presidente do Banco Central (BC), Henrique Meirelles, apoiou nesta quinta-feira (11) a proposta do ministro da Fazenda, Guido Mantega, de substituição do dólar como referência nas transações internacionais por uma cesta de moedas existentes nos direitos especiais de saque (DES) do Fundo Monetário Internacional (FMI)” (LIMA, 2010).

190 bilhões de iuanes – entre os BRICS até o momento, visto que a Rússia assinou o seu contrato de *swap* com os chineses em 13 de outubro de 2014, perfazendo o total de 150 bilhões de iuanes e a África do Sul concluiu o seu acordo de *swap* apenas em 10 de abril de 2015 com o montante total de 30 bilhões de iuanes. Já os indianos continuam apenas nas negociações para tal tipo de acordo monetário bilateral com a China.

O acordo de *swap* entre China e Brasil, de cerca de US\$ 30 bilhões assinado em março de 2013, foi o primeiro dos acordos de *swaps* propostos entre os BRICS [...] Embora os observadores enxergam os acordos de *swaps* entre os BRICS como um desafio ao papel dominante do dólar e a ordem monetária global no G7 e como um meio de internacionalização do RMB, o acordo sino-brasileiro tem como principal objetivo evitar a volatilidade cambial do dólar norte-americano, já que a China busca comprar energia e matérias-primas brasileiras e reduzir o protecionismo brasileiro contra seus produtos baratos. [...] Ao assinar o *swap*, os dois países também concordaram em elevar o seu relacionamento a uma ‘parceria estratégica global’. (JIANG, 2014, p. 170, tradução nossa)

Com seis artigos, o BACEN configura os parâmetros pelos quais o contrato de *swap* sino-brasileiro foi elaborado. Em seus dois primeiros artigos, delimitam-se as partes contratantes (os Bancos Centrais do Brasil e da China) e se enfatiza o valor teto do arranjo no montante de 60 bilhões de reais com a validade máxima de até três anos, considerando a data da sua assinatura (26 de Março de 2013) com a opção de se renovar tal contrato, levando em conta o desejo dos contratantes. No terceiro artigo, se determina que os totais “em reais recebidos pelo Banco Popular da China serão creditados em conta especial de depósito aberta em seu nome no Banco Central do Brasil, sem remuneração ou acesso a crédito” (BRASIL, 2013). O antepenúltimo artigo estabelece quais taxas cambiais devem ser verificadas para que ocorra a conversão entre o real e o renminbi em bases adequadas, por ocasião do uso do *swap* acordado. No quinto artigo, o BACEN se compromete a elaborar disposições a fim de cumprir o que foi descrito na resolução em questão. E, por fim, o último artigo indica a data do início da vigência deste contrato de *swap*, que foi instaurada com a publicação em 27 de Março de 2013 da Resolução 4.200 na seção um do Diário Oficial da União sob número de edição 59.

Com a análise do arranjo de *swap*, apreende-se que os pontos mais relevantes estão delineados nos terceiro e quarto artigos, afinal eles determinam como será operacionalizado o *swap* entre o real e o renminbi. São nestes artigos que se preconiza uma conta específica para a manutenção de valores das duas moedas, garantindo assim a disponibilidade para o uso em caso de necessidade – especialmente em períodos de instabilidade monetária internacional e falta de liquidez – bem como salienta que paridades devem ser consideradas para o convertimento das moedas ao dispor que

deverá observar as taxas de câmbio, relativas às duas moedas, praticadas nos mercados cambiais nacional e internacional e as taxas de juros e prêmios de riscos das obrigações soberanas transacionadas nos mercados financeiros nacional e internacional, de forma a assegurar que as condições estabelecidas e acordadas garantam o equilíbrio econômico-financeiro dos haveres e/ou das obrigações eventualmente assumidos. (BRASIL, 2013)

Neste sentido, há a percepção de que o banco central brasileiro realmente trabalhou para viabilizar a consecução desse *swap*, visto a ineficácia de tentativas anteriores com outros contratos de *swap*, como por exemplo, a malograda iniciativa de se efetuar entre os bancos centrais da Argentina e do Brasil um arranjo de *swap* que foi anterior ao acordo elaborado com os chineses. Ao avaliar a história brasileira em termos de cooperação financeira internacional e seus resultados, de acordo com Arraes (2015) há vários aspectos a serem considerados como a existência de um processo regional de integração e o nível de sinergia na gestão de política econômica, mas em se tratando de contratos de *swap*, ressalta que a “relevância dos arranjos depende de seu montante (em relação ao PIB ou às quotas do FMI) e de sua inserção na estratégia de política internacional dos países” (ARRAES, 2015, p. 39).

Logo, é plausível inferir que o BACEN acertou não só ao celebrar um arranjo de *swap* com o terceiro maior detentor de Cotas do Fundo Monetário Internacional (COHEN, 2014, p. 40) desde 2014, mas também por ter redigido um acordo de *swap* com um valor que representa aproximadamente 1,25% do PIB brasileiro em 2012 de acordo com o IBGE – ano anterior à assinatura do contrato de *swap* sino-brasileiro – no valor de R\$ 4.815 bilhões de reais.

Um dos resultados do arranjo de *swap* sino-brasileiro e a coordenação política-monetária promovida entre os bancos centrais signatários foi um estudo sobre a viabilidade de um mecanismo de pagamento em moedas locais com Brasil e China. Com a construção de um Sistema de Pagamento em Moeda Local (SML) sino-brasileiro se avançaria nas metas de maior cooperação e integração econômico-financeira, dado que se trata da instauração de “um sistema de pagamentos informatizado que permite a remetentes e destinatários, nos países que integram o sistema, para operações de até 360 (trezentos e sessenta dias), fazerem e receberem pagamentos referentes a transações comerciais ou benefícios em suas respectivas moedas” (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2016l).

A ausência da necessidade de se converter a moeda local para o dólar norte-americano para efetuar pagamentos no exterior ou realizar a conversão desse mesmo tipo de dólar para receber valores oriundos de nações estrangeiras em moeda local é um dos

principais benefícios desse tipo de mecanismo. Desta forma, há a diminuição de despesas bancárias e de gestão, tornando o processo de envio e recebimento de divisas mais simplificado.

Atualmente, o BACEN possui apenas três SML assinados: “o primeiro com o Banco Central da República da Argentina (BCRA), o segundo com o Banco Central do Uruguai (BCU) e o terceiro com o Banco Central do Paraguai (BCP) em fase de Regulamentação” (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2016). Tendo em mente as características de localização e parceria internacional dos países com os quais o Brasil tem SML firmados até então, denota a impressão de que o desenvolvimento deste mecanismo de pagamento é subsidiado por movimentos e acordos de integração regional, reforçando a conclusão de Arraes (2015) ao diagnosticar a origem da implantação dos SMLs recentemente pelo Brasil.

Entretanto, há um ponto de alerta com relação à aspiração sino-brasileira de capacitar o funcionamento do arranjo monetário de *swap*. Como detalhado no terceiro artigo da citada resolução, existe apenas a informação de uma “conta especial de depósito” (BRASIL, 2013) que registrará as entradas e saídas de montantes a serem convertidos, mas a resolução em nenhum outro artigo prescreve a elaboração de algum dispositivo ou fundo com recursos a serem usados. Afinal, esse tipo de contrato tem mais chances de sucesso se for configurado para ser usado para as circunstâncias pelas quais se precisará, ou seja, circunstâncias de nervosismo financeiro e volatilidade, requerendo a utilização do *swap* de imediato. “Quando dependem da disponibilidade financeira no momento da crise, os arranjos podem não funcionar: é mais garantido quando os montantes a serem utilizados estão previamente apartados em um fundo de reservas” (ARRAES, 2015, p. 39). É desta forma, que a compreensão de Jiang (2014) contribui para se refletir na real eficácia dos arranjos de *swap* na tarefa de promoção do uso internacionalizado do renminbi.

Os *swaps* com o único objetivo de evitar a crise de liquidez a curto prazo não contribuem muito para a internacionalização do RMB, uma vez que se encontram sob a forma de empréstimos temporários. A consideração de um fundo de reservas de divisas e de *swaps* de moeda entre os BRICS pode parecer sinais de uma maior atividade da China na cooperação monetária multilateral. Se eles tomam uma forma semelhante à do CMIM, no entanto, eles ainda serão amplamente superficiais e simbólicos. (JIANG, 2014, p. 172, tradução nossa)

Frente ao exposto e levando a cabo a análise efetuada da citada Resolução 4.200, algumas indagações naturalmente ocorrem pelo fato de seguirmos a intenção central de observar o uso do renminbi no Brasil. Após três anos será que o BACEN já havia empregado

o uso do contrato de *swap* provisionado pela resolução? Se sim, qual teria sido o montante usado e em que período o seu uso teria se justificado?

A fim de responder tais questionamentos, acionamos o BACEN por intermédio de seu serviço de atendimento ao público⁵⁶ informado no site do referido banco. Assim, optamos por usar o ícone “registrar demanda”, já que nossas questões não eram respondidas pelas informações repassadas no item “perguntas frequentes” e nem nos relatórios anuais do BACEN ou do BPC. Assim, efetuamos o registro da Demanda 2016475165.

Tendo em mente o que foi delineado na Resolução 4.200 do banco central brasileiro que oficializou o arranjo de *swap* sino-brasileiro em 2013, primeiramente perguntou-se ao BACEN se tal arranjo já tinha sido utilizado como instrumento para manter firme as transações comerciais entre Brasil e China. Na hipótese de seu uso, adicionalmente, indagou-se sobre o valor empregado na suposta transação (ou transações) de *swap*. Como resposta, em meados de dezembro de 2016, recebemos a importante informação do BACEN de que não havia qualquer registro de procedimento de *swap* efetuado entre BACEN e BPC e seus respectivos papéis-moedas. Diante de tal retorno, algumas constatações e conexões com outros dados são possíveis a fim de repararmos as probabilidades de aplicação da moeda chinesa no Brasil.

A primeira inferência é que – apesar do Brasil ter enfrentado complexidades tanto na economia quanto na política na segunda metade do período final da validade da Resolução 4.200, isto é, de setembro de 2014 até março de 2016 – esse conturbado quadro não gerou obstáculos de liquidez que afetassem o fluxo de trocas e negociações entre brasileiros e chineses para fundamentar o uso do contrato de *swap* sino-brasileiro. Cabe até notar, quando se trata dos investimentos chineses, que houve indicativos de um considerável aumento do apetite chinês pelo Brasil com a aplicação de maiores montantes em nossa economia quando comparado o mesmo número de investimentos em datas anteriores e recentes.

Esta situação de acréscimo de vinda de capital chinês mesmo em uma época de instabilidade político-econômica brasileira (final de 2014 a início de 2016) foi desencadeada em certa medida porque os ativos brasileiros ficaram mais baratos com a desvalorização da moeda brasileira perante o dólar estadunidense neste mesmo período. “O ano de 2015 contou

⁵⁶ O serviço de atendimento ao público do Bacen é feito no site da instituição através do ícone “Fale Conosco”. Ao acessar este ícone, há o redirecionamento para o atendimento ao público em que se oferece várias formas de contato, desde o atendimento presencial, pela internet e até o telefônico. Como primeira opção do atendimento pela internet é oferecido a opção de “solicitação de informações” (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2016m). Feita esta última opção há duas escolhas possíveis: a primeira acessar a central de atendimento em que se oferece a possibilidade de se “Registrar demanda” e a segunda é o acesso ao tópico das “perguntas frequentes” (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2016i).

com praticamente o mesmo número de projetos, se comparado ao ano anterior. No entanto, apesar do cenário de recessão da atividade econômica brasileira, o valor total dos projetos de 2015 foi notavelmente superior” (CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA, 2016, p. 19).

A segunda verificação a partir do não uso da Resolução 4.200, é que as compreensões de pesquisadores como Jiang (2014) que interpretam a confecção dos arranjos bilaterais de *swap* como um ato político muito mais simbólico do que realmente prático se substanciam.

os acordos de *swap* cambial da China com Argentina, Bielorrússia, Hong Kong, Indonésia, Coréia do Sul, e Malásia não são medidas práticas como meio de sinalizar suas ambições [de internacionalizar o renminbi]. Outros bancos centrais não podem usar yuans para intervir nos mercados cambiais, nem para importar mercadorias perante bancos credores e detentores de títulos no exterior. (EICHENGREEN, 2011, p. 142 e 143)

Como em março de 2016 findava-se a validade do contrato de *swap* entre os bancos centrais sino-brasileiros, será que houve alguma sinalização de que procedimentos seriam efetuados para a renovação do mesmo? Há, em curso, algum movimento entre o BACEN e o BPC para atualizar este contrato, almejando ampliar sua validade? Com a intenção de sanar tais dúvidas, registrou-se a Demanda 2017078726. Em réplica a tais questões, em março de 2017, o BACEN confirmou que não se renovou o acordo de *swap* sino-brasileiro, uma vez terminada a validade do mesmo. Além disso, o BACEN afirmou que nenhuma nova ação foi realizada no sentido de manter tal acordo para o futuro, dado que em nenhum momento houve necessidade para seu uso.

De fato, o contrato de *swap* sino-brasileiro foi uma ferramenta institucional que serviu como uma salvaguarda governamental para a economia do Brasil e da China, visto que em três anos de validade não houve sequer um único uso. Além disso, devido ao reconhecimento pelo banco central brasileiro da falta de utilização da supracitada resolução, foi possível verificar que este contrato de *swap* não foi uma iniciativa que colaborou para o intuito de se estimular o uso do renminbi no Brasil. E, do ponto de vista desta pesquisa empírica, este arranjo se mostrou ineficaz para o objetivo de detectar e medir o uso do renminbi no Brasil, já que não foi possível medir tal uso a partir da análise do arranjo de *swap* entre Brasil e China.

Em adendo, podemos apontar que houve o desenho de alguns caminhos paralelos sob a arquitetura financeira dos BRICS para a promoção do uso internacionalizado da moeda

chinesa, como por exemplo a criação do Novo Banco de Desenvolvimento (já mencionado anteriormente no capítulo 2) e o Arranjo de Contingente de Reservas ou *Contingent Reserve Arrangement* (CRA) entre Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, sendo este último assinado em meados de julho de 2014 e finalmente promulgado em abril de 2016 no Brasil, sob o Decreto 8.702 de 1º de abril de 2016.

O CRA trata-se de um instrumento a mais à rede de proteção financeira dos países do BRICS em caso de algum deles vier a enfrentar dificuldades em seu balanço de pagamentos. Este instrumento compõe-se de um conjunto de contratos de *swaps* bilaterais entre os cinco países que somente são acionados em condições bem específicas. Dessa forma, o estabelecimento do CRA não implicará a transferência imediata de reservas internacionais. Esta só deve ocorrer em caso de necessidade explícita e comprovada por parte dos países membros do Arranjo. O efeito inicial mais destacado do CRA é a sinalização ao mercado de que os países emergentes apresentam um novo e fortalecido grau de coordenação entre si, sendo assim mais preparados para enfrentar crises e/ou dificuldades eventuais. O CRA conta inicialmente com US\$100 bilhões e o valor máximo de acesso será determinado pelo multiplicador individual aplicado ao compromisso de cada país. Na atual configuração, o comprometimento máximo que o Brasil poderia vir a ter é de US\$18 bilhões (mesmo valor de Rússia e Índia – China apresenta o valor de US\$41 bilhões e África do Sul o valor de US\$5 bilhões). (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2016j, p. 158 e 159).

Neste sentido, se pode deduzir que realmente não haveria a necessidade de se proceder com a renovação do acordo de *swap* sino-brasileiro, dado que em três anos não houve o uso do mesmo e agora o Brasil contava com uma ampliação em termos de valores de contratos de *swap*. Outro ponto interessante e vantajoso fornecido pelo CRA é que este acordo não oferta somente o renminbi – como na Resolução 4.200 de 2013 – e, sim, arranjos de *swaps* em dólar, dando maior liberdade de ação ao Brasil. Assim, parece-nos pertinente a reflexão de Eichengreen (2011, p. 142): “Qual seria a utilidade de yuans para uma empresa brasileira típica, se a moeda chinesa não pode ser convertida em reais? Uma empresa brasileira só aceitará yuans por suas exportações na medida em que importa da China ou pretende investir naquele país”.

3.2 – O USO DO RENMINBI NO BRASIL: OS DADOS DO BANCO CENTRAL DO BRASIL

Com a delimitação desta investigação científica em meados de 2015, iniciamos o contato com diferentes instituições na busca por informações a respeito da movimentação monetária do renminbi no Brasil que pesquisas preliminares indicavam ocorrer. Tentativas de obtenção de dados e informações foram feitas com várias instituições ligadas ao comércio

exterior, como federações de indústrias ou a câmara de comércio Brasil-China, e sempre havia negativas no retorno com a justificativa de não ser possível colaborar por conta da indisponibilidade de dados e ausência de pesquisas internas sobre este tema ou ligada ao mesmo de alguma forma.

Diante do exposto, nos concentramos na aquisição de informações junto à autoridade institucional responsável pela condução da política monetária no Brasil – o BACEN – com o intuito de apurar informações da utilização do dinheiro chinês, o renminbi, em terras brasileiras. O emprego das mais diferenciadas formas de contato foi necessário para obter os dados fornecidos pelo BACEN que serão em seguida apresentados. Desde contatos telefônicos, *e-mails* até o acionamento da central de atendimento do supramencionado órgão público brasileiro a fim de “registrar demanda” (como já explicado anteriormente), discriminando que informações seriam relevantes para os fins propostos pela presente dissertação. Em adendo, houve a análise de parte estratégica dos relatórios anuais do BACEN e dos seus relatórios de Gestão de Reservas Internacionais, emitidos anualmente também.

O recebimento de informes e estatísticas se deu de forma paulatina e através de diferentes departamentos do BACEN e modalidades de envio (*e-mails* e respostas das demandas), por isso, a intenção deste item é de concatenar os dados recebidos e mensurar a presença da moeda da China nas transações em solo brasileiro no intervalo de tempo de 2008 a 2014 e, a partir daí, indicar se há uma evolução – com o incremento – do seu uso no Brasil ou apontar se o fenômeno de internacionalização do renminbi não se reproduz em nenhum momento na economia brasileira durante o período estudado.

3.2.1 – Os Primeiros Números: Inexistência do Uso do Renminbi no Brasil de 2008

Com efeito, as nossas incipientes indagações relativas à aplicação do renminbi no Brasil estavam atreladas a identificar se as empresas brasileiras efetuavam operações com obrigações denominadas na moeda da China e o valor do fluxo financeiro sino-brasileiro. Para tal, enviou-se uma mensagem questionando o importe que era detectado no intercâmbio entre as moedas brasileiras e chinesas, bem como o montante e a quantia de contratos cambiais fechados que utilizavam o renminbi como moeda de liquidação no lugar da tradicional moeda norte-americana, o dólar, contemplando o período compreendido entre os anos de 2008 a 2014.

A fim de contestar tais indagações, em 27 de outubro de 2015 foi recebida a resposta – desta demanda solicitada junto ao BACEN sob o número 2015447206 – por *e-mail*. Esta

mensagem eletrônica encaminhou um parágrafo com algumas explicações e duas tabelas com informações sobre a conta financeira e a balança comercial (saldo entre exportações e importações) intituladas “Transações Brasil/Mundo” nomeada como Tabela 1 e “Transações Brasil/China” identificada como Tabela 2, considerando apenas o intervalo de anos a partir de 2011 até setembro de 2015, pois durante o período de 2008 a 2010 não teria sido detectado nenhuma transação em renminbi pelo BACEN.

Tabela 1 – A Conta Financeira e a Balança Comercial nas Transações do Brasil com o Mundo

Transações Brasil/Mundo			US\$Milhões				
Conta	Lançamento	Moeda Negociada	2011	2012	2013	2014	2015*
	Crédito	Yuan	0,0	8,0	51,3	81,8	103,9
		Total	527.887,3	417.562,1	504.548,7	590.716,8	432.609,1
Conta Financeira							
	Débito	Yuan	0,0	8,0	8,6	0,6	0,1
		Total	449.483,2	343.975,4	432.880,2	490.222,0	385.012,5
Balança Comercial							
	Exportações	Yuan	0,0	2,7	13,2	49,9	0,0
		Exp. Total	249.303,1	229.185,3	239.797,9	224.738,8	141.755,2
	Importações	Yuan	3,9	4,9	16,5	38,9	70,0
		Imp. Total	223.432,0	219.550,9	227.795,1	224.887,2	125.200,8

* Dados até setembro de 2015

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL (2015a)

Tabela 2 – A Conta Financeira e a Balança Comercial nas Transações do Brasil com a China

Transações Brasil/China			US\$Milhões				
Conta	Lançamento	Moeda Negociada	2011	2012	2013	2014	2015*
	Crédito	Yuan	0,0	0,0	13,9	79,8	73,6
		Crédito Total	1.032,8	1.549,9	789,1	1.681,5	1.015,5
Conta Financeira							
	Débito	Yuan	0,0	8,0	8,6	0,6	0,1
		Débito Total	151,9	251,0	340,4	1.500,6	1.400,4
Balança Comercial							
	Exportações	Yuan	0,0	2,7	0,0	39,9	0,0
		Exp. Total	1.681,1	2.368,7	2.505,1	2.149,6	1.579,2
	Importações	Yuan	3,9	2,0	6,0	15,4	6,8
		Imp. Total	13.157,2	13.358,5	14.523,5	16.662,2	10.904,2

* Dados até setembro de 2015

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL (2015a)

Com a recepção dos primeiros dados, se fortifica o entendimento de que realmente até 2008 não havia um ambiente incentivador do uso do renminbi no Brasil, assim como ocorria em todo o globo. Esse quadro realmente só é modificado, após a “Crise Financeira Global” de 2008, quando a China inicia de modo mais assertivo sua atividade diplomática com especial atenção nos aspectos monetários. Mesmo com uma modificação de postura por parte dos chineses e considerando a Tabela 2, o uso do renminbi ainda não é verificado na economia brasileira nos sequenciais anos de 2009 e 2010.

Adicionalmente, há o significativo comentário do BACEN reconhecendo que, na realidade, existia a utilização do renminbi no Brasil, porém em uma escala pequena. “O volume de transações efetuadas na moeda chinesa é ainda bastante baixo” (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2015a). Esta resposta possibilitou uma importante contribuição deste projeto de pesquisa ao campo de estudos monetários (particularmente as pesquisas ligadas a internacionalização do renminbi), porque já se pode afirmar que o emprego da moeda renminbi dentro da economia brasileira foi constatado a partir de 2011 pela autoridade monetária brasileira, repercutindo o que já ocorre internacionalmente, demonstrando empiricamente mais uma região de uso do dinheiro chinês fora da China, bem como constantando a reverberação do fenômeno de internacionalização do renminbi.

O desafio passa a ser a interpretação dos números e detalhes informados nas planilhas anexadas pelo BACEN pela resposta da demanda 2015447206. Sem qualquer legenda ou informação adicional, essas estatísticas nos levam a alguns julgamentos e proposições, os quais não se têm plena segurança em afirmá-los, dado a falta de clareza do repasse de dados feito pelo BACEN. De qualquer modo, é possível realizar algumas proposições a partir da checagem das mesmas.

Começando a compreensão das Tabela 1 e Tabela 2 a datar de 2011 é permissível correlacionar que o Brasil – em termos de balança comercial geral, isto é, quando se considera todas as importações do mundo – gastou 223.432,0 milhões de dólares em aquisições do exterior, sendo destes 13.157,20 milhões como compras da China em que só 3,9 milhões destas compras foram negociadas para que fossem liquidadas na moeda chinesa, ou seja, uma parcela de aproximadamente 5,9% do volume de transações de importações brasileiras oriundas da China. Por outro lado, não há nenhuma operação em renminbi entre as exportações ou na Conta Financeira do Brasil no supracitado período.

Com relação a performance da “moeda do povo” no ano 2012 no Brasil teria havido um incremento, visto que nos dois fluxos da balança comercial houve trocas intermediadas

pelo renminbi. O mesmo comportamento de melhoria foi verificado no item débito da conta financeira brasileira. Entretanto, na análise dos números detalhados nessas duas tabelas do ano acima mencionado é que se observam as primeiras divergências no modo de fornecimento de informações e possíveis interpretações sobre o desempenho do renminbi no Brasil.

Na Tabela 2, dedicada somente aos fluxos sino-brasileiros, não existe a referência de créditos provenientes da China nominados em renminbi, mesmo com a obtenção de 1.549,9 milhões de dólares oriundos de lá. No entanto, na Tabela 1, se obtém o informe de que 8 milhões de dólares em renminbi foram creditados na conta financeira do Brasil. Outra referência de distorção se refere aos números relativos às importações transacionadas em renminbi no ano de 2012. Enquanto que na Tabela 2 há 2 milhões de dólares em importações comprometidas em dinheiro chinês, surpreendentemente esse número se amplia em 145%, alcançando 4,9 milhões de dólares de importações liquidadas na moeda chinesa na Tabela 1 que demonstra o intercâmbio do Brasil com o resto do mundo.

Uma das explicações prováveis para estas discordâncias é que o renminbi tem sido comercializado em centros financeiros fora da China e pode ter sido utilizado para novos investimentos no Brasil. Outra explanação é a existência de entrada de capitais e importações provenientes de Hong Kong, território legal da China, mas que está regido por um aparato financeiro diferente da nação chinesa.

[...], a China afirma querer transformar Xangai num centro financeiro internacional, mas nela o investidor estrangeiro ainda enfrenta inúmeras restrições. E em Hong Kong que ocorrem as experiências chinesas de desenvolvimento de um mercado *offshore* de capitais. Estruturada em moldes ocidentais, Hong Kong se tornou a preferida dos investidores chineses que procuram colocar recursos no exterior. No sentido contrário, ela também propicia a captação de recursos em renminbis por investidores estrangeiros e por instituições financeiras internacionais (Banco Mundial, Banco Asiático de Desenvolvimento, Corporação Financeira Internacional) interessadas em investir na China (World Bank, *idem*). Em Hong Kong, esses investidores podem comprar e vender em reminais nos mercados secundários e fechar contratos de derivativos. (SILVA, 2013, p. 192)

Na sequência de avaliação, os anos de 2013 a 2015 apresentam repetidas e novas diferenças nestas duas tabelas. O único ponto de convergência de informação nas Tabela 1 e Tabela 2 se relaciona ao item débito de conta financeira, no qual houve a reincidência dos mesmos números. De qualquer forma, é notório aferir que em ambas as tabelas, apesar das desigualdades de alguns números, existe – como aspecto comum – uma clara tendência de aumento da aplicação de renminbi na estrutura das transações comerciais e fluxos financeiros sino-brasileiros.

3.2.2 – A Evolução dos Números em Detalhe: O Uso do Renminbi no Brasil de 2009 a 2014

Considerando a insegurança e a dubiedade de interpretação sobre os primeiros dados enviados em outubro de 2015 pelo BACEN, bem como objetivando esclarecer e reforçar os tipos de dados que era de interesse desta pesquisa registrou-se uma nova demanda junto ao BACEN sob o número 2015486780 em 10 de novembro de 2015. Neste último registro, optou-se por uma quantidade maior de perguntas a fim de se requisitar um maior detalhamento da utilização do renminbi no Brasil que poderia ser detectado pela análise dos dados armazenados no banco central brasileiro durante o intervalo de anos de 2008 a 2014.

Basicamente, cinco pontos – delimitados pelo período estudado – foram questionados ao BACEN. Primeiro, indagou-se sobre o montante e a quantidade de contratos/negociações fechadas entre empresas e indústrias brasileiras e chinesas. Na sequência, houve a demanda para saber quais eram os segmentos produtivos ou financeiros das empresas e indústrias sino-brasileiras que fecharam tais negociações. O terceiro ponto foi inquirir sobre o valor e o número de contratos/negociações fechados entre empresas e indústrias do Brasil e da China que tenham escolhido formalmente utilizar o renminbi para sua liquidação ao invés da moeda comumente usada, o dólar. O penúltimo ponto procurava saber qual era a importância financeira transacionada entre renminbi e o real pelas instituições no Brasil. Por fim, interpelou-se sobre o valor transacionado pelas instituições financeiras no Brasil entre renminbi e real sem intervenção, troca ou paridade com o dólar, procurando dimensionar a quantidade de trocas diretas entre o renminbi e o real sem utilização da moeda estadunidense.

Ambicionando responder as questões acima expostas, o Departamento Econômico da Divisão de Balanço de Pagamento do BACEN repassou uma réplica contendo algumas das informações requisitadas, incluindo duas tabelas nominadas como Tabela 3 e Tabela 4, bem como explicou os motivos da ausência de alguns dados solicitados.

Tabela 3 – Operações de câmbio liquidadas no Mercado Primário Brasileiro para a China

Operações de câmbio liquidadas no mercado primário
país da conta no exterior: China

	US\$ milhões						
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Compras + vendas	19.061	18.773	27.641	31.413	33.664	35.437	39.362
dos quais: em Yuan	0	1	0	4	25	51	160
Yuan / giro total (%)	0,00%	0,00%	0,00%	0,01%	0,08%	0,14%	0,41%

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL (2016c)

Considerando os títulos da Tabela 3 e da Tabela 4, alguns esclarecimentos sobre os dados apresentados pela resposta da Demanda 2015486780 do banco central brasileiro são pertinentes. Primeiro, é preciso efetuar uma explanação sobre a composição dos mercados cambiais primário e secundário. Todos os indivíduos ou empresas que realizam operações de câmbio de moedas – mas não são instituições financeiras bancárias – são integrantes do mercado primário. Diferentemente, o mercado cambial secundário é composto somente por instituições financeiras bancárias que operem câmbio de moedas, por isso ele também é conhecido como mercado de câmbio interbancário.

A operação de mercado primário implica o recebimento ou a entrega de moeda estrangeira por parte de clientes no País, correspondendo a fluxo de entrada ou de saída da moeda estrangeira do País. Esse é o caso das operações realizadas com exportadores, importadores, viajantes, etc. Já no mercado secundário, também denominado mercado interbancário quando os negócios são realizados entre bancos, a moeda estrangeira é negociada entre as instituições integrantes do sistema financeiro e simplesmente migra do ativo de uma instituição autorizada a operar no mercado de câmbio para o de outra, igualmente autorizada, não havendo fluxo de entrada ou de saída da moeda estrangeira do País. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2016f)

Considerando estes esclarecimentos, posteriormente, diagnosticamos uma preciosa elucidação frente à primeira informação do BACEN, ou seja, a resposta da Demanda 2015447206 enviada em 27 de outubro de 2015 referente à carência de fluxos em renminbi no ano de 2009 no Brasil. O que se pode notar é que percentualmente – de fato – foi zero, mas houve sim, ainda que mínima, uma quantidade de transações perfazendo o montante de um milhão de dólares aproximadamente pagas em renminbi em 2009 no fluxo sino-brasileiro. Logo, tendo em mente o intervalo de anos objeto de estudo desta investigação, houve o

diagnóstico de 2009 como o primeiro ano de utilização do renminbi em território brasileiro para o pagamento de contrato cambial destinado a conta bancária situada na China, justamente em um ano que a crise financeira de 2008 ainda ecoava seus efeitos e a insegurança sobre o comportamento do dólar ainda era evidente.

Enveredando pela reflexão acerca dos números dessa terceira tabela enviada pelo BACEN, a Tabela 3, mesmo que de modo tímido, é possível verificar que a partir de 2011 até 2014 há um consistente crescimento no uso do renminbi por parte do mercado cambial do Brasil para a liquidação dos contratos cambiais, em outras palavras, no pagamento em moeda chinesa de suas obrigações internacionais com a China. De 4 milhões de dólares que são utilizados na moeda renminbi/yuan em 2011, há um incremento expressivo de mais de seis vezes no período posterior, ocorrendo a marca de 25 milhões de dólares em liquidações efetuadas em dinheiro chinês no ano de 2012. É, dessa maneira, que há o acréscimo percentual de 0,01% para 0,08% no uso do renminbi para pagamentos com a China.

Seguindo nessa linha de raciocínio, o ano de 2013 registrou 51 milhões de dólares transacionados em renminbi dentro da economia do Brasil, denotando uma ampliação de 100% quando comparado ao ano anterior. É neste ano que a moeda da China atinge 0,14% de utilização nas liquidações de haveres com a nação chinesa. Por fim, são empregados em renminbis o valor de 160 milhões de dólares no ano de 2014. Do ponto de vista dos pagamentos de contratos de câmbio o crescimento foi de 0,14% para 0,41% dos contratos pagos para China direto em renminbi, o que já representa uma forte disposição que provavelmente foi afetada pelo constante crescimento econômico do Brasil e da China, mas também pela amplificação de seu intercâmbio comercial.

Indubitavelmente, é a partir de 2011 que realmente há o início de um progressivo uso do dinheiro chinês na efetivação de pagamentos e nos três anos subsequentes acontece um progresso consistente desse uso, apontando não só a reprodução do fenômeno de internacionalização do renminbi já diagnosticado em outras economias, mas também os efeitos de uma aproximação e coordenação política sino-brasileira, exibindo uma sinergia em termos de alcance de objetivos no contexto internacional.

É válido reforçar que não foi possível averiguar quantas empresas brasileiras ou quais são os montantes no Brasil de negociações que possuem fechamentos de câmbio utilizando a moeda chinesa (a exemplo da operação cambial engendrada pela empresa Gala Embalagens citada na introdução deste trabalho). A dificuldade de adquirir este entendimento junto ao BACEN é que sua base de dados não possui tal informação. O pagamento no Brasil em renminbi de um contrato de câmbio pode ter sido realizado por qualquer ente, desde uma

empresa brasileira a uma filial de um grupo multinacional (que pode ser até chinês). Não se pode proclamar majoritariamente que há empresas que não são chinesas efetuando pagamento em dinheiro chinês, mas como sugere o BACEN, com a obtenção destes números uma correlação cada vez maior neste sentido é passível, dado que o fluxo comercial sino-brasileiro tem se expandido continuamente.

Outro aspecto que corrobora a complexidade deste ponto refere-se a compreensão de que exportadores e importadores podem pagar suas operações de comércio exterior em contas alocadas em outros países que não são Brasil e China. Uma informação que confirma tal faceta é adquirida através da análise da Tabela 3 e os dados da balança comercial sino-brasileiro informados pelo Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior do Brasil (MDIC). Se observarmos o ano de 2014 na Tabela 3 é possível notar que o fluxo cambial designado às contas localizadas na China no mercado primário brasileiro foi de menos de 40 bilhões de dólares (39.362 milhões), porém se levantarmos o valor total que contemple todas as importações brasileiras com origem na China temos o montante de mais de 70 bilhões de dólares, acessando os números registrados na balança comercial de 2014 entre Brasil e China pelo MDIC (MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, 2014b). Em suma, houve uma movimentação cambial entre Brasil e China menor que o trânsito de mercadorias chinesas compradas por brasileiros. Além disso, esta movimentação leva em conta todas as transações de câmbio – envio de capitais, remessa de lucros, rendimentos, entre outros – e não só àquelas ligadas ao comércio exterior.

Existe também a possibilidade de se indicar o perfil dos principais setores da economia brasileira que possuem negócios com a China e que podem estar mais propensos às oportunidades de se utilizar o renminbi na formalização de tais negócios. A faceta mais importante de se conhecer esses setores é possibilitar que o governo brasileiro possa atuar – tanto politicamente quanto economicamente – consciente das repercussões que podem ser geradas em cada segmento econômico do Brasil.

Ao discriminar o rol de segmentos brasileiros que é responsável por mais de 80% dos contratos de câmbio que possuem a China como país de destino do envio cambial, comprova-se a pluralidade desses segmentos e como pode haver uma diferenciação de impactos. Afinal, há desde o setor das finanças ligado às entradas e saídas de capital até os segmentos atrelados aos recursos naturais (extrativismo mineral e alimentício) com grande peso na balança comercial, perpassando pelos ramos do comércio, manufatura e consultoria.

Por fim, os dois últimos aspectos analisados são subordinados ao campo financeiro das relações sino-brasileiras. A ideia com o quarto ponto levantado era dimensionar o

montante das trocas entre a moeda brasileira e a moeda chinesa, independente do país de origem ou destino, objetivando captar o intercâmbio de valores de dinheiro chinês fora da China. Contudo, o BACEN compreendeu esta pergunta por um ângulo legal, reiterando as instituições que podem fazer conversão cambial.

Já com o último ponto havia a expectativa de se diagnosticar estritamente as operações realizadas no setor intra-bancário brasileiro nomeadas em renminbi sem o emprego e os custos de conversão prévia para o dólar norte-americano. Conforme a Tabela 4 enviada pelo BACEN em atendimento a Demanda 2015486780, existe uma mínima utilização do renminbi (sem conversão para o dólar) entre as instituições financeiras no Brasil, retratando um comportamento diferente do que foi verificado no exterior⁵⁷, haja vista a expansão do uso do dinheiro chinês que ocorre nas instituições financeiras não só no sudeste asiático, mas também nos demais centros financeiros, como o londrino. Há prognósticos sobre este movimento com a alegação de se tratar de uma maior adesão dos bancos ao uso do renminbi para suas transações e diversificação de seu portfólio de investimentos, procurando serem menos dependentes de uma única moeda, o dólar estadunidense.

Talvez por isso, esteja ocorrendo, de forma contínua, a vinda de novas instituições bancárias chinesas para o Brasil nos últimos anos. Como aponta os últimos dois relatórios do Conselho Empresarial Brasil-China sobre os investimentos chineses – emitidos em 2014 e 2016, os quais englobam o período de 2012 a 2015 – é possível constatar anualmente a chegada de pelo menos um banco chinês no Brasil entre 2012 a 2014, com a compra de ações ou participações no mercado financeiro brasileiro. Notoriamente, em 2015 houve o ingresso de duas instituições bancárias da China no Brasil⁵⁸.

⁵⁷ Em junho de 2016, mais de 1.800 instituições financeiras fizeram pagamentos mundiais em RMB, representando um aumento de 12% em relação ao ano passado. 600 bancos usam a moeda chinesa para pagamentos sem uma perna com a China ou Hong Kong. (SWIFT, 2016b, p. 9, tradução nossa).

⁵⁸ Conforme o “Boletim de Investimentos Chineses no Brasil: 2012 – 2013” (CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA, 2014, p. 16), o *Industrial and Commercial Bank of China* (ICBC) veio em 2012 e no ano seguinte houve o ingresso do “Segundo maior banco do país asiático, o *China Construction Bank Corporation* (CCB)”. Já o relatório do Conselho Empresarial Brasil-China (2016) correspondente aos anos de 2014 e 2015 evidenciou a chegada da *Haitong International Holdings* em 2014 e a vinda do *Bank of Communications* e do *China Communications Construction Company* no ano de 2015.

Tabela 4 – Operações de câmbio liquidadas entre renminbi e real sem utilização do dólar no Mercado Secundário Brasileiro

Mercado de câmbio interbancário - volume transacionado

	US\$ milhões						
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Todas as moedas	1.377.017	1.053.383	1.257.465	1.250.508	1.064.569	1.125.411	775.636
das quais: Yuan	224	226	59	228	168	100	147
Yuan / total (%)	0,02%	0,02%	0,00%	0,02%	0,02%	0,01%	0,02%

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL (2016c)

Julgando as informações obtidas junto ao BACEN temos como corolário perceber que o Brasil é signo do projeto chinês de internacionalizar sua moeda de forma gradual, mas sob bases substanciadas e de constante ampliação. Com análise do mercado de câmbio primário brasileiro nota-se que há um crescimento constante de obrigações em renminbi. Contudo, este incremento não é acompanhado pelo setor bancário brasileiro, o que pode denotar dificuldades no futuro próximo. Este projeto no Brasil expõe o compromisso com a elaboração de um arcabouço político que ampare os fluxos mercadológicos, sob a gerência tanto das relações bilaterais sino-brasileiras, quanto dos arranjos estruturados pelos BRICS. Este posicionamento da China se dá forma intencional a fim de minimizar o poder do dólar e sua armadilha⁵⁹, os quais podem comprometer as metas chinesas de avanço que estão extremamente ligadas a um bom ambiente (particularmente econômico) com seus principais países parceiros, a exemplo do Brasil.

⁵⁹ “As preocupações na China são concretas porque ela se sente aprisionada numa *armadilha do dólar*. Sua moeda ainda não tem o *status* de divisa conversível. O renminbi é conversível para transações em conta-corrente, isto é, para pagamentos de bens e serviços, mas sofre grandes restrições nas transações na conta de capital. [...] Desta forma, o único canal de reciclagem dos dólares obtidos no comércio internacional e investir no exterior, particularmente na acumulação de reservas em títulos do governo americano. Um dos privilégios do emissor da moeda mundial é o de emitir dívida denominada em sua moeda e de determinar o patamar dos juros que incidem sobre esta dívida. Em ambiente de desvalorização do dólar e de taxas de juros próximas de zero, há perdas com as reservas mantidas pela China em títulos do Tesouro americano. Embora não seja seu objetivo substituir o dólar como meio de pagamento internacional – porque seu interesse fundamental é preservar um elevado nível de comércio com os Estados Unidos e Europa –, parece estar se desenvolvendo um consenso crescente de que a saída desta armadilha passaria pela transformação do renminbi em divisa conversível” (SILVA, 2013, p.187 e 188). Ver mais referências em JIANG, 2014.

3.2.3 – O futuro do Renminbi no Brasil: O que se pode esperar para os próximos anos? Possíveis Impactos e Comportamentos da moeda chinesa na Economia Brasileira

No decorrer do desenvolvimento desta pesquisa – sobretudo em meados de 2015 – a China enfrentou algumas instabilidades passageiras em sua economia, especialmente seu mercado de capitais. As angústias que acompanham a probabilidade de a economia chinesa não conseguir manter um fôlego de crescimento econômico plausível nos próximos anos foram demonstradas. Todavia, menos de seis meses após esta situação, mais especificamente no final de novembro, o FMI confirmou politicamente o poder da “moeda do povo”, pois a habilitou formalmente como uma moeda de reserva internacional. Por isso, questionamentos adicionais foram feitos ao BACEN com a intenção de se perceber quais seriam os próximos rumos do renminbi no Brasil dado esse novo status da moeda chinesa frente as demais moedas.

Desta maneira e contando com a disposição do BACEN, submetemos uma nova rodada de indagações por mensagem eletrônica em novembro de 2016. Assim, novamente, cinco questões foram levantadas ao BACEN visando auferir os desdobramentos tanto no panorama do fluxo cambial do Brasil quanto no posicionamento do banco central brasileiro frente à definição do FMI em 2015 (com implantação a partir de 1º. de outubro de 2016) de incluir o papel-moeda chinês para a cotação dos DES. Esta definição elevou o grau de confiança da moeda chinesa e a tornou conversível internacionalmente, levando o Brasil (como outros países) a reconhecer a relevância do renminbi como moeda internacional e a considerar a sua convertibilidade, adotando-a oficialmente como parte de suas reservas cambiais junto ao BACEN.

Desta forma e desejando dirimir qualquer dúvida, primeiramente interrogou-se se havia a reconhecimento – por parte do BACEN – de que o renminbi tinha se tornado uma moeda conversível desde 1º. de outubro de 2016. Em adendo e considerando o retorno positivo a este primeiro ponto, indagou-se se o BACEN tinha a compreensão de que o renminbi era uma opção de moeda para compor as reservas internacionais brasileiras a partir daquela data, na qual sua convertibilidade na prática foi autorizada pelo FMI.

Em sua réplica, o BACEN confirmou que realmente passou a reconhecer o renminbi como uma moeda conversível, percebendo sua capacidade de se tornar um ativo de reserva. Logo, assertivamente, o banco central brasileiro informou que possíveis bens e direitos em seu poder, a partir da data instituída pelo FMI, foram computados no montante das reservas internacionais do Brasil. Assim, é possível inferir que o Brasil já pode contabilizar e acumular

reservas em renminbi desde o início da validade da determinação do FMI sobre os DES, em outras palavras, 1º de outubro de 2016.

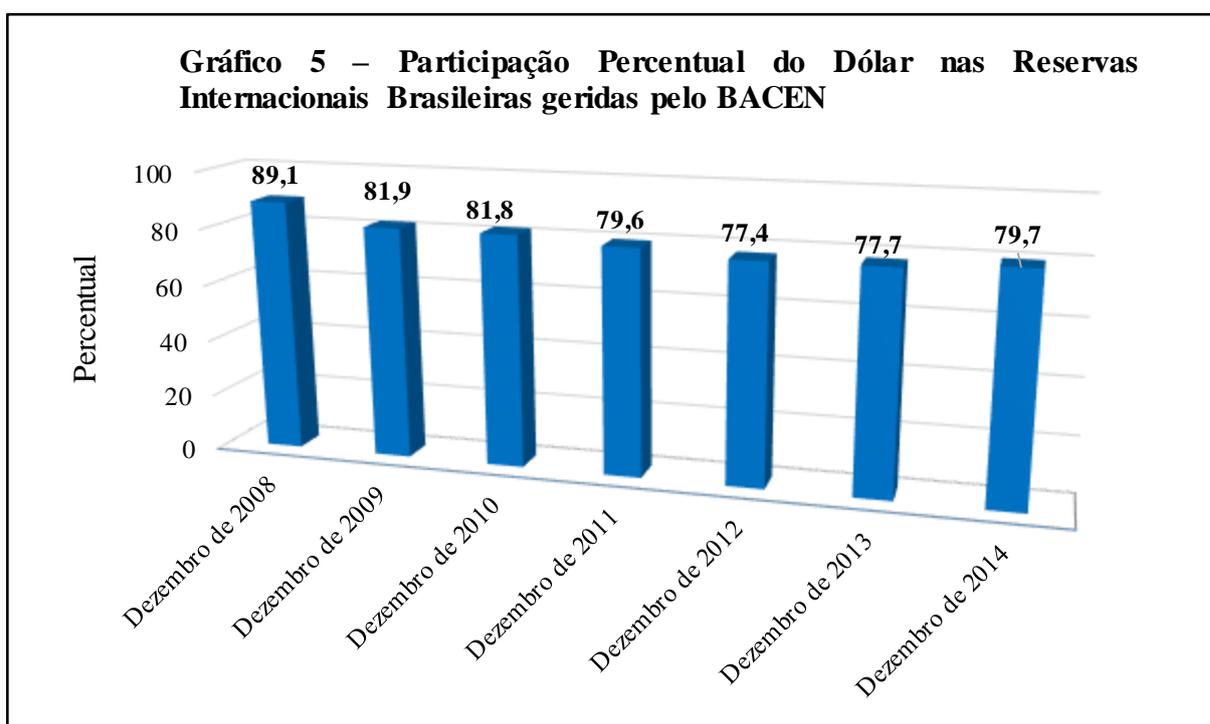
Em continuidade aos questionamentos e na hipótese de que o BACEN retornaria favoravelmente (como de fato o fez) às duas primeiras questões, optou-se também por indagar sobre a atual quantidade em dólares ou percentualmente de reservas internacionais brasileiras acumuladas em renminbi desde o início de outubro de 2016. Tratava-se da tentativa de se prospectar um estimado valor de renminbi sob a guarda do BACEN para se averiguar qual seria o tamanho da participação da moeda chinesa entre os ativos brasileiros. Porém, em seu retorno o BACEN notificou que este ainda era um dado confidencial, mas que o perfil das reservas brasileiras não havia variado muito nos meses de setembro e outubro de 2016, logo insinuando que deveria haver pouca quantidade de reservas nominadas em renminbi, por conta do pouco tempo de vigência de sua conversibilidade.

Deste modo, com as informações cedidas pelo BACEN se obteve os indícios de que o banco central brasileiro parecer manter uma postura conservadora quanto ao dinheiro chinês. Essa última percepção de um certo conservadorismo do BACEN é reforçada quando se encontram afirmações razoáveis sobre a economia da China nos dois últimos relatórios do BACEN sobre suas reservas internacionais. Afinal, no “Relatório de Gestão das Reservas Internacionais” emitido em dezembro de 2015 com base no desempenho econômico de 2014, o BACEN versou resumidamente sobre o compasso de ampliação da economia da China. Esperava-se que houvesse a “continuidade do ‘pouso suave’, que pressupõe que o governo [chinês] consiga administrar com sucesso a transição do modelo econômico, embora permaneçam riscos fiscais e financeiros” (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2015, p. 7). E no mesmo tipo de relatório de 2016 referente ao ano anterior, o banco central brasileiro ressaltou sua preocupação com a redução do ritmo de crescimento econômico e as inconstâncias apresentadas em 2015, logo a apreensão sobre como seria a performance futura da China.

Esses movimentos da economia, aliados à instabilidade do mercado de ações chinês e à desvalorização do renminbi, tiveram impacto negativo nos preços das *commodities* ao longo do ano. Por sua vez, isso levou à depreciação das moedas de países exportadores de *commodities*, com destaque para o dólar canadense e para o dólar australiano, moedas que compõem as reservas. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2016k, p. 8)

Paralelamente e somado ao contexto supramencionado nota-se, ainda, modificações no recente histórico da configuração de moedas salvaguardas pelo BACEN como ativos

contabéis. Analisando o espaço de tempo da presente pesquisa, ou seja, de 2008 a 2014, existe uma diminuição do domínio do dólar entre os papéis-moeda utilizados como reservas cambiais brasileiras. Por questões estratégicas, o BACEN não divulga o perfil exato por mês e por moeda de reserva em seus relatórios anuais sobre as reservas internacionais. No entanto, sempre divulga em tais relatórios o percentual relativo ao mês de dezembro de cada ano. Assim, foi possível elaborar o Gráfico 5 que é útil em demonstrar como se deu a menor participação do dólar entre os ativos brasileiros no decorrer dos anos de 2008 a 2014.



Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL (2009, 2010, 2011, 2013a, 2013b, 2014, 2015b). Elaboração Própria

Em contraste com a liderança que o dinheiro estadunidense detinha com quase 90% das reservas em 2008, os anos seguintes foram marcados pelo contínuo decréscimo da cota de dólar como moeda de reserva para o BACEN até o ano de 2014, assinalando o seu menor percentual em 2012, levando em consideração o período objeto desta pesquisa. É importante lembrar que durante todo o intervalo de tempo pesquisado em que se constata essa diminuição da moeda dos Estados Unidos em nossos ativos de reserva foi assinalada por se tratar de uma época de ininterrupto crescimento econômico brasileiro, uma forte aproximação do governo do Brasil com a China e os outros países do grupo dos BRICS e, por último, o início de uma

maior coordenação das políticas monetárias com os chineses, como já destacado anteriormente neste trabalho⁶⁰.

Verifica-se, em todo o período [2005 a 2014], o dólar dos Estados Unidos da América (EUA) como moeda de maior participação nos investimentos das reservas internacionais [brasileiras]. Em 2009, iniciou-se política de diversificação de moedas das reservas internacionais. Em 2014, manteve-se a diversificação, não havendo alterações significativas, na comparação com 2013, na proporção das moedas em que as reservas são investidas. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2016k, p. 15)

Em continuação à tarefa de inquirir o BACEN após a inclusão do renminbi por parte do FMI no cesto de moedas dos DES, surgiu a dúvida se teria havido uma amplificação de trânsito de RMB na economia brasileira desde o anúncio do FMI. Desta forma, questionou-se ao BACEN se foi perceptível notar algum aumento na circulação de divisas nomeadas em renminbi no Brasil desde a decisão de inserção desta última na cesta do DES, afinal o Brasil foi o país da América Latina que mais recebeu empréstimos chineses no ano de 2015.

Na sua resposta, o BACEN reiterou que a primazia do dólar no fluxo cambial do mercado primário brasileiro permanece, mesmo depois da decisão do FMI a respeito do renminbi. Além disso, lembrou que o renminbi responde por um perfil de pequena quantidade das negociações cambiais sino-brasileiras e não havia ainda sido detectada qualquer alteração neste perfil após outubro de 2016. A autoridade política brasileira monetária pontuou que a maior parte das aplicações chinesas em solo brasileiro são realizadas a partir de empresas situadas em países terceiros, como Holanda e Luxemburgo. O resultado disso é uma prevalência de operações cambiais no Brasil em euro ou dólar (ao invés de renminbi) para promover a vinda do capital chinês.

Por fim, o último ponto interpelado ao BACEN emergiu da necessidade de se adquirir uma listagem de instituições financeiras chinesas que entraram no Brasil de 2008 a 2016 a fim de se mensurar se este novo padrão outorgado ao dinheiro chinês pelo FMI teria ocasionado um maior interesse dos banqueiros chineses para com a economia do Brasil. Infelizmente, o BACEN não pôde repassar esse último pedido de informação, mas transmitiu a dificuldade em se identificar o capital chinês em movimentação no Brasil, pelo fato de o mesmo poder ser efetuado em diversas moedas que não o renminbi.

⁶⁰ Junta-se a isto o fato de o Brasil ter sido o principal destino entre todos os empréstimos chineses de 2014 dedicados a América Latina. “O relatório ‘Banco de Dados Financeiro China-América Latina’ [...], assinala que, no ranking dos países, o Brasil foi o principal destino do dinheiro oriundo da China no ano passado num total de US\$ 8,6 bilhões. Em seguida vêm Argentina, com US\$ 7 bilhões; Venezuela, com US\$ 5,7 bilhões e Equador, com US\$ 820 milhões. A maior parte dos empréstimos foi dirigido a setores de extração (minérios e energia) e de infraestrutura (transporte e transmissão elétrica)” (THE WHARTON SCHOOL, 2015).

Diante dos percentuais de moedas de reserva informados pelo BACEN em seus relatórios de gerenciamento de reservas e ponderando os últimos dados obtidos por este trabalho junto ao banco central brasileiro, é possível notar que as mudanças no perfil das reservas do Brasil já estão em andamento desde 2009, evidenciando uma redução do espaço do dólar. Cabe apurar se este movimento se trata de um estímulo para o renminbi no Brasil. Sem dúvida, esse fato – até o momento – parece muito mais indicar uma conformação para se encolher o papel do dólar no Brasil e se diversificar as reservas cambias. Esta postura do BACEN frente ao dólar estadunidense indica, por conta da data em que foi iniciada a diversificação de divisas, ter sido ocasionada por conta da “Crise Financeira Global” de 2008 e as dúvidas geradas desde então sobre a plena validade do dólar no futuro do SMI.

Esse comportamento do BACEN de reduzir as reservas de dinheiro norte-americano, entretanto, não quer dizer obrigatoriamente que o supracitado órgão brasileiro enveredará pelo caminho de incentivar o renminbi, contribuindo politicamente para uma atmosfera fertilizadora mais propícia a realização de negócios em renminbi no Brasil. Haja vista que o espaço do dólar voltou a crescer em 2015 entre as reservas cambiais do BACEN. “Em dezembro de 2015, a alocação por moedas das reservas se dava da seguinte forma: 83,0% em dólar norte-americano” (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2016k, p.15). Indubitavelmente, futuras investigações serão precisas para se confirmar a tendência de redução paulatina do dólar em nossas reservas e, assim, confirmar esta postura adotada pelo BACEN no período de 2008 a 2014, a qual não deixa de ser uma expressão política brasileira.

O que se tem de novidade é – avaliados em conjunto a ascensão do uso internacional do renminbi com um pequeno momento descrédito do dólar em 2008 aliados a fraqueza do euro nos recentes anos – a possibilidade de se diagnosticar que existe sim uma zona oportuna para a moeda chinesa no Brasil. Esta zona parece ganhar maior dimensão com o novo posicionamento do FMI sobre o dinheiro da China. Outra característica que reitera tal compreensão se resvala no próspero número de investimentos chineses no Brasil e o progressista incremento do fluxo comercial sino-brasileiro. Cada vez mais há ampliação dos vínculos econômicos do Brasil com a China, logo o aumento do uso do renminbi seria uma direção natural.

Mesmo com o *impeachment* brasileiro e a conseqüente mudança de políticos em poder no comando do Brasil, a China ao que tudo indica não alterou sua posição e disposição quanto ao Brasil, principalmente no quesito de investir neste relacionamento. Da mesma forma, o novo governo encabeçado pelo presidente Michel Temer fez a primeira viagem para o exterior justamente para a China e, na ocasião, mais projetos de aplicações da China no

Brasil ⁶¹ foram divulgados. Um exemplo da conduta chinesa de não se intrometer em assuntos domésticos dos países com os quais se relaciona estrategicamente.

Face a esta previsão de maior circulação de renminbi na economia brasileira, salienta-se a preocupação de nos prepararmos para esta conjuntura de uma forma mais estratégica, requisitando contrapartidas interessantes e pragmáticas à economia do Brasil, exigindo transferência de conhecimento e tecnologia para os brasileiros, entre outras medidas, como a própria China fazia quando recebia bastante investimento externo⁶². Além disso, o Brasil precisa desenvolver projetos que possam minimizar os custos das transações para as empresas do Brasil que negociam com os chineses. “Permanecer na complementaridade comercial, com 75% a 80% das exportações para a China compostos de *commodities* e 95% das importações formados por produtos industrializados, ‘não ajudará o Brasil a sair do buraco’” (DRUMMOND, 2016).

A concorrência entre a estrutura produtiva chinesa e a brasileira pode, no entanto, afetar esse dinamismo do comércio e dos investimentos. A ampliação da corrente do comércio entre a China e o Brasil veio acompanhada de pressão competitiva das manufaturas chinesas sobre o parque industrial brasileiro. O “efeito China” tem gerado: *i*) especialização regressiva da pauta exportadora – entendida como o aumento da participação relativa dos produtos básicos para a exportação; *ii*) significativo déficit comercial para o Brasil no caso dos produtos de mais alta intensidade tecnológica; e *iii*) perda na participação das exportações brasileiras de maior intensidade tecnológica em terceiros mercados (Europa, Estados Unidos e América Latina) em virtude da expansão das exportações chinesas. A pressão competitiva das manufaturas chinesas tende a gerar um processo de especialização regressiva da estrutura industrial (desadensamento da cadeia produtiva doméstica) e a forte expansão do IDE chinês no Brasil fora das prioridades da política industrial e sem uma negociação quanto à forma de acesso ao mercado (*joint ventures*, alianças tecnológicas etc.) pode significar a perda do controle estratégico soberano do Brasil sobre as fontes de energia (petróleo) e de recursos naturais (terras e minas), sem que isso signifique maior transferência de tecnologia para o país. (ACIOLY; PINTO; CINTRA, 2011, p. 345 e 346)

⁶¹ “Acordos de investimentos da China no Brasil foram assinados em Xangai nesta sexta-feira, na presença do presidente Michel Temer ao final de seminário empresarial em Xangai. Esta é a primeira viagem internacional de Temer após passar à condição de presidente do Brasil, na última quarta-feira [...]. Segundo fontes diplomáticas, nove contratos de investimentos de empresas chinesas no Brasil devem superar R\$ 15 bilhões, dos quais uma parte parece ser de negócios já anunciados. Fontes brasileiras falam de uma ‘nova janela’ de investimentos, com novos protagonistas privados buscando parcerias com empresas no Brasil. ‘As relações bilaterais ganham novos galhos onde antes havia apenas o tronco’, diz um negociador” (MOREIRA; BORTOLOZI, 2016).

⁶² “Sumariamente, o governo chinês limitou a sua abertura ao processo de globalização da produção, limitando que houvesse qualquer avanço desta no setor financeiro. Esse caminho seguido pela abertura caracterizou uma importante diretriz das reformas chinesas: aproveitar o capital produtivo estrangeiro para atrair tecnologia de ponta e divisas, impondo importantes marcos regulatórios à sua atuação, e controlar os mecanismos de financiamento que impulsionariam o desenvolvimento interno dessas tecnologias e da indústria nacional” (LEÃO, 2010, p. 168).

Com a elaboração deste trabalho, concebemos que há várias evidências para apontar que o renminbi terá uma maior parcela em nossas reservas no BACEN no tempo vindouro, considerando a continuação da China como provedora de liquidez e demanda mundial. Mas essa nova performance do renminbi no Brasil não será realizada de modo rápido, como em um primeiro momento se pode pensar devido à forma avassaladora que o capital chinês tem invadido a economia brasileira nos últimos tempos.

Isso é comprovado pelos números do BACEN de liquidações feitas na moeda chinesa. De 2011 a 2014 o crescimento foi de menos de 0,10 pontos percentuais por ano de 2011 a 2013 e de 0,27% pontos percentuais de 2013 a 2014. É preciso lembrar que a moeda dos Estados Unidos “domina o sistema monetário internacional. Dois terços das reservas internacionais estão acumulados na moeda norte-americana. Mais da metade do comércio internacional tem os preços referenciados em dólar” (Magalhães, 2015, p. 113).

Mais importante que isso é desenvolver a consciência que governamentalmente a política brasileira tire vantagens desse processo – que em certa medida é de colaboração – de internacionalizar o dinheiro da China. Em adendo, também é preciso diversificar a pauta de exportações brasileiras, diminuindo a dependência demasiada das vendas de *commodities* para os chineses. Adicionalmente, buscar diversificar a origem de investimentos estrangeiros diretos no Brasil também é relevante para que o país não se torne extremamente dependente do capital chinês para sua melhoria de infraestrutura e evolução desenvolvimentista.

Uma nova geografia econômica pode exigir uma nova ordem política. A multipolaridade econômica pode engendrar a multipolaridade monetária e ambas podem acelerar a emergência de uma ordem mundial multipolar [...] Mais do que nunca, desaparece a fronteira artificial entre finanças e política internacional. Moeda é poder. Moeda também é alta política. (Magalhães, 2015, p. 140)

Em síntese, o processo de utilização internacional do renminbi reflete um processo muito maior na economia global e o Brasil necessita ser pragmático e conhecedor das melhoras alternativas político-econômicas. Afinal, a diplomacia brasileira deve se posicionar de forma astuta para obter ganhos políticos dessa nova conjuntura que se descortina no panorama mundial pelo exercício do poder monetário chinês.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Definir como o poder monetário é exercido atualmente pelas nações é um desafio. De fato, não há um único modelo ou método que possa descrever integralmente como este tipo de poder se manifesta. Entretanto, a capacitação política dada pela economia pode ser o caminho mais revelador na tarefa de se averiguar a prática do poder, pois nem sempre é claramente detectado em sua plenitude por todos, mas é na maior parte das vezes super-reverenciado no processo de tomada de decisão. Cohen (2014) ao tratar o poder monetário de um país, o define como a capacidade ter autonomia nas relações monetárias internacionais e a capacidade de influenciar a economia de outros países. Nossa percepção sobre poder está muito ligada a esta, pois reflete o resultado do exercício do poderio de uma nação: o atendimento da sua vontade, seja por sua influência sobre os demais ou por atuar independentemente, demonstrando o poder que ela possui.

Neste sentido, o estudo do poder evidenciado pelas relações monetárias sino-brasileiras é bastante astuto em nos habilitar a enxergar como a dinâmica política pode, de forma surpreendente e inovadora, reverter conjunturas político-econômicas e interferir afim de modificar o *establishment* instaurado no plano monetário internacional desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Afinal, em um cenário mundial de avassaladora incerteza proporcionada pela “Crise Financeira Global” de 2008, as potencialidades da China se apresentaram como uma referência segura em meio as instabilidades econômicas. Em um país que prima pela solidez de um partido político há mais de cinquenta anos no comando, promovendo mais de três décadas consecutivas de crescimento econômico, os chineses já tinham percebido desde o final dos anos 90 as possibilidades de situações tensas no SMI e falhas no regime global de vigilância macroeconômico liderado pelos países ocidentais que antes eram tradicionalmente os mais ricos. Logo, a China percebeu a oportunidade desenhada pelo contexto internacional para agir mais fortemente, bem como conduzir esforços para fortalecer a sua moeda, o renminbi, em tal contexto.

O cerne desta pesquisa dedicou-se em analisar se a internacionalização da moeda chinesa, o renminbi, também ocorria no Brasil entre os anos 2008 e 2014. A partir dessa análise almejava-se verificar não só se havia um espelhamento do movimento que acontece globalmente com uma ampliação do uso internacional da moeda da China, mas também dimensionar a força do poder monetário chinês nas interações sino-brasileiras centradas na temática monetária. Assim, empreendeu-se um exame sobre os reflexos no Brasil desse fenômeno que tem sido mensurado mundialmente.

Com o estudo empírico da utilização da moeda da China no Brasil foi possibilitada a percepção de algumas características básicas no processo de internacionalização do renminbi. Trata-se de um fenômeno político e econômico novo, questionador e vigoroso por contar com um contínuo crescimento. A performance da “moeda do povo” no Brasil reflete as características desse fenômeno global, pois esta investigação identificou o emprego do renminbi em 2009, descrevendo o incremento dessa utilização de forma consistente desde 2011 na economia brasileira.

Ao se descrever o uso internacionalizado do renminbi, se detecta a novidade desse processo como objeto de estudo tanto para a economia quanto aos demais campos ligados à pesquisa da Ciência Política. Afinal, se trata de um diferenciado movimento da moeda chinesa observado com menos de dez anos desde que foi colocado em curso e já apresenta impactos durante o período analisado pela presente investigação científica. Estudiosos como Cohen (2014), Helleiner e Kishner (2014), Eichengreen e Kawai (2014) diagnosticam esse processo como projeto político e econômico chinês implementado após a crise econômica global de 2008.

O uso internacional da moeda chinesa é tido como um processo questionador principalmente do ponto de vista político. Ao se qualificar o uso mundial do renminbi como um posicionamento argumentador se evidencia o quadro no qual o sistema monetário internacional é organizado desde o final da Segunda Grande Guerra. Afinal, é a primeira vez, em aproximadamente 70 anos que uma nação – liderada por um Partido Comunista – propõe uma reflexão crítica sobre a liderança monetária exercida até então pelos Estados Unidos. O mais impressionante é que a China não tem força só no discurso político, mas também pujança econômica para tal. Nesta jornada questionadora tem recorrido ao apoio dos países dos BRICS para arrematar espaço e demonstrar o tamanho de seu time de nações que suportam tais entendimentos de insatisfação com o modo pelo qual os países mais ricos têm direcionado o regime monetário global.

Mesmo com pouco tempo de estímulo ao seu uso global, o renminbi desempenhou um crescimento vertiginoso em todo o mundo, inclusive no Brasil. Este fato parece indicar o reflexo do pragmatismo chinês ao promovê-lo por diferentes caminhos, se recusando a adotar um método único. Não dependendo apenas das instituições componentes do sistema monetário internacional, mas por intermédio de acordos bilaterais com países, incentivando o uso direto do renminbi nas negociações entre as diferentes pátrias e, principalmente, inovando ao trabalhar em duas frentes simultaneamente: primeiro, fortalecendo e aumentando sua participação nos costumeiros órgãos monetários internacionais e segundo, organizando a

criação de novos organismos financeiros (onde, com um desenho diferenciado de liderança, podem influir para promover a primazia da moeda da China) voltados as demandas econômicas e desenvolvimentistas dos países emergentes ou em desenvolvimento.

O que se coloca como singular na jornada chinesa de internacionalizar sua moeda é como o governo, na figura de ator estatal, possui um papel fortemente ativo. Com esta percepção é possível associar a validade e adequação da Teoria Cartalista para um estudo político da moeda, visto que para este aporte teórico o Estado é o agente mais forte no processo de tomada de decisões monetárias e na criação de demanda pela sua moeda. Contudo, os desafios que se colocam no avanço da internacionalização do renminbi é justamente a perda de controle – com a liberalização da conta capital chinesa – por parte desse ator que tem tido protagonismo no rumo das decisões.

Por este estudo e como descrito no capítulo 2, qualificou-se a compreensão de que uma boa parte do sucesso econômico da China é explicado por conta da sua estrutura política concentrada nas determinações do PCC que, embora não seja tão reverenciada do ponto de vista dos direitos e liberdades, dá ao mundo algo que não tem sido ofertado de forma ampla e geral: estabilidade política que gera certeza de um bom ambiente para os negócios e o pleno desenvolvimento econômico.

Advém-se o corrente dilema da China: como continuar crescendo economicamente, liberando a conta capital que enseja uma menor participação do Estado Chinês se é justamente tal participação (com sua liderança e controles) que tem sido a promotora do êxito econômico? A liderança política chinesa tem se esforçado em transparecer calma e sapiência sobre este processo de mudanças na administração da conta capital e ao mesmo tempo lidar com a desaceleração econômica chinesa. Diversos pronunciamentos de autoridades ecoam no sentido de convencer não só os mercados e seus investidores, mas também os outros países de que há um alinhamento interno e equilibrado para a consecução dos objetivos da política econômica da China. Agora o PCC está interessado em estimular o consumo interno da maior população do mundo a fim de manter constante o desenvolvimento e expansão da economia chinesa, resultando em uma “aterrisagem suave” dos índices de crescimento econômico. E, ao que tudo indica, as medidas chinesas têm sido acertadas, pois em pesquisa recente notou-se que a China teve acréscimo no valor salarial médio oferecido aos seus trabalhadores da indústria quando comparado com outros países emergentes. Assim, esta parte da população chinesa com vencimentos maiores pode gastar mais e alavancar o mercado doméstico, gerando crescimento da sua economia.

Parece-nos que talvez daí caracteriza-se a expressividade e excepcionalidade chinesa na condução de seus projetos e alcance de metas. Pelo fato de a China contar com uma configuração política de gestão por um “Estado-partido”, a possibilidade de conexão e de imbuir todos do mesmo sentido possa ser muito maior e mais estruturada, gerando uma impressionante força chinesa em obter poder. Basta lembrar que todo sucesso e status internacional chinês obtido nas últimas décadas foi galgado desde a implementação de iniciativas econômicas pragmáticas das ‘Quatro Modernizações’ elaboradas sob uma ótica chinesa, que se revelaram bastante profícuas para um processo vertiginoso de crescimento econômico. Logo, não se duvida que a China irá encontrar a mais adequada fórmula ou pelo menos a que oferecer menores impactos sobre os controles estatais na economia, para proceder com novas modificações (que impliquem em mais abertura e liberalização) que concedam vigor e apetite à economia chinesa.

Adicionalmente, a presente pesquisa proporcionou a obtenção de interessantes reflexões a respeito dos processos políticos que amparam o uso internacionalizado de uma moeda. Por exemplo, quando se compara o processo de internacionalização da libra esterlina frente ao processo do dólar, é possível observar que a internacionalização da moeda estadunidense enveredou por um ambiente de instituições legitimadas internacionalmente, como a ONU, o FMI, o Banco Mundial e os Acordos Gerais do GATT para promover a contínua liberalização do comércio entre os países, os afastando da saída comum que era o protecionismo que se colocava em marcha em um primeiro momento após o término dos conflitos beligerantes da última Grande Guerra.

A novidade, levando em conta esse aparato institucional mundial, parece ser uma tentativa de obter respaldo a esse processo de internacionalização do dólar norte-americano, como se tratasse de um processo amplamente negociado e não imposto por uma pujança hegemônica. É notório que na conferência de Bretton Woods houve discussões, questionamentos e análises, mas as decisões tomadas estavam inclinadas ao projeto financeiro de supremacia global dos Estados Unidos da América, mas não imposto pela força da violência e, sim, por um arcabouço institucional legítimo definido por mais de 40 países.

Logo, o desenrolar de um projeto que objetiva promover o uso internacional de uma moeda tem de levar em consideração como uma nação deve se posicionar frente a um SMI permeado de instituições globais monetárias. Por isso, a China tem se dedicado não só a amplificar sua participação em tais instituições (como aconteceu no FMI e repercutiu em 2015 com a inclusão do renminbi no cesto de moedas do referido fundo), mas também em criar outros organismos institucionais voltados à questão econômica. Assim, por intermédio de um

viés político, se molda um cenário propício à internacionalização de sua moeda e, ainda, colaborativo em traçar novas medidas e regimes que visem a controlar ou regulamentar a conduta das nações face ao elevado e cada vez mais rápido trânsito de fluxos financeiros. Sem dúvida, o poder da China se verifica em sua capacidade de conceder empréstimos e colaborar na conformação de atmosferas interessantes aos seus projetos, assim como de determinar quem receberá tais empréstimos.

Seguindo nessa linha de raciocínio que envolve reflexões acerca da importância das instituições no SMI, a crise de 2008 ajudou a diminuir as diferenças no tipo de avaliação do regime de vigilância macroeconômica e tem impulsionando a China a fazer parte do jogo de forma mais veemente e, não, negá-lo. O que se evidenciou com o andamento desta investigação é que a China segue na proposta de diversificar o processo de tomada de decisão no sistema monetário do globo, optando por um multilateralismo ao invés de reduzir, ou até mesmo suprimir, o uso do dólar. Ao propor reformas na gestão monetária internacional desde 2009, bem como requisitar maior inclusão no debate destas decisões, como fez na última reunião do G-20 em setembro de 2016, a China aponta na direção de fortalecer o multilateralismo monetário como opção razoável, equilibrada e desbravadora de maior espaço para o renminbi no mundo.

Levando em conta os elementos e dados ofertados pelo BACEN, este estudo foi habilitado a identificar primários caracteres do processo de internacionalização do renminbi no Brasil. Trata-se de um processo econômico conduzido e guiado, em sua maior parte, de forma política. Com a qualidade de ser novo, pois é recente e não possui nem uma década de vigência. Adicionalmente, é capacitado com extremo vigor, pois tem recebido contínuos aportes políticos – como a vinda de mais instituições bancárias chinesas e o incremento de arranjos financeiros institucionais entre os países do grupo dos BRICS – que apoiam o desenvolvimento e a evolução do processo que promove o uso internacionalizado do renminbi. Qualifica-se, assim, o fenômeno do emprego da moeda chinesa no Brasil como um movimento questionador ao *status quo* do mundo em que há uma supremacia da utilização da moeda estadunidense.

Outro aspecto importante dado pelo exame dos materiais do BACEN é que o arranjo sino-brasileiro de *swap* não colaborou para uma ampliação do uso da moeda chinesa pelos brasileiros. Tanto é que não há dedicação do governo brasileiro para sua renovação, visto que não houve procura ou episódio que justificou a necessidade de sua utilização. Mesmo assim, o exame das informações repassadas pelo BACEN demonstra o contínuo crescimento do emprego da moeda chinesa em operações de liquidação de contratos de câmbio no Brasil,

mostrando na prática que o Brasil pode ser considerado um exemplo de país em que se verifica o uso internacionalizado do renminbi. Esta averiguação permite compreender que a tática chinesa de estabelecer diferentes instrumentos para promover a utilização internacional da sua moeda é útil.

Indubitavelmente, o raciocínio de que um emprego cada vez maior do renminbi como moeda de reserva naturalmente levaria uma progressiva diminuição da presença do dólar estadunidense no perfil de ativos cambiais brasileiros não é sensato. De fato, ao se examinar o perfil das reservas internacionais do BACEN no intervalo de anos de 2008 a 2014 é possível detectar uma leve diminuição de participação do dólar nas nossas reservas, mas isso necessariamente não significa uma corrida para o renminbi e, sim, parece indicar um comportamento por parte do BACEN de cada vez mais trabalhar com uma maior multimonetariedade nas nossas reservas. De qualquer forma, já indica que possivelmente há em curso uma mudança, embora mínima, no perfil da balança monetária do Brasil, o que já pode demonstrar o poder nas relações sino-brasileiras em possibilitar outras estratégias em termos de acúmulo de reservas.

Além disso, com a elevação do status do renminbi – em uma hierarquia de moedas – a partir da sua inclusão na cesta de moedas do FMI, houve o reconhecimento da convertibilidade do dinheiro chinês e, assim, espera-se que já se apresente o percentual de moeda chinesa estocado pelo BACEN como parte integrante das reservas brasileiras nos próximos relatórios de gestão de reservas emitidos anualmente pelo BACEN. Consciente do pouco tempo desse reconhecimento do renminbi, provavelmente o governo brasileiro ainda não tenha um expressivo número de reservas denominadas na moeda da China até o final de 2016.

De qualquer maneira, é relevante que as autoridades políticas brasileiras identifiquem, reconheçam e continuem monitorando o desempenho do dinheiro chinês na economia nacional, para que nossos líderes e diplomatas se tornem mais hábeis em negociar e, até mesmo, requisitar investimentos e maior parceria por parte do governo da China às demandas brasileiras. Evidenciar que o renminbi tem adquirido espaço cada vez maior em nosso mercado cambial e que estímulos ao emprego da moeda chinesa podem ser ofertados a partir de contrapartidas chinesas podem ser utilizadas como uma ferramenta de poder nas negociações bilaterais correntes sino-brasileiras. Afinal, a China é o nosso maior cliente comercial, visto que tem sido o nosso maior importador há quase dez anos.

Essa dissertação examinou que a jornada de internacionalização do renminbi está em franco progresso no mundo e o Brasil espelha esta jornada em suas diferentes facetas e

obstáculos, mas sua realização completa depende fundamentalmente das ações no âmbito político. Se será rápida ou devagar não interessa tanto, o importante é atingir completamente o resultado, que é a total internacionalização da moeda chinesa em todo o globo. E, para tal, é preciso de muita força política. De qualquer forma, as previsões dependem mais da política do que da economia para que a internacionalização do renminbi seja levada a cabo, e esse parece ser o único consenso dos mais diferentes pesquisadores, visto que eles “vêm a política como determinante do resultado final” (HELLEINER; KISHNER, 2014, p. 7, tradução nossa).

Desta forma, ao empreender o uso do renminbi no Brasil, a China busca não só apoio político, mas também ampliar o território de oportunidades de utilização para sua moeda fora das fronteiras chinesas na maior nação latino-americana com a intenção de fortalecer e obter maior poder monetário. Sem dúvida, trata-se de uma ação estratégica, a qual visa angariar suporte político relevante aos líderes chineses que cada vez mais possuem voz ativa e ouvida pelos países que antes decidiam majoritariamente os rumos do sistema monetário internacional. Por outro lado, se busca o crescimento de maior interação entre Brasil e China não apenas para desafiar o corrente regime monetário internacional, mas para creditar importância aos anseios de países que procuram se tornar desenvolvidos e são ignorados às vezes neste regime. O mais paradoxal é que uma das alternativas para se responder à “Crise Financeira Global” de 2008 foi encontrada justamente na economia de tais países. “1949: Apenas o socialismo poderia salvar a China. 1979: Apenas o capitalismo poderia salvar a China. 1989: Apenas a China poderia salvar o comunismo. 2009: Apenas a China poderia salvar o capitalismo” (VALLADARES, 2009).

Sem dúvida, há muito poder nas relações sino-brasileiras, afinal trata-se de dois países que estão entre as dez maiores economias do mundo, podendo determinar cenários e direções relevantes no sistema monetário internacional com maiores interações entre o real e o renminbi. As relações monetárias sino-brasileiras se configuraram não só como um campo de crescimento do poder monetário da China e do renminbi, mas também são mais um reflexo da internacionalização que os chineses vêm fazendo com a sua moeda. Em suma, exercer poder pelo meio monetário sobre as demais nações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABU-EL-HAJ, Jawdat. Robert Dahl (1915-2014): poder político, liberalização e contestação nas democracias. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, v. 4, n.13, p. 7-17, abr. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-33522014000100001&script=sci_arttext>. Acesso em: 30 out. 2015.
- ACIOLY, Luciana; PINTO, Eduardo Costa; CINTRA; Marcos Antonio Macedo. China e Brasil: oportunidades e desafios. In: LEÃO, Rodrigo Pimentel Ferreira; PINTO, Eduardo Costa; ACIOLY, Luciana. (Org.). **A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos**. Brasília: IPEA, 2011 p. 307-350.
- AGGIO, Gustavo de Oliveira; ROCHA, Marco Antônio da. Dois momentos para a Teoria Cartalista da Moeda – De Knapp a Goodhart. **Revista Economia**, Brasília, v.10, n.1, p. 153-168, jan/abr. 2009.
- AGLIETTA, Michel; ORLÉAN, André. **A Violência da Moeda**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. 428 p.
- Análise: Economia mundial precisa de um ‘pouso suave’ da China. **Valor Econômico**, São Paulo, 31 out. 2011. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/internacional/1077550/analise-economia-mundial-precisa-de-um-pouso-suave-da-china>>. Acesso em: 04 fev. 2017.
- ARRAES, Maria Celina Berardinelli. Cooperação Financeira Internacional do Banco Central do Brasil. **Revista da Procuradoria-Geral do Banco Central**, Brasília, v. 9, n. 2, p. 17-43, dez. 2015. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pgbcb/201512/revista_pgbc_v9_n2_dez_2015.pdf> Acesso em: 03 nov. 2016.
- ARRAES, Virgílio. Brasil e China: parceria promissora. **Meridiano 47**, Brasília, v. 5, n. 52 e 53, p. 24-25, nov./dez. 2004. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/4184/3491>>. Acesso em: 15 jul. 2015.
- ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2008. 432 p.
- Bancos europeus tentam acalmar mercado após saída da Grã-Bretanha da UE. **Monitor Digital**, 24 jun. 2016. Disponível em: <<http://monitordigital.com.br/bancos-europeus-tentam-acalmar-mercado-apos-saida-da-gra-bretanha-da-ue/>>. Acesso em: 28 jun. 2016.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Bolsas de Valores**. Brasília, 2016a. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/pre/composicao/bv.asp>> Acesso em: 19 nov. 2016.
- _____. **Bolsas de Mercadorias e Futuros**. Brasília, 2016b. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/pre/composicao/bmf.asp>> Acesso em: 19 nov. 2016.
- _____. **Demanda 2015447206** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <inluk10@gmail.com> em 27 out. 2015a.
- _____. **Demanda 2015486780** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <inluk10@gmail.com> em 15 fev. 2016c.

_____. **Demanda 2016475165** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <inluk10@gmail.com> em 16 dez. 2016d.

_____. **Demanda 2017078726** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <inluk10@gmail.com> em 20 mar. 2017.

_____. **Glossário**. Brasília, 2016e. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/glossario.asp?Definicao=1488&idioma=P&idpai=GLOSSARIO>> Acesso em: 18 fev. 2017.

_____. **Mercado de câmbio – definições**. Brasília, 2016f. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/mercCam.asp#8> Acesso em: 20 nov. 2016.

_____. **Nota Metodológica – Conta Financeira e Conta de Patrimônio Financeiro**. Brasília, 2016g. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/htms/infecon/PatFlu/arquivos/NotaMetod_ContaFinanc_ContaPatrim.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2017.

_____. **O que faz o Banco Central?** Brasília, 2016h. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/faqBancoCentral.asp> Acesso em: 25 fev. 2017.

_____. **Perguntas Frequentes**. Brasília, 2016i. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/Pre/bc_atende/port/pergCidadao.asp>. Acesso em: 23 fev. 2017.

_____. **Relatório Anual 2015**. Brasília, DF, 2016j. 223p. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2015/re2015p.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2017.

_____. **Relatório de Gestão das Reservas Internacionais, 2009**. Brasília, DF, 2009. 36p. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pom/Gepom/relgestri/2009/08/relgestresint062009.pdf>>. Acesso em: 28 fev. 2017.

_____. **Relatório de Gestão das Reservas Internacionais, 2010**. Brasília, DF, 2010. 34p. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pom/gepom/relgestri/2010/08/relgestresint062010.pdf>>. Acesso em: 28 fev. 2017.

_____. **Relatório de Gestão das Reservas Internacionais, 2011**. Brasília, DF, 2011. 33p. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pom/gepom/relgestri/2011/06/relatorio_de_gestao_das_reservas_2011.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2017.

_____. **Relatório de Gestão das Reservas Internacionais, 2012**. Brasília, DF, 2013a. 35p. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pom/gepom/relgestri/2012/06/relatorio_de_gestao_das_reservas_2012.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2017.

_____. **Relatório de Gestão das Reservas Internacionais, 2013**. Brasília, DF, 2013b. 44p. Disponível em:

<http://www.bcb.gov.br/pom/gepom/relgestri/2013/11/relatorio_gestao_reservas_internacionais_2013_internet_portugues.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2017.

_____. **Relatório de Gestão das Reservas Internacionais**, 2014. Brasília, DF, 2015b. 43p. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pom/gepom/relgestri/2015/12/relatorio_gestao_reservas_internacionais_2015_internet_portugues.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2017.

_____. **Relatório de Gestão das Reservas Internacionais**, 2015. Brasília, DF, 2016k. 43p. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pom/gepom/relgestri/2016/12/relatorio_gestao_reservas_internacionais_2016_internet_portugues.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2017.

_____. **SML – Sistema de Pagamentos em Moeda Local: Introdução**. Brasília, 2016l. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/rex/sml/1-introducao.asp>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

_____. **Solicitação de informações**. Brasília, 2016m. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/pre/portalCidadao/bcb/solicitacaoInfo.asp>>. Acesso em: 23 fev. 2017.

BANK FOR INTERNATIONAL SETTLEMENTS – BIS. **About the BIS - Overview**. Disponível em: <<https://www.bis.org/about/index.htm>>. Acesso em: 21 fev. 2017.

BARBOSA, André Luís Ribeiro. **O Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS para um novo sistema financeiro internacional**. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www.camex.gov.br/conteudo/exibe/area/1/menu/82/Artigos>>. Acesso em: 13 fev. 2017.

BEKERMAN, Marta; DULCICH, Federico; MONCAUT, Nicolás. La emergencia de China y su impacto en las relaciones comerciales entre Argentina y Brasil. **Revista Problemas del Desarrollo**. Buenos Aires, v. 45, n. 176, p. 55-82, jan./mar. 2014. Disponível em: <http://www.probdes.iiec.unam.mx/numeroenpdf/176_v45/03art_Bekerman.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2015.

BELL, Stephanie. The role of the state and the hierarchy of money. **Cambridge Journal of Economics**, v. 25, n. 2, p. 149-163, 2001.

BONENTE, Bianca Imbiriba; CORRÊA, Hugo Figueira. Desenvolvimento sem “ismos”: uma crítica ao novo-desenvolvimentismo a partir dos *Grundrisse* de Marx. **Revista Outubro**, n. 23, jan. 2015. Disponível em: <<http://outubrorevista.com.br/desenvolvimento-sem-ismos-uma-critica-ao-novo-desenvolvimentismo-a-partir-dos-Grundrisse-de-marx/>>. Acesso em: 19 jul. 2015.

BRASIL. Banco Central do Brasil. Resolução 4.200, de 26 de março de 2013. Estabelece limites e condições para execução do contrato de swap de moedas locais entre o Banco Central do Brasil e o Banco Popular da China. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 27 mar. 2013. Seção 1, p. 19. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/48978/Res_4200_v1_O.pdf> Acesso em: 10 nov. 2016.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Plano Decenal de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China**. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2012/plano-decenal-de-cooperacao-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-da-republica-popular-da-china>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

BRASIL. Presidência da República. Decreto-lei nº. 8.702, de 1º de abril de 2016. Promulga o Tratado para o Estabelecimento do Arranjo Contingente de Reservas dos BRICS, de 15 de julho de 2014. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 04 abr. 2016. Seção 1. p. 2. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8702.htm>. Acesso em: 25 fev. 2017.

Brasil vai perder o sétimo lugar da economia mundial para a Índia. **EL PAÍS**. Washington, 16 abr. 2015. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/15/economia/1429060990_180502.html>. Acesso em: 28 jul. 2015.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Economia Política da Desgovernança Global. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 37, n. 3, jul./set., p. 463-486. 2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-41612007000300001>>. Acesso em: 04 fev. 2017.

BRUNHOFF, Suzanne de. A instabilidade monetária internacional. In: CHESNAIS, F. A **Finança Mundializada**. São Paulo, Boitempo, 2005. 256p.

CABRAL, Severino. Encontro entre Brasil e China: cooperação para o século XXI. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v.43, n.1, jan./jun. 2000. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292000000100002>>. Acesso em: 22 Jul. 2015.

CAMPOS, Eduardo. Dilma: Brasil terá com a China mecanismo de pagamento em moeda local. **Valor Econômico**, Brasília, 19 maio 2015. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/4056770/dilma-brasil-tera-com-china-mecanismo-de-pagamento-em-moeda-local>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

CARDOSO, Renato Silva. Brasil e China: a mudança para a economia de mercado, e agora? **Meridiano 47**, Brasília, v.5, n. 52 e 53, p.14-15, nov./dez. 2004. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/4184/3491>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

CARVALHO, Fernando J. Cardim. A teoria monetária de Marx: uma interpretação pós-keynesiana. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 6, n. 4, p. 5-21, out./dez. 1986. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/moeda/pdfs/a_teoriamonetaria_de_marx.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2015.

CARTA DE CONJUNTURA. Brasília, DF: IPEA, n. 26, mar. 2015. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/conjuntura/150430_cc_abr2015_economia_mundial.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2017.

CASTRO, José Roberto. Qual a importância (e o simbolismo) do discurso do presidente da China em Davos. **Nexo Jornal**, 17 jan. 2017. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/01/17/Qual-a-import%C3%A2ncia-e-o-simbolismo-do-discurso-do-presidente-da-China-em-Davos>>. Acesso em: 17 jan. 2017.

CHEN, Yu. **Chinese Currency and the World**. 1. ed. Beijing: China Renmin University Press, 2010. 149 p.

CHIN, Gregory. China's Rising Monetary Power. In: HELLEINER, Eric; KIRSHNER, Jonathan. **The great wall of money: power and politics in China's international monetary relations**. 1. ed. Ithaca: Cornell University Press, 2014. 274 p.

China já usa Yuan em 8% do seu comércio exterior. **Valor Econômico**, São Paulo, 10 maio 2012. Disponível em: <china-já-usa-yuan-em-8-do-seu-comercio-exterior>. Acesso em: 06 abr. 2015.

CINTRA, Marcos Antônio Macedo; FILHO, Edison Benedito da Silva; PINTO, Eduardo Costa (Org.). **China em transformação: dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento**. 1. ed. Rio de Janeiro: IPEA, 2015. 594 p.

CINTRA, Marcos Antônio Macedo; MARTINS, Aline Regina Alves. O papel do dólar e do Renminbi no sistema monetário internacional. In: CINTRA, Marcos Antônio Macedo; MARTINS, Aline Regina Alves. (Org.). **As transformações no sistema monetário internacional**. 1. ed. Brasília: IPEA, 2013. v. 1, p. 211-322.

CINTRA, Marcos Antônio Macedo; PINTO, Eduardo Costa. La internacionalización del Renminbi: posibilidades y límites. **Revista Voces en el Fenix**, Buenos Aires, v. 26, p. 52-65, 2013.

COHEN, Benjamin. The China Question: Can its Rise be accommodated? In: HELLEINER, Eric; KIRSHNER, Jonathan. **The great wall of money: power and politics in China's international monetary relations**. 1. ed. Ithaca: Cornell University Press, 2014. 274 p.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA. **Boletim de Investimentos Chineses no Brasil (2012-2013)**. Rio de Janeiro, 2014. 17p. Disponível em: <http://www.cebc.org.br/sites/default/files/boletim_de_investimentos_-_final_0.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2016.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA. **CARTA BRASIL CHINA-Internacionalização do Yuan**. São Paulo, 2012. 13 p. Disponível em: <http://www.cebc.org.br/sites/default/files/carta_brasil-china_-_edicao_especial_-_maio_2012.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2015.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA. **Investimentos Chineses no Brasil 2014-2015**. Rio de Janeiro, 2016. 30 p. Disponível em: <http://www.cebc.org.br/sites/default/files/investimentoschineses14-15_portugues.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2016.

COX, Robert. Gramsci, Hegemony and International Relations: An Essay in Method. **Millennium**, Londres, v. 12, n. 2, p. 162-175, 1983. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/03058298830120020701?journalCode=mila>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

CRESPO, Eduardo; CARDOSO, Marcus. Teoria Estatal da Moeda no Contexto Internacional. In: Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP), 15, 2010, São Luís. **Anais Eletrônicos**. São Luís: UFM, 2010. Disponível em:

<<http://www.sep.org.br/busca?eventAlias=xv-enep&term=crespo&action=>>. Acesso em: 13 abr. 2015.

CUNHA, André Moreira et al. Os impactos da ascensão da China sobre a economia brasileira: comércio e convergência cíclica. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, set./dez. 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S141598482011000300002>>. Acesso em: 30 jul. 2015.

DAHL, Robert. The concept of power. **Behavioral Science**, v. 2, n. 3, p. 201-215, 1957.

DEOS, Simone Silva de. Sistema bancário chinês: evolução e internacionalização recente. In: CINTRA, Marcos Antônio Macedo; FILHO, Edison Benedito da Silva; PINTO, Eduardo Costa (Org.). **China em transformação: dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento**. 1. ed. Rio de Janeiro: IPEA, 2015. p. 391-424.

Depois do Califado, vem aí a moeda do Estado Islâmico. **VEJA**. São Paulo, 24 jun. 2015. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/mundo/dep0is-do-califado-vem-ai-a-moeda-do-estado-islamico/>>. Acesso em: 23 set. 2015.

DESTAIS, Christophe. Central Bank Currency Swaps and the International Monetary System. **CEPII Research Center**, Paris, n. 5, p. 1-10, 2014. Disponível em: <http://www.obela.org/system/files/CentralBankCurrencySwap_ChristopheDesta%20is.pdf> Acesso em: 15 nov. 2016.

DICK, Patrícia Paloschi. **A parceria estratégica entre Brasil e China: a contribuição da política externa brasileira (1995- 2005)**. 2006. 213f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/8089>>. Acesso em: 28 jul. 2015.

DRUMMOND, Carlos. O dinheiro chinês chega ao Brasil. **Carta Capital**, São Paulo, 12 jan. 2016. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/revista/879/o-conto-chines-774.html>>. Acesso em: 28 fev. 2017.

EICHENGREEN, Barry. **Privilégio Exorbitante: a ascensão e queda do dólar e o futuro do sistema monetário internacional**. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. 216p.

EICHENGREEN, Barry. Privilégio Exorbitante: a ascensão e queda do dólar e o futuro do sistema monetário internacional. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. Resenha de: MARTINS, Aline Regina Alves. O destino do dólar. **Brazilian Journal of International Relations**, Marília, v.1, n. 3, p.499-504, set./dez. 2012. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjir/article/view/2764>>. Acesso em: 03 abr. 2015.

EICHENGREEN, Barry; KAWAI, Masahiro. Introduction and Overview. In: EICHENGREEN, Barry ; KAWAI, Masahiro (Org.). **Renminbi Internationalization: Achievements, Prospects, and Challenges**. 1. ed. Washington, Brookings Institution Press, 2015. p. 1-24.

_____. Issues for Renminbi Internationalization: An Overview. **Asian Development Bank Institute**, Tokyo, ADBI Working Paper 454, p. 1-20, 2014. Disponível em: <<http://www.adb.org/sites/default/files/publication/156309/adb-454.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2016.

EMBAIXADA DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA NO BRASIL. **Documento sobre a Política da China para com a América Latina e o Caribe**. 2016. Disponível <<http://br.china-embassy.org/por/szxw/t1418402.htm>>. Acesso em: 23 fev. 2017.

_____. **Especialistas acreditam em pouso suave para economia chinesa**. 2011. Disponível <<http://br.china-embassy.org/por/szxw/t1418402.htm>>. Acesso em: 23 fev. 2017.

_____. **Ministro chinês nega possibilidade de aterrissagem forçada da economia chinesa**. 2013. Disponível em: <<http://br.china-embassy.org/por/szxw/t1058533.htm>>. Acesso em: 04 fev. 2017.

ENCYCLOPEDIA. **Knapp, Georg Friedrich-Supplementary Bibliography**. Disponível em: <<http://www.encyclopedia.com/doc/1G2-3045000652.html>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. A Política Externa Brasileira e a América do Sul. **Conjuntura Internacional**, Belo Horizonte, 2003, 11p. Disponível em: <http://www.pucminas.br/imagdb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20060209101640.pdf>. Acesso em: 28 set. 2014.

Fenômeno China pode estar com dias contados. **EXAME**, São Paulo, 14 nov. 2014. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/970/noticias/eles-ja-estao-567881>>. Acesso em: 28 jul. 2015.

FORSTATER, Mathew. Tax-Driven Money: Additional Evidence from the History of Thought, Economic History, and Economic Policy. **Center For Full Employment and Price Stability**. Kansas City, University of Missouri - Working Paper 35, 2004. Disponível em: <<http://www.cfeps.org/pubs/wp-pdf/WP35-Forstater.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

GAO, Haihong; YU, Yongding. Internationalisation of the renminbi. **BIS Papers**, Seoul, v. 61, p. 105-124, 2011. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2002010#page=118>. Acesso em: 20 ago. 2015.

GENBERG, Hans. Currency internationalisation: analytical and policy issues. **BIS Papers**, Seoul, v. 61, p. 221-230, 2011. Disponível em: <<https://www.bis.org/publ/bppdf/bispap61q.pdf>>. Acesso em: 06 jun. 2016.

GONÇALVES, Carolina; GIRALDI, Renata. Comércio entre Brasil e China ganha reforço com adoção de mecanismo de transações financeiras em moeda local. Rio de Janeiro, **Agência Brasil**, Brasília, 21 jun. 2012. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2012-06-21/comercio-entre-brasil-e-china-ganha-reforco-com-adocao-de-mecanismo-de-transacoes-financeiras-em-moed>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

GOWAN, Peter. **A Roleta global**. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003. 445p.

HAIBIN, Niu. Emerging global partnership: Brazil and China. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v.53, p.183-192, 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292010000300011>>. Acesso em: 22 jul. 2015.

Half of China's total trade to be settled in yuan by 2020. **Reuters**, Hong Kong, 26 mar. 2015. Disponível em: <<http://uk.reuters.com/article/2015/03/26/uk-china-yuan-offshore-idUKKBN0MM0EL20150326>>. Acesso em: 07 abr. 2015.

HELLEINER, Eric; KIRSHNER, Jonathan. The Politics of China's International Monetary Relations. In: HELLEINER, Eric; KIRSHNER, Jonathan. **The great wall of money: power and politics in China's international monetary relations**. 1. ed. Ithaca: Cornell University Press, 2014. 274 p.

HIRA, Anil. Should Economists Rule the World? Trends and Implications of Leadership Patterns in the Developing World, 1960 - 2005. **International Political Science Review**, v. 28, n.3, p.325-360, jun. 2007. Disponível em: <<http://ips.sagepub.com/content/28/3/325.abstract>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

HSBC GLOBAL CONNECTIONS. **Vantagens de negociar em Renminbi**. HSBC, São Paulo, 13 nov. 2013. Disponível em: <<https://globalconnections.hsbc.com/brazil/pt/articles/vantagens-de-negociar-em-Renminbi>>. Acesso em: 06 abr. 2015.

_____. **Negócios sem fronteiras**. HSBC, São Paulo, 29 maio 2014. Disponível em: <<https://globalconnections.hsbc.com/brazil/pt/articles/negocios-sem-fronteiras>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE (Brasil). **PIB cresce 0,5% em 2014 e chega a R\$ 5,8 trilhões**. Brasília, 17 nov. 2016. Disponível em: <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias.html?view=noticia&id=1&idnoticia=3306&busca=1&t=pib-cresce-0-5-2014-chega-r-8-trilhoes>>. Acesso em: 20 nov. 2106.

INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS (Goiás). **Goiás no Contexto Nacional 2014**. Goiânia, 2015. Disponível em: <<http://www.seplan.go.gov.br/sepin/down/goiascn2014.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2015.

INVESTOPEDIA. **Soft Landing**. Disponível em: <<http://www.investopedia.com/terms/s/softlanding.asp>> Acesso em: 04 fev. 2017.

Is this the soft landing? **The Economist**, Washington, 13 jul. 2011. Disponível em: <<http://www.economist.com/blogs/freeexchange/2011/07/chinas-economy>>. Acesso em: 04 fev. 2017.

ITAMARATY (Brasil). **BRICS: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/mecanismos-inter-regionais/agrupamento-brics>>. Acesso em: 12 de out. 2014.

JIANG, Yang. The Limits of China's Monetary diplomacy. In: HELLEINER, Eric; KIRSHNER, Jonathan. **The great wall of money: power and politics in China's international monetary relations**. 1. ed. Ithaca: Cornell University Press, 2014. 274 p.

JENKINS, Rhys; BARBOSA, Alexandre de Freitas. Fear for Manufacturing? China and the Future of Industry in Brazil and Latin America. **The China Quarterly**, Cambridge, n. 209, p. 59-81, mar. 2012. Disponível em: <https://ueaeprints.uea.ac.uk/40407/1/China_Quarterly_Article.pdf>. Acesso em: 15 de jul. 2015.

KELLSTEDT, Paul M.; WHITTEN, Guy D. **Fundamentos da Pesquisa em Ciência Política**. 1. ed. São Paulo: Blucher, 2015. 344 p.

KNAPP, Georg Friedrich. **The State Theory of Money**. San Diego, Simon Publications, 2003.

KRAUSS, CLIFFORD; BRADSHER, KEITH. Com empréstimos, Pequim conquista aliados e recursos em todo o mundo. **Folha de São Paulo**, 12 jul. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/08/1666152-com-emprestimos-pequim-conquista-aliados-e-recursos-em-todo-o-mundo.shtml>>. Acesso em: 22 Jul. 2015.

KRUGMAN, Paul. What's in a name? **The New York Times**, New York, 23 out. 2009. Disponível em: <https://krugman.blogs.nytimes.com/2009/10/23/whats-in-a-name-3/?_r=1>. Acesso em: 13 fev. 2017.

LEÃO, Rodrigo Pimentel Ferreira. **O padrão de acumulação e o desenvolvimento econômico da China nas últimas três décadas: uma interpretação**. 2010. 192 f. Dissertação de Mestrado (Pós-Graduação em Economia – Instituto de Economia da Unicamp) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

LEO, Sergio. Brasil e China fecham acordo de swap. **Valor Econômico**, Brasília, 26 mar. 2013. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/financas/3059874/brasil-e-china-fecham-acordo-de-swap>>. Acesso em: 15 nov. 2106.

LERNER, Abba Ptachya. Money as a Creature of the State. **The American Economic Review**, v. 37, n. 2, p.312-317, maio 1947. Disponível em: <<https://esepuba.files.wordpress.com/2009/05/lerner.pdf> >. Acesso em: 06 maio 2015.

LESSA, Antonio Carlos. História das Relações Internacionais – A Pax Britannica e o mundo do século XIX. Petrópolis: Vozes, 2005. Resenha de: BERTONHA, João Fábio. A Pax britânica e a Pax americana. **Revista Eletrônica Espaço Acadêmico**, v. 70, p. 70-74, 2007. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/070/70res_bertonha.htm>. Acesso em: 30 out. 2015.

LI, Fion. Yuan Overtakes Yen as World's Fourth Most – Used Payments Currency. **Bloomberg**, 6 out. 2015. Disponível em: <<https://www.bloomberg.com/news/articles/2015-10-06/yuan-overtakes-yen-as-world-s-fourth-most-used-payments-currency>>. Acesso em: 05 jun. 2016.

LIMA, Djalba. Meirelles apoia fim do dólar como referência nas transações mundiais. **Agência Senado**, Brasília, 11 nov. 2010. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2010/11/11/meirelles-apoia-fim-do-dolar-como-referencia-nas-transacoes-mundiais>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

LOPES, Tiago Camarinha. Charles Bettelheim sobre a Revolução Cultural Chinesa. **Leste Vermelho: Revista de Estudos Críticos Asiáticos**, v.1 n. 1, p.15-42, jun. 2015. Disponível em: <<http://www.lestevermelho.org/revista/index.php/lestevermelho/article/view/3/13> >. Acesso em: 02 ago. 2016.

LUCENA, Andréa Freire de, et al. **Comércio Exterior em Goiás: Oportunidades e Desafios**. Goiás: Editora da PUC Goiás, 2011. 68p.

LUCENA, Andréa Freire de; BENNETT, Isabella. G. China in Brazil: The quest for economic power meets Brazilian strategizing. **Carta Internacional**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 38-57, jun./dez. 2013. Disponível em: <<http://cartainternacional.abri.org.br/index.php/Carta/article/view/112>>. Acesso em: 03 maio 2015.

LUCENA, Andréa. Freire; SOUZA, Rafael Oliveira. Comércio Exterior em Goiás: Uma Análise Empírica sobre a Competitividade Internacional das Exportações dos Complexos de Soja e Carne (1996 – 2008). In: 63ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, 2011, Goiânia. **Anais/Resumos da 62ª Reunião Anual da SBPC**. São Paulo: SBPC, 2011. v. 1. p. 1946-1946. Disponível em: <<http://www.sbpnet.org.br/livro/63ra/resumos/resumos/1946.htm>>. Acesso em: 02 abr. 2015.

MAGALHÃES, João Batista do Nascimento. Da Diplomacia do Dólar Forte à Guerra Cambial. **Cadernos de Política Exterior / Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais**, Brasília, v. 1, n. 2, p. 111-146, out. 2015. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/1135_Cadernos_de_Politica_Exterior_Ano1_Num2_Segundo_Semestre_2015.pdf> Acesso em: 15 nov. 2015.

MARINHO, Pedro Lopes. O sistema monetário internacional: uma interpretação a partir do conceito de hegemonia mundial. In: Congresso Brasileiro de Economistas, 17, 2007, Porto Seguro. **Anais Eletrônicos**. Porto Seguro: UESC, 2007. Disponível em: <http://www.uesc.br/dcec/pedrolopes/artigo_prof_pedro_lopes_sistema_monetario.pdf>. Acesso em: 31 out. 2015.

MARKOSKI, Alexandre Silva. Comércio Bilateral Brasil – China: Um estudo sobre a pauta exportadora brasileira entre 2000 e 2010. 2013. 150f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/70002/000874612.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 28 jul. 2015.

MARTINS, Aline Regina Alves. A hegemonia do dólar no sistema monetário e os desafios do Renminbi em se tornar uma moeda internacional. **Revista de Iniciação Científica de Relações Internacionais**, João Pessoa, v. 3, n. 5, p.1-32, 2015. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ricri/article/viewFile/27235/14553>>. Acesso em: 03 jun. 2016.

_____. Moeda e Estado: A inclusão do Poder Soberano nas questões monetárias. In: Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, 9, 2014, Brasília. **Anais Eletrônicos do IX Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política**. Brasília: ABCP, 2014. Disponível em: <http://www.encontroabcp2014.cienciapolitica.org.br/resources/anais/14/1403746268_ARQUIVO_ABCP2014_AlineMartins_.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2015.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. L. I. São Paulo: Boitempo, 2013. Disponível em: <[http://minhateca.com.br/biel-alves27/Documentos/Filosofia+e+Pol*c3*adtica/09+Marx+e+Marxismo/Marx*2c+Karl+\(Boitempo\)/Karl+Marx+-+OCapital+*5bBoitempo*5d+Completo,516313961.pdf](http://minhateca.com.br/biel-alves27/Documentos/Filosofia+e+Pol*c3*adtica/09+Marx+e+Marxismo/Marx*2c+Karl+(Boitempo)/Karl+Marx+-+OCapital+*5bBoitempo*5d+Completo,516313961.pdf)>. Acesso em: 05 jul. 2015.

_____. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857 - 1858**. São Paulo: Boitempo, 2011. Disponível em: <[http://minhateca.com.br/biel-alves27/Documentos/Filosofia+e+Pol*c3*adtica/09+Marx+e+Marxismo/Marx*2c+Karl+\(Boitempo\)/Karl+Marx+-+Grundrisse+*5bBoitempo*5d+Completo,516313961.pdf](http://minhateca.com.br/biel-alves27/Documentos/Filosofia+e+Pol*c3*adtica/09+Marx+e+Marxismo/Marx*2c+Karl+(Boitempo)/Karl+Marx+-+Grundrisse+*5bBoitempo*5d+Completo,516313961.pdf)>. Acesso em: 05 jul. 2015.

MEDEIROS, Carlos Aguiar. A Economia Política da Internacionalização sob liderança dos EUA: Alemanha, Japão e China. In: FIORI, José. Luís. (Org.). **O poder americano**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

MEGALE, Caio; PITTA, Laura; MATCIN, André. **Incerteza na China aumenta volatilidade nos mercados**. A Semana em Revista (ITAÚ), 8 jan. 2016. Disponível em: <https://www.itaub.com.br/_arquivosstaticos/itaubBA/contents/common/docs/Semana_em_revista_20160108.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2017.

METRI, Mauricio Médiçi. Das Armas às Moedas. In: In: Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP), 14, 2010, São Paulo. **Anais do IX Encontro Nacional de Economia Política**. CD-ROM

_____. O poder financeiro dos Estados Unidos no padrão monetário dólar-flexível. In: Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP), 9, 2004, Uberlândia. **Anais do IX Encontro Nacional de Economia Política**. Uberlândia: UFU, 2004.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. **Relatório da Balança Comercial: Unidades da Federação – Exportação Brasileira (Goiás): Principais Países e Blocos Econômicos de Destino**. Brasília, DF, 2014a. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/index.php?area=5>>. Acesso em: 08 abr. 2015.

_____. **Relatório da Balança Comercial: Unidades da Federação – Exportação Brasileira (Goiás): Principais Países e Blocos Econômicos de Destino**. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1076>>. Acesso em: 30 jul. 2015.

_____. **Relatório da Balança Comercial por País – CHINA**. Brasília, DF, 2014b. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/balanca-comercial-brasileira-mensal-2?layout=edit&id=1209>>. Acesso em: 3 fev. 2017.

MOFFITT, Michael. De Bretton Woods a Camp David. In: MOFFITT, Michael. **O dinheiro do mundo: de Bretton Woods à beira da insolvência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 13-39.

MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. A Importância Analítica da Moeda em Marx e Keynes. **Revista Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 16, n. 29, p. 5-20, mar. 1998. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/AnaliseEconomica/article/view/10555>>. Acesso em: 17 jul. 2015.

MOREIRA, Assis. Cresce o uso do yuan no comércio exterior chinês. **Valor Econômico**, São Paulo, 10 abr. 2014. Disponível em: <<http://intercontinentallog.blogspot.com.br/2014/04/cresce-o-uso-do-yuan-no>>

comercio.html>. Acesso em: 07 abr. 2015.

MOREIRA, Assis; BORTOLOZI, Tatiana. Brasil e China assinam acordos de investimentos de mais de R\$ 15 bi. **Valor Econômico**, Xangai, 02 set. 2016. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/4696785/brasil-e-china-assinam-acordos-de-investimentos-de-mais-de-r-15-bi>>. Acesso em: 28 fev. 2017.

MORTATI, Caio Marcos; MIRANDA, Sílvia Helena Galvão; BACCHI, Mirian Rumenos Piedade. Determinantes do comércio Brasil – China de commodities e produtos industriais: uma aplicação VECM. **Economia Aplicada**, Ribeirão Preto, v. 15, n. 2, abr./jun. 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-80502011000200007>>. Acesso em: 28 jul. 2015.

MUNHOZ, Vanessa da Costa; LINHARES, Lucas. O Papel da Moeda em Marx e Keynes. **Leituras de Economia Política (UNICAMP)**, Campinas, v. 11, p. 81-107, ago./dez. 2008. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/docdownload/publicacoes/instituto/revistas/leituras-de-economia-politica/V11-F1-S14/5%20LEP14_O%20papel%20da%20moeda.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2015.

NINIO, Marcelo. FMI dá status de moeda global para yuan da China. **Folha de São Paulo**, Washington, 30 nov. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/11/1713009-fmi-anuncia-inclusao-do-yuan-chines-em-cesta-de-moedas-de-reservas.shtml>>. Acesso em: 26 abr. 2016.

OLIVEIRA, Amaury Porto de. Governando a China: a quarta geração de dirigentes assume o controle da modernização. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 46, n. 2, jul./dez, p.138-160, 2003. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292003000200006>>. Acesso em: 29 jan. 2017.

OLIVEIRA, Henrique Altemani. Brasil e China: uma nova aliança não escrita? **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 53, n. 2, p. 88-106, 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292010000200005>>. Acesso em: 21 de jul. 2015.

Os chineses já estão entre nós. **EXAME**. São Paulo, 09 jun. 2010. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/970/noticias/eles-ja-estao-567881>>. Acesso em: 28 jul. 2015.

PARK, Hyun Woong. Endogeneity of Money and the State in a Marxian Theory of Non – Commodity Money. In: New School – UMASS Amherst Graduate Workshop, Annual Conference, Amherst, 2010. Disponível em: <http://www.peri.umass.edu/fileadmin/pdf/conference_papers/newschool/Park_2010._noncommodity_money.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2015.

PAUTASSO, DIEGO. Os desdobramentos internacionais do desenvolvimento e da demanda por petróleo na China. **Meridiano 47**, Brasília, v.10, n. 109, p. 23-25, ago. 2009. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/542/361>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

_____. O lugar da China no comércio exterior brasileiro. **Meridiano 47**, Brasília, v. 11, n. 114, p.25-27, jan. 2010. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/480/297>>. Acesso em: 28 jul. 2015.

PEOPLE'S BANK OF CHINA. **Annual report 2008**. Beijing, 25 ago. 2009. 152p. Disponível em: <<http://www.pbc.gov.cn/english/130739/2166049/2813528/index.html>>. Acesso em: 12 out. 2016.

_____. **Annual report 2009**. Beijing, 22 jul. 2011. 159p. Disponível em: <<http://www.pbc.gov.cn/english/130739/131086/2853307/index.html>>. Acesso em: 12 out. 2016.

_____. **Annual report 2010**. Beijing, 22 jul. 2011. 152p. Disponível em: <<http://www.pbc.gov.cn/english/130739/131083/2853312/index.html>>. Acesso em: 12 out. 2016.

_____. **Annual report 2011**. Beijing, 23 jul. 2012. 148p. Disponível em: <<http://www.pbc.gov.cn/english/130739/131080/2862712/index.html>>. Acesso em: 12 out. 2016.

_____. **Annual report 2012**. Beijing, 29 ago. 2013. 205p. Disponível em: <<http://www.pbc.gov.cn/english/130739/131080/2862712/index.html>>. Acesso em: 12 out. 2016.

_____. **Annual report 2013**. Beijing, 25 ago. 2014. 211p. Disponível em: <<http://www.pbc.gov.cn/english/130739/131074/2807973/index.html>>. Acesso em: 12 out. 2016.

_____. **Annual report 2014**. Beijing, 01 jul. 2015. 210p. Disponível em: <<http://www.pbc.gov.cn/english/130739/2166049/2813528/index.html>>. Acesso em: 02 maio 2016.

_____. **Annual report 2015**. Beijing, 22 jul. 2016. 198p. Disponível em: <<http://www.pbc.gov.cn/english/130739/3105326/3105334/2016072210452220636.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2016.

PESTON, Robert. China pode gerar 3ª onda da crise econômica pós-2008. **BBC**. Londres, 19 fev. 2014. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/02/140217_peston_china_economia_pai>. Acesso em: 10 jun. 2016.

PINTO, Paulo Antônio Pereira. A China e seu Projeto para o Século XXI – A dimensão cultural. **Meridiano 47**, Brasília, v. 5, n. 52 e 53, p.6-8, nov./dez. 2004. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/4184/3491>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

_____. China: A ascensão pacífica da Ásia Oriental. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 48 n. 2, p.70-85, jul./dec. 2005. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292005000200004>>. Acesso em: 28 jan. 2017.

POGREBINSCHI, Thamy. Muito mais do que um esboço. **O Globo**, Rio de Janeiro, 03 dez. 2011. Disponível em: <<http://www.boitempoeditorial.com.br/v3/Noticias/visualizar/1546>>. Acesso em: 21 jul. 2015.

REIS FILHO, Daniel Aarão. China e Modernização. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 32-36, set. 1985. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451985000300009>>. Acesso em: 22 jan. 2017.

RIBEIRO, Fernando. Friedman, Monetarismo e Keynesianismo: Um itinerário pela história do pensamento econômico em meados do século XX. *Revista de Economia Mackenzie*, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 58-74, jan./abr. 2013. Disponível em: <<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/rem/article/view/5858>>. Acesso em: 21 jul. 2015.

SADER, Emir. Eric Hobsbawn: **Grundrisse são “o pensamento de Marx no seu apogeu”**. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2011/09/01/eric-hobsbawn-sobre-Grundrisse/>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

Salário Médio da Indústria da China supera o do Brasil e do México. *Valor Econômico*, Londres, 26 fev. 2017. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/internacional/4881644/salario-medio-da-industria-da-china-supera-o-do-brasil-e-do-mexico>>. Acesso em: 28 fev. 2017.

SANTANA, Cristiane Soares. Notas sobre a História da Revolução Cultural Chinesa (1966 - 1976). *Revista História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Unicamp*, Campinas, n. 17, p.115-131, jul./dec. 2009. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/279>>. Acesso em: 21 jan. 2017.

SARAIVA, Miriam, VALENÇA, Marcelo M. **A Política Externa Brasileira e sua Projeção Internacional: um projeto caracterizado pela continuidade**. CEBRI Artigos, Rio de Janeiro, v.1, ano VII, p.3-28. Disponível em: <http://www.cebri.org/midia/documentos/a_politica_externa_brasileira_final.pdf>. Acesso em: 28 set. 2014.

SERRANO, Franklin. Do ouro imóvel ao dólar flexível. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 20, IE/Unicamp: Campinas, 2002.

SETTI, Rennan. Moeda chinesa avança com Brics e reformas no setor financeiro. *O Globo*, Rio de Janeiro, 14 out. 2014. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/moeda-chinesa-avanca-com-brics-reformas-no-setor-financeiro-14237865>>. Acesso em: 08 abr. 2015.

SILVA, Jorge Tavares da; BRENDA, Zélia. O dragão chinês e o elefante indiano: Traços de similitude e de divergência nos processos de abertura e reforma econômica. *Economia Global e Gestão*, Lisboa, v. 14, n. 1, p. 23-39, abr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-74442009000100003>. Acesso em: 23 jan. 2017.

SILVA, Luiz Afonso Simoens da. O desenvolvimento de zonas monetárias regionais. In: CINTRA, Marcos Antônio Macedo; MARTINS, Aline Regina Alves. (Org.). **As transformações no sistema monetário internacional**. 1. ed. Brasília: IPEA, 2013, v. 1, p. 175-210.

SILVEIRA, Stefano José Caetano; LEITZKE, Alexander Nunes. O Futuro do Padrão Monetário Internacional. *Revista de Economia da UEG*, Anápolis, v. 9, p. 1- 16, Seção

Eletrônica, 2013. Disponível em: <<http://www.prp.ueg.br/revista/index.php/economia/index>>. Acesso em: 06 abr. 2015.

SOCIETY FOR WORLDWIDE INTERBANK FINANCIAL TELECOMMUNICATION – SWIFT. **About us**. 2017a. Disponível em: <<https://www.swift.com/about-us/history>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

Global adoption of RMB grows by 35. 25 set 2014a. Disponível em: <<https://www.swift.com/insights/press-releases/global-adoption-of-rmb-grows-by-35-percent>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

RMB Tracker January 2013. 2013 Disponível em: <[file:///C:/Users/user/Downloads/swift_rmb_tracker_january_2013%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/user/Downloads/swift_rmb_tracker_january_2013%20(1).pdf)>. Acesso em: 19 fev 2017.

RMB Tracker January 2014. 2014b. Disponível em: <[file:///C:/Users/user/Downloads/rmb_tracker_january2014_final_sdc%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/user/Downloads/rmb_tracker_january2014_final_sdc%20(1).pdf)>. Acesso em: 19 fev 2017.

RMB Tracker January 2015. 2015. Disponível em: <[file:///C:/Users/user/Downloads/swift_bi_rmb_january_2015_sdc_final%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/user/Downloads/swift_bi_rmb_january_2015_sdc_final%20(1).pdf)>. Acesso em: 19 fev 2017.

RMB Tracker January 2016. 2016a. Disponível em: <[file:///C:/Users/user/Downloads/swift_bi_rmbtracker_january2016%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/user/Downloads/swift_bi_rmbtracker_january2016%20(1).pdf)>. Acesso em: 19 fev. 2017.

RMB Tracker July 2016 – Special report – *Internationalisation of the Renminbi: Measuring Progress Towards a Global Currency*. 2016b. Disponível em: <file:///C:/Users/user/Downloads/swift_bi_rmbtracker_july2016_en.pdf>. Acesso em: 11 set. 2016.

RMB Tracker January 2017. 2017b. Disponível em: <file:///C:/Users/user/Downloads/swift_bi_slides_rmb_tracker_slides_january_2017.pdf>. Acesso em: 19 fev 2017.

SUKUP, Viktor. A China frente à globalização: desafios e oportunidades. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 45 n. 2, p. 82-113, jul./dez. 2002. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292002000200005>>. Acesso em: 22 jan. 2017.

TAVARES, Maria da Conceição. A retomada da hegemonia americana. In: TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís. (Org.). **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. Petrópolis: Vozes, 1997.

TAVARES, Maria da Conceição; BELLUZZO, Luiz Gonzaga. A mundialização do capital e a expansão do poder americano. In: FIORI, José Luís. (Org.). **O poder americano**. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 111-138.

TEPASSÊ, Ângela Cristina. **Efeitos da Ascensão da China sobre o Comércio Exterior Brasileiro**: reprimarização, perdas de mercado e ampliação de oportunidades. 2010. 93f. Dissertação (Mestrado em Economia Política) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.sapientia.pucsp.br//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=11129>. Acesso em: 28 jul. 2015.

THE WHARTON SCHOOL. **Os riscos dos empréstimos da China para a América Latina**. Pensilvânia, 2015. Disponível em: <<http://www.knowledgeatwharton.com.br/article/os-riscos-dos-emprestimos-da-china-para-a-america-latina/>>. Acesso em: 07 nov. 2016.

THORSTENSEN, Vera. **OMC – Organização Mundial de Comércio**: As Regras do Comércio Internacional e a Nova Rodada de Negociações Multilaterais. São Paulo: Aduaneiras, 2001. 520p.

UN COMTRADE DATABASE 2015. Disponível em: <<http://comtrade.un.org/>>. Acesso em: 30 jul. 2015.

VALLADARES, Frederico Estrella. 60 anos de revolução na China: E agora, camarada? **Valor Econômico**, São Paulo, 30 set. 2009. Disponível em: <<http://www.tendencias.com.br/news.cgi?id=5>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

VASWANI, Karishma. Davos 2017: Can Xi Jinping be star of the show? **BBC Davos**, 16 jan. 2017. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/business-38633376> > Acesso em: 17 jan. 2017.

VAZ-PINTO, Raquel. Peaceful rise and the limits of Chinese exceptionalism. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 57 n. spe, p.210-224, 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0034-7329201400213>>. Acesso em: 17 nov. 2016.

VIEIRA, Sônia. A busca de informação. In: VIEIRA, Sônia. **Como elaborar questionários**. São Paulo: Atlas, 2009. p. 1-14.

WALTER, Andrew. China's Engagement with Policy Surveillance. In: HELLEINER, Eric; KIRSHNER, Jonathan. **The great wall of money: power and politics in China's international monetary relations**. 1. ed. Ithaca: Cornell University Press, 2014. 274 p.

WOLFFENBUTTEL, Andréa. O que é? Swap. **Revista Desafios do Desenvolvimento**, Brasília, DF: IPEA, n. 14, p. 74-75, 01 set. 2005. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2077:catid=28&Itemid=2>. Acesso em: 15 nov. 2016.

WORLD BANK. **Brazil 2013 Export Partner Share**. Gerado pelo software WITS-World Integrated Trade Solution, 2015a. Disponível em: <<http://wits.worldbank.org/CountryProfile/Country/BRA/Year/2013/TradeFlow/Export>>. Acesso em: 30 jul. 2015.

_____. **China 2013 Import Partner Share**. Gerado pelo software WITS-World Integrated Trade Solution, 2015b. Disponível em: <<http://wits.worldbank.org/CountryProfile/Country/CHN/Year/2013/TradeFlow/Import>>. Acesso em: 30 jul. 2015.

_____. **China GDP (current US\$) 1988 - 1990**. Gerado pelo software WITS-World Integrated Trade Solution, 2017a. Disponível em: <<http://wits.worldbank.org/CountryProfile/en/Country/CHN/StartYear/1988/EndYear/1990/Indicator/NY-GDP-MKTP-CD>>. Acesso em: 23 jan. 2017.

_____. **China GDP (current US\$) 1991 - 1995**. Gerado pelo software WITS-World Integrated Trade Solution, 2017b. Disponível em: <<http://wits.worldbank.org/CountryProfile/en/Country/CHN/StartYear/1991/EndYear/1995/Indicator/NY-GDP-MKTP-CD>>. Acesso em: 23 jan. 2017.

_____. **China GDP (current US\$) 1996 - 2000**. Gerado pelo software WITS-World Integrated Trade Solution, 2017c. Disponível em: <<http://wits.worldbank.org/CountryProfile/en/Country/CHN/StartYear/1996/EndYear/2000/Indicator/NY-GDP-MKTP-CD>>. Acesso em: 23 jan. 2017.

_____. **China GDP (current US\$) 2001 - 2005**. Gerado pelo software WITS-World Integrated Trade Solution, 2017d. Disponível em: <<http://wits.worldbank.org/CountryProfile/en/Country/CHN/StartYear/2001/EndYear/2005/Indicator/NY-GDP-MKTP-CD>>. Acesso em: 23 jan. 2017.

_____. **China GDP (current US\$) 2006 - 2010**. Gerado pelo software WITS-World Integrated Trade Solution, 2017e. Disponível em: <<http://wits.worldbank.org/CountryProfile/en/Country/CHN/StartYear/2006/EndYear/2010/Indicator/NY-GDP-MKTP-CD>>. Acesso em: 23 jan. 2017.

_____. **China GDP (current US\$) 2011 - 2015**. Gerado pelo software WITS-World Integrated Trade Solution, 2017f. Disponível em: <<http://wits.worldbank.org/CountryProfile/en/Country/CHN/StartYear/2011/EndYear/2015/Indicator/NY-GDP-MKTP-CD>>. Acesso em: 23 jan. 2017.

YIHONG, Zhu. Swap Agreements & China's RMB Currency Network. **COGITASIA**. Washington, 22 maio 2015. Disponível em: <http://cogitasia.com/swap-agreements-chinas-rmb-currency-network/>. Acesso em: 19 ago. 2016.

YU, Yongding. How Far Can Renminbi Internationalization Go? **Asian Development Bank Institute**, Tokyo, ADBI Working Paper 461, p.1-26, 2014. Disponível em: <<http://www.adbi.org/workingpaper/2014/02/13/6136.how.far.can.renminbi.internationalization.go/>>. Acesso em: 05 maio 2016.

Yuan entra no clube de moedas fortes. **ESTADÃO**. São Paulo, 28 nov. 2015. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,yuan-entra-no-clube-das-moedas-fortes,10000003270>>. Acesso em: 09 mar. 2016.

ZENHA, Ari de Oliveira. A questão da moeda. **Carta Maior**, São Paulo, 11 jan. 2011. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Opiniao/A-questao-da-moeda/22605>>. Acesso em: 18 jul. 2015.

ANEXOS

ANEXO A – Resposta do BACEN em 27 de outubro de 2015 para a Demanda 2015447206



Ingrid Lucy Klein <inluk10@gmail.com>

Banco Central Responde - Demanda 2015447206

faleconosco@bcb.gov.br <faleconosco@bcb.gov.br>
Para: inluk10@gmail.com

27 de outubro de 2015 13:03

Prezado(a) Senhor(a) INGRID LUCY KLEIN:

Nossa área técnica forneceu a seguinte resposta para a sua demanda:

"Segue anexo contendo dados sobre transações brasileiras com o exterior, separando-as por Yuan. São duas tabelas, sendo que a primeira contém valores de transações entre Brasil e o resto do mundo, e a segunda, transações entre Brasil e China diretamente. O volume de transações efetuadas na moeda chinesa é ainda bastante baixo. Para os anos de 2008-2010, o valor das transações em Yuan foi zero, portanto retiramos esses anos de nossos resultados."

Atenciosamente,



Departamento de Atendimento Institucional (Deati)
Divisão de Atendimento ao Cidadão (Diate)
Tel: 145
www.bcb.gov.br/?FALECONOSCO

Não responda a esta mensagem

Para novos contatos, favor registrar sua demanda no serviço Fale Conosco em nossa página na internet, no endereço <http://www.bcb.gov.br/?FALECONOSCO>.

 **dados yuan.xlsx**
11K

ANEXO B – Resposta do BACEN em 16 de dezembro de 2016 para a Demanda 2016475165

Ingrid Lucy Klein <inluk10@gmail.com>

Banco Central Responde - Demanda 2016475165

faleconosco@bcb.gov.br <faleconosco@bcb.gov.br>
Para: inluk10@gmail.com

16 de dezembro de 2016 08:29

Prezado(a) Senhor(a) INGRID LUCY KLEIN:

Em atenção à sua demanda, informamos que, até o momento, não foi realizada nenhuma operação de "swap de moedas locais entre o Banco Central do Brasil e o Banco Popular da China".

Atenciosamente,



Departamento de Atendimento Institucional (Deati)
Divisão de Atendimento ao Cidadão (Diate)
Tel: 145
www.bcb.gov.br/?FALECONOSCO

Não responda a esta mensagem

Para novos contatos, favor registrar sua demanda no serviço Fale Conosco em nossa página na internet, no endereço <http://www.bcb.gov.br/?FALECONOSCO>.

Código para validação do documento: **FE4UKX3250F3BS250871**

A validação do código pode ser realizada no endereço eletrônico: www.bcb.gov.br/?validacao

ANEXO C – Resposta do BACEN em 20 de março de 2017 para a Demanda 2017078726

04/04/2017

Gmail - Banco Central Responde - Demanda 2017078726



Ingrid Lucy Klein <inluk10@gmail.com>

Banco Central Responde - Demanda 2017078726

faleconosco@bcb.gov.br <faleconosco@bcb.gov.br>
 Para: inluk10@gmail.com

20 de março de 2017 08:41

Prezada Senhora INGRID LUCY KLEIN:

Em resposta ao seu questionamento sobre processo de Internacionalização do RENMINBI/Y, seguem as respostas abaixo:

1. Considerando a resposta do Banco Central do Brasil em 16 de Dezembro para a DEMANDA 201647516, poderia informar se houve renovação do contrato de Swap entre Brasil e China, o qual venceu em março de 2017 e foi regulamentado pela Resolução 4.200 de 26 de março de 2103?

- Não houve renovação do acordo de Swap entre Brasil e China após sua expiração em março de 2016.

2. Em caso negativo, poderia informar se há (ou se já houveram e foram concluídas sem nenhum progresso) negociações e conversações em trâmites para a renovação da Resolução 4.200 de 26 de março de 2103?

- Não ocorreram novas negociações até o momento.

3. Há (ou houve) alguma outra iniciativa - em termos de contrato de swap entre moedas - do Banco Central do Brasil ou do Banco Popular da China que justifica a não realização da renovação da Resolução 4.200 de 26 de março de 2103?

- Não há outra iniciativa que, no momento, concorra com os objetivos gerais do Swap entre Brasil e China. Destacamos que a não renovação do Swap deveu-se à ausência de demanda pela sua utilização.

Atenciosamente,



Departamento de Atendimento Institucional (Deati)
 Divisão de Atendimento ao Cidadão (Diate)
 Tel: 145
www.bcb.gov.br/?FALECONOSCO

Não responda a esta mensagem.

Para mais informações, sugerimos consultar as perguntas frequentes na internet, seguindo: - "Perfis > Cidadão > Perguntas frequentes e cartilhas > Perguntas frequentes".

As normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil podem ser consultadas em nossa página na internet seguindo "Legislação e normas > Normas do CMN e do BC > Busca de normas"

Para novos contatos, favor registrar sua demanda no serviço Fale Conosco em nossa página na internet, no endereço <http://www.bcb.gov.br/?FALECONOSCO>.

Código para validação do documento: **WTI9CLWGTT0ROS376684**

A validação do código pode ser realizada no endereço eletrônico: www.bcb.gov.br/?validacao

ANEXO D – Acordo de *swap* Brasil-China: Resolução 4.200 do BACEN de 26 de Março de 2013.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

RESOLUÇÃO Nº 4.200, DE 26 DE MARÇO DE 2013

Estabelece limites e condições para execução do contrato de **swap** de moedas locais entre o Banco Central do Brasil e o Banco Popular da China.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão extraordinária realizada em 21 de março de 2013, com fundamento no art. 4º, inciso V, da Lei nº 4.595, de 1964, no art. 6º da Lei nº 11.908, de 3 de março de 2009, e nos arts. 7º e 10, § 1º, da Lei nº 11.803, de 5 de novembro de 2008,

RESOLVEU :

Art. 1º Aplicam-se ao contrato de **swap** de moedas a ser firmado entre o Banco Central do Brasil e o Banco Popular da China, nos termos do art. 6º da Lei nº 11.908, de 3 de março de 2009, os limites e condições estabelecidos nesta Resolução.

Art. 2º O valor em aberto das operações decorrentes do contrato referido no art. 1º não ultrapassará o montante agregado de BRL 60 bilhões (sessenta bilhões de reais), admitindo-se a realização de operações por até 3 (três) anos contados da data de sua assinatura, podendo, entretanto, ser prorrogado de acordo com a vontade das partes.

Art. 3º Os valores em reais recebidos pelo Banco Popular da China serão creditados em conta especial de depósito aberta em seu nome no Banco Central do Brasil, sem remuneração ou acesso a crédito, cuja utilização será restrita às movimentações de recursos vinculadas à execução do contrato de que trata o art. 1º.

Art. 4º O Banco Central do Brasil, quando da contratação das operações de que trata esta Resolução, deverá observar as taxas de câmbio, relativas às duas moedas, praticadas nos mercados cambiais nacional e internacional e as taxas de juros e prêmios de riscos das obrigações soberanas transacionadas nos mercados financeiros nacional e internacional, de forma a assegurar que as condições estabelecidas e acordadas garantam o equilíbrio econômico-financeiro dos haveres e/ou das obrigações eventualmente assumidos.

Art. 5º O Banco Central do Brasil adotará as medidas necessárias à execução do disposto nesta Resolução.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Altamir Lopes
Presidente do Banco Central do Brasil, substituto

Este texto não substitui o publicado no DOU de 27/3/2013, Seção 1, p. 19, e no Sisbacen.